

NossaAméricaNuestra

# BOLÍVIA



IGOR FUSER



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

NossaAméricaNuestra

# BOLÍVIA



IGOR FUSER

FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

2016

## FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

### DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidenta: Iole Ilíada

Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli

Diretores: Kjeld Jakobsen e Joaquim Soriano

### COORDENAÇÃO DA COLEÇÃO NOSSA AMÉRICA NUESTRA

Iole Ilíada

Gustavo Codas

### EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Preparação e revisão: Jorge Pereira

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

Foto da capa: Bolivianos ouvem discurso do presidente Evo Morales na Feira da Aliança Rural em Cliza, Bolívia, 2013. Dominic Chavez/World Bank

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo - SP

Telefone: (11) 5571-4299

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo

[www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)

---

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F993b Fuser, Igor.  
Bolívia / Igor Fuser. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.  
220 p. : il. ; 19 cm. – (Nossa América Nuestra)

Inclui bibliografia e apêndice.  
ISBN 978-85-5708-020-1

1. Bolívia - Política e governo. 2. Bolívia - História. 3. Bolívia - Aspectos econômicos I. Título. II. Série.

CDU 32(84)(091)  
CDD 320.984

Coleção  
Nossa América Nuestra

# Bolívia

Igor Fuser

2016



# | SUMÁRIO |

- 7 APRESENTAÇÃO
- 13 UMA TRAJETÓRIA DE PILHAGEM E EXCLUSÃO
- 27 ASCENSÃO E CRISE DO MODELO NEOLIBERAL
  - 39 O POVO NA OFENSIVA
  - 53 O “EMPATE CATASTRÓFICO”
  - 65 UMA REVOLUÇÃO PELAS URNAS
    - 77 A VITÓRIA DECISIVA
    - 89 AVANÇOS E DILEMAS
    - 113 AS RAZÕES DO SUCESSO
- 119 POSFÁCIO - REFERENDO DE 2016: UM SINAL DE ALERTA PARA O FUTURO
  - 125 CRONOLOGIA
  - 129 LEITURAS RECOMENDADAS
  - 131 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
  - 137 SOBRE O AUTOR

## **ANEXOS**

- 141** ANEXO I: DISCURSO DE POSSE DE EVO MORALES,  
PRESIDENTE CONSTITUCIONAL DA BOLÍVIA
- 175** ANEXO II: DECRETO SUPREMO 28.071 HERÓIS DO CHACO
- 183** ANEXO III: EVO, O “MODERNIZADOR”
- 193** ANEXO IV: A SURPRESA DA BOLÍVIA

# Apresentação

A América Latina viveu, no último período, o que se poderia chamar de um “ciclo progressista”, durante o qual a região conquistou avanços importantes. A maioria dos países tirou importantes contingentes da população da miséria, que alcançaram novos e mais altos níveis de renda e condições de vida. Em muitos casos, fortaleceu-se o mercado formal de trabalho e ampliaram-se os níveis salariais, com conseqüente melhoria na distribuição da renda. Novos programas econômicos, sociais, ambientais e culturais introduziram a região em um ciclo diferente de desenvolvimento, visando a superação do período neoliberal. A região deixou de ser o “pátio traseiro” dos Estados Unidos e obteve vários avanços no que se refere à integração regional. Em alguns desses países, houve avanços substantivos



no reconhecimento de direitos de populações antes marginalizadas, como no caso dos indígenas. Também assistiu-se a importantes processos constituintes, que visaram consolidar os processos democráticos estabelecidos.

Mais recentemente, entretanto, temos assistido a uma verdadeira contra-ofensiva das direitas na região, o que tem levado muitos a debater a tese do “esgotamento” deste ciclo. Esta tese, no entanto, ganha significados distintos, quer se trate da análise das elites econômicas e políticas que visam retomar estes governos, quer seja feita pelos setores de esquerda, que ao observar os limites e equívocos desse processo o fazem na perspectiva de superá-lo e seguir avançando em seu projeto.

Visando contribuir com esse debate, a Fundação Perseu Abramo (FPA) lança a presente coleção, batizada de *Nossa América Nuestra*. Cada livro que a compõe, ao tratar de um país específico envolvido neste “ciclo” – mas sem perder de vista o contexto regional –, busca analisar seus processos políticos particulares, assinalando conquistas, impasses e desafios a serem respondidos. Contrapondo-se à ideia de “fim do ciclo” tal como é expressa pela direita, a coleção não deixa contudo de registrar as dificuldades para prosseguir com os avanços, em um momento em que a crise mundial do capitalismo desenvolvido faz com que a pressão econômica e política sobre a periferia do sistema se acirre.

Pensada para ser uma coleção que possa atingir a todos os públicos interessados, desde aqueles já versados no tema até os que buscam informações preliminares sobre o

assunto, os volumes que a compõem possuem também um caráter paradidático, ao oferecer, em linguagem bastante acessível mas sem abdicar da profundidade e da reflexão crítica, dados e análises relevantes para a compreensão da história política e dos processos atuais vividos pelos países latino-americanos e caribenhos.

A coleção *Nossa América Nuestra* integra um programa de estudos e pesquisas mais amplo da Fundação Perseu Abramo (FPA), que visa reunir e produzir dados, análises e interpretações sobre os processos e significados do que se convencionou chamar de “ciclo progressista” na América Latina. Deste programa participam estudiosos com longa trajetória acadêmica, profissional e/ou militante em relação à conjuntura da América Latina e Caribe. A Fundação pretende, assim, fomentar a investigação das dimensões políticas, sociais, econômicas e culturais desse processo, em cada país e na região tomada como um todo, avaliando também suas implicações geopolíticas, seja no que se refere aos projetos de integração regional, seja no que tange a sua inserção na ordem internacional.

Certamente este debate, sobre o qual existe relativamente escassa bibliografia em nosso país, é fundamental e estratégico para nós, brasileiros, que somos parte indissociável desta região do mundo. Por essa razão, a FPA espera que esta coleção, sem a pretensão de responder a todas as questões envolvidas na complexa temática, possa ser de grande utilidade para os que desejam uma América Latina e Caribenha integrada, soberana, democrática e desenvolvida social e economicamente.

O presente livro, de autoria de Igor Fuser, aborda as grandes transformações impulsionadas na Bolívia pela eleição do líder indígena Evo Morales, em 2005. Trata-se talvez, dentro do ciclo regional, do processo mais radical, porque foi uma resposta histórica em um dos países onde a opressão das maiorias populares – indígenas e camponesas – vigorou também de forma radical durante muito tempo, sob as mãos de uma minoria oligárquica dependente do imperialismo. O livro resgata a longa jornada de lutas populares que resultaram no momento atual, destacando suas potencialidades e também os desafios a enfrentar.

*Diretoria da Fundação Perseu Abramo*



**CAPITAL:** Sucre

## TERRITÓRIO

O Estado Plurinacional da Bolívia tem 1.098.581 quilômetros quadrados.

**POPULAÇÃO:** 10.737.000 habitantes (2015)

**TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO (POR 100 HABITANTES, 2005-2010):** 1,71 [ALC: 1,16]

**ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (2000-2005):** 67,8 anos [ALC: 72,1]

**TAXA DE DESEMPREGO ABERTO POR SEXO, EM % (2010):** Homens: 5,5; Mulheres: 7,6; Ambos os sexos: 6,1 [ALC: ambos os sexos 6,4]

**TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS (15 ANOS E MAIS, 2015):** 95,7 [ALC: 92,4]

**GASTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO (% DO PIB, 2012):** 6,4 [Brasil: 5,8]

**MÉDICOS EM CADA 1.000 HABITANTES (2014):** 0,5 [Brasil: 1,9]

*Obs.: A sigla ALC entre colchetes informa, para efeitos de comparação, sobre esse indicador para América Latina e Caribe, no mesmo período. Em sua falta, colocamos o dado do Brasil.*

### Fontes:

[www.one.cu/aec2014/01%20Territorio.pdf](http://www.one.cu/aec2014/01%20Territorio.pdf)

[http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37647/51420569\\_mu.pdf?sequence=1](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37647/51420569_mu.pdf?sequence=1)



# Uma trajetória de pilhagem e exclusão

Dois pontos chamam a atenção quando se olha para a Bolívia e sua história. O primeiro é o contraste entre a riqueza do território – seus recursos minerais, suas terras férteis – e a pobreza material da população. Em 2004, o ano anterior ao da eleição de Evo Morales à presidência, a Bolívia apresentava o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo da América do Sul. Mais de 63% da população economicamente ativa estava desempregada ou na economia informal. Outro traço particular da Bolívia é o grau de exclusão social e política em que viveram, até recentemente, os indígenas e seus descendentes – 88% deles se encontravam na condição de pobreza. Não se trata apenas da imensa desigualdade material entre ricos e pobres – traço comum a toda a América Latina e à periferia do sistema capitalista de modo geral –, mas da negação dos direitos formais de cidadania mais elementares.

Desde a chegada dos invasores europeus, na esteira da destruição do Império Inca e da conquista do continente por espanhóis e portugueses, o território do que veio a se tornar a Bolívia tem participado da divisão internacional do trabalho na posição subordinada de fornecedor de matérias-primas, exportadas em estado bruto ou apenas com um processamento rudimentar. Há mais de quatro séculos, os tesouros do subsolo boliviano geram riqueza no exterior, sem trazer benefícios significativos para a população local.

Um símbolo expressivo do destino econômico da Bolívia é a paisagem do Cerro Rico, uma montanha situada nos arredores da cidade de Potosí. Suas entranhas, outrora repletas de prata, foram esvaziadas pelos colonizadores para alimentar a riqueza do império espanhol. O escritor Eduardo Galeano, no seu clássico livro *As veias abertas da América Latina*, apresenta o Cerro Rico – ou “Cerro Pobre”, como o chamam os habitantes locais, com uma amarga ironia – como um exemplo da espoliação secular dos povos indígenas e mestiços. Entre os séculos XVI e XVIII, escreve ele, “o rico monte de Potosí foi o centro da vida colonial americana”, ao redor do qual giravam a agricultura chilena, a pecuária argentina, as minas de mercúrio no Peru e a região portuária de Arica, por onde embarcava a prata para Lima, o principal centro administrativo da época. Por volta de 1650, Potosí era uma das cidades maiores e mais prósperas do mundo, com uma população equivalente à de Londres e mais habitantes do que Sevilha, Madri, Roma ou Paris. Com o fim do ciclo da prata, a região foi condenada à decadência e ao abandono (Galeano, 1977, p. 44).

Além da prata, a pauta boliviana de exportações incluía, no final do século XIX, a borracha e o guano – excrementos secos de aves comercializados pelos ingleses como fertilizante e explosivo. Um novo ciclo econômico se abriu no início do século XX com a descoberta de grandes jazidas de estanho no altiplano da Bolívia, numa época em que esse mineral alcançava o seu auge, utilizado maciçamente para fabricar as latas utilizadas pelos exércitos para preservar a comida, na Europa e nos Estados Unidos.

A importância econômica do estanho se tornou cada vez maior ao longo da primeira metade do século, o que ampliou a participação da Bolívia no comércio internacional. Em 1909 o estanho já representava 40% das exportações bolivianas, uma proporção que aumentou até atingir 75% quatro décadas depois, em 1949. Essas crescentes exportações, no entanto, pouco contribuíam para o desenvolvimento da economia nacional. Em primeiro lugar, porque os impostos cobrados pelo Estado eram muito baixos, de 3% a 5% na maior parte do tempo, chegando a 13% em períodos breves. Em segundo lugar, pela concentração dessa indústria em pouquíssimas mãos. Um reduzido grupo de três famílias – Patiño, Hothschild e Aramayo – detinha a quase totalidade da exploração do estanho desde o início do século até a estatização desse minério, em 1952 (Andrade, 2007, p. 27).

Embora fossem bolivianos, os “barões do estanho”, como eram conhecidos, transferiam para o exterior a maior parte dos excedentes gerados pelos seus empreendimentos no país. A ganância desses magnatas chegou ao ponto de eles, com rendas superiores às do Estado boliviano,



transferirem a sede de suas empresas para o exterior<sup>1</sup>. Essas empresas promoviam a exportação bruta de minérios, sem investir no processamento das matérias-primas em solo boliviano. Como nos ciclos econômicos anteriores, o desempenho da economia boliviana na era do estanho oscilou ao sabor das altas e baixas das cotações internacionais, alternando-se períodos de bonança e de recessão, até a inexorável decadência dessa *commodity* a partir do final da década de 1950.

Inicialmente à sombra do estanho, desenvolveu-se outra riqueza que no final do século XX se tornaria essencial para a economia boliviana – os hidrocarbonetos. A indústria petroleira ganhou impulso com a entrada no país, em 1921, da multinacional estadunidense Standard Oil, por meio da compra da empresa boliviana que explorava o petróleo na região do Chaco, próxima à fronteira com o Paraguai e com a Argentina. A Standard Oil atuava livremente, sem fiscalização do governo, numa área esparsamente povoada. Comprovou-se mais tarde que a empresa exportou ilegalmente petróleo para a Argentina durante muitos anos, por meio de um oleoduto clandestino. Além disso, sonegou impostos e deixou de abastecer adequadamente o mercado de combustíveis no país. Também foi acusada de sabotar o fornecimento de combustíveis às Forças Armadas bolivianas durante a malfadada Guerra do Chaco, contra o Paraguai, entre 1932 e 1935, que deixou

---

1. Aramayo instalou sua empresa na Suíça, em 1922, e Simon Patiño transferiu a sede dos seus negócios para o estado do Delaware, nos Estados Unidos, onde fundou, em 1924, a Patiño Mines Enterprise Consolidated Inc. (Andrade, 2007, p.89).

como saldo trágico a morte de 60 mil bolivianos, numa população de apenas 2 milhões, e a perda de 240 mil quilômetros quadrados de território.

O trauma da Guerra do Chaco uniu a nação boliviana pela primeira vez e despertou uma onda nacionalista. Novas ideias surgiram, entre elas a da valorização do papel do Estado no desenvolvimento dos recursos petrolíferos do país. O poder político, até então monopolizado pelas oligarquias, passou para as mãos dos militares em 1935, num golpe de Estado que incluía, entre suas justificativas, a defesa de posições nacionalistas. Em resposta às manifestações populares contra a presença da Standard Oil, o governo do coronel David Toro fundou, em dezembro de 1936, a empresa estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB). Três meses depois, em março de 1937, a Bolívia se converteu no primeiro país latino-americano a estatizar sua indústria petroleira, com a nacionalização da Standard Oil. Nas décadas seguintes, as exportações de gás natural cresceram e se tornaram o principal componente do comércio exterior. Mas, ainda assim, a renda gerada por esse recurso permaneceu inacessível à maioria dos bolivianos, apropriada por setores da elite local e, principalmente, por empresas estrangeiras – tal como já havia ocorrido, no passado, com a prata e com o estanho.

### **APARTHEID POLÍTICO E SOCIAL**

A expressão “Estado aparente”, formulada pelo sociólogo boliviano René Zavaleta Mercado, define com precisão

um quadro que atravessa o século XX. Com esse termo, o pensador se referia à coexistência, no mesmo espaço geográfico, de dois ambientes sociais diferentes e separados. De um lado, a república moderna, moldada sobre os padrões europeus e norte-americanos, com suas instituições formalmente democráticas: o Congresso, o Judiciário, a imprensa, as eleições para presidente e para os demais cargos legislativos e executivos, a Constituição e todo o aparato jurídico e institucional de um país moderno (García Linera, 2007, p. 189-204). Do outro lado, uma situação em que a maioria dos bolivianos permanecia à margem dos benefícios da cidadania, sem acesso a direitos. Somente uma parcela minoritária da sociedade estava realmente vinculada à estrutura social e política, controlada por uma diminuta oligarquia de proprietários de terras e das empresas ligadas à mineração. Todos eles eram brancos, ou mestiços tão integrados à elite dominante que passavam por brancos. Desde a fundação da república, em 1825, até a revolução de 1952 os indígenas permaneceram sem poder votar nem ser eleitos para funções públicas.

Os povos originários da Bolívia sempre resistiram à dominação branca e europeia. Em 1781, quando constituíam 90% da população, o líder aimará Túpac Katari comandou um exército rebelde de 12 mil indígenas que chegou a manter a cidade de La Paz sob cerco durante 109 dias. Quando as tropas espanholas enviadas de Buenos Aires conseguiram romper o cerco, Túpac Katari foi preso devido à traição de um dos seus colaboradores mais próximos, julgado e condenado à morte. Antes da sua exe-

cução, com o corpo esquartejado em vida por quatro cavalos amarrados aos braços e às pernas, afirmou: “Voltarei e serei milhões”.

Em 1899, no contexto de uma guerra civil entre as duas vertentes políticas da oligarquia, conservadores e liberais, o aimará Zárate Willka, à frente de um exército indígena, novamente isolou La Paz do resto do país. As tropas aimarás, alinhadas com os liberais, arcaram com a parte mais dura dos combates, sofrendo pesadas baixas. Em seguida os liberais, depois de derrotarem os conservadores, desarmaram os indígenas e prenderam seus líderes, suprimindo violentamente a rebelião aimará (Klein, p.156-7). Depois de quatro anos na prisão, Zárate foi assassinado.

A república oligárquica alcançou seu auge nas três primeiras décadas do século XX, a época de ouro da mineração do estanho. Cinquenta mil mineiros, reclusos nas montanhas, produziam o valor total das exportações bolivianas, sustentando o aparato estatal a serviço das elites e do capital estrangeiro. Enquanto isso, 3 milhões de indígenas, na maioria aimarás e quéchuas, permaneciam à margem da economia monetária. Esses camponeses, submetidos ao poder absoluto dos latifundiários, passavam a vida limitados a uma agricultura de subsistência, anestesiados pela coca. Eram submetidos ao poder absoluto dos latifundiários, aos quais tinham de prestar serviços domésticos gratuitos, na condição de *pongos*, escravos temporários.

A oligarquia modernizou o país sem incluir a maioria indígena, que era considerada “naturalmente inferior”. Dessa maneira, a hierarquia das classes sociais na Bolívia

se articulou com o componente racial, utilizando um discurso pseudocientífico para legitimar a dominação branca. A Guerra do Chaco (1932-1935) abalou esse esquema, a partir da própria mobilização de tropas para o conflito com o Paraguai. Pela primeira vez, gente de todo o país acudiu ao chamado para combater pela pátria – jovens da classe média urbana, artesãos, camponeses e mineiros, que se reuniram e se reconheceram como pertencentes a um mesmo território que precisava ser defendido (Urquidi, 2004, p.76). A derrota na guerra desarticulou os tradicionais partidos oligárquicos e abriu caminho para um novo ciclo político, com o surgimento de opções mais modernas – desde tendências marxistas até grupos fascistas. A mais consistente entre essas alternativas foi o Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR). Na avaliação da pesquisadora Vivien Urquidi, “o MNR articulou a base de um novo projeto histórico, de um Estado burguês apoiado num setor militar e em outro civil, coordenados sob um número de intelectuais urbanos, de origem pequeno burguesa, que assumiu para si as tarefas da modernização nacional” (Urquidi, 2004, p. 77).

O MNR agrupou ao seu redor a maioria dos dirigentes sindicais mineiros, o que lhe permitiu estender sua influência a enormes parcelas do povo boliviano. Essa aliança viabilizou a vitória das forças populares e nacionalistas na revolução de 1952, quando as milícias de mineiros armados com bananas de dinamite derrotaram o exército, que foi dissolvido com a instalação do novo poder, sob a presidência de Víctor Paz Estenssoro, o principal líder do

MNR. Dois decretos fundamentais definem esse período: a nacionalização das minas de estanho e a reforma agrária. As terras foram distribuídas entre os camponeses e a democracia representativa passou a vigorar, finalmente, com a instauração do voto universal.

## O FRACASSO DO NACIONALISMO BURGUEÊS

21

Com o tempo, a Revolução Nacional, como foi denominado o levante de 1952, começou a mostrar seus limites, com a formação de uma nova elite política, articulada a partir da burocracia estatal e dos setores mais conservadores do MNR. Esse setor constituiu o núcleo de uma burguesia nacional, até então inexistente. Durante os primeiros anos, a Central Obrera Boliviana (COB) ainda foi capaz de exercer forte influência sobre as decisões do governo, impulsionando a ampliação dos direitos dos trabalhadores e participando da gestão da empresa mineira estatal Corporación Mineira de Bolivia (Comibol), formada a partir da nacionalização do estanho. Mas a reforma agrária se limitou às terras do altiplano andino, na região ocidental onde se encontra La Paz. No leste, região que inclui as planícies amazônicas e as terras férteis do departamento (província) de Santa Cruz, manteve-se uma estrutura agrária altamente concentrada. Ao longo dos anos, a desigualdade no acesso à terra foi aumentando junto com a expansão da fronteira agrícola (Sá, 2009, p. 29).

A estrutura interna do Estado oligárquico permaneceu intacta sob a gestão dos revolucionários de 1952.

Um novo exército convencional foi construído em poucos anos, com armas e treinamento fornecidos pelos Estados Unidos. As milícias operárias e camponesas tiveram suas funções cada vez mais reduzidas, até desaparecerem. Com o gradual deslocamento do eixo econômico do estanho para o petróleo, o governo estadunidense pressionou as autoridades bolivianas e obteve acesso crescente às reservas bolivianas pelas transnacionais.

Um golpe militar, em novembro de 1964, liderado pelo general René Barrientos, encerrou a parceria entre o governo e os sindicatos, afastando do poder o MNR e abrindo caminho para um longo ciclo de governos militares, que se estendeu até 1982. As sucessivas ditaduras reprimiram as organizações operárias, mas deixaram de pé o modelo econômico desenvolvimentista. No campo, articulou-se o “pacto militar-camponês”, instrumento da subordinação clientelista das organizações camponesas ao poder estatal. Barrientos foi responsável pelo assassinato do comandante guerrilheiro Ernesto Che Guevara, no dia 8 de outubro de 1967, em uma operação coordenada por agentes da CIA (Central Intelligence Agency), o serviço secreto estadunidense. A morte do ditador, na queda de um helicóptero em 27 de abril de 1969, levou à tomada do poder pelo general Ovando Candía, que procurou aproximar o governo da esquerda reformista. Candía legalizou a COB, suspendeu a repressão aos trabalhadores das minas e nacionalizou a empresa petroleira estadunidense Bolivian Gulf Oil Company. As lutas sindicais logo se intensificaram e, em meio a um ambiente de insatisfação e intrigas

no interior das Forças Armadas, Candía foi derrubado, em outubro de 1970, pelo general Juan José Torres, que deu início à experiência mais radical de um governo de esquerda vivida até então pela Bolívia.

Durante sua breve passagem pela presidência, Torres governou em parceria com a COB e desafiou os Estados Unidos rompendo os contratos para a extração de estanho e zinco e expulsando os voluntários do Peace Corps, que desenvolviam projetos de controle da natalidade entre os camponeses. A iniciativa mais ousada desse período foi a tentativa do governo de substituir o Parlamento tradicional por uma Assembleia Popular, de tipo soviético, em que os sindicatos detinham a maioria absoluta das cadeiras e quase todos os participantes eram ligados a partidos de esquerda. Mas a Assembleia Popular não teve força política para colocar em prática suas próprias deliberações, ao mesmo tempo que se ressentia da falta de apoio entre os camponeses, que contavam com apenas 38 delegados em comparação com 123 dos sindicatos operários, num total de 218 (Klein, 2003, p. 226-228). O radicalismo verbal desse organismo atiçou a fúria da oligarquia boliviana, da Igreja católica e do imperialismo estadunidense. Alvo de uma intensa campanha de desestabilização, o presidente vacilava, recusando o pedido para que fossem entregues armas aos sindicalistas da COB. Em um clima de grande confusão, Torres foi derrubado em agosto de 1971, num golpe militar liderado pelo general Hugo Banzer, com apoio logístico da ditadura brasileira. O presidente deposto se exilou na Argentina, onde foi assassinado, em 1976, vítima de um atentado terrorista cometido por agentes de



órgãos repressivos ligados à infame Operação Condor, uma articulação internacional das ditaduras do Cone Sul.

Durante o regime de Banzer, recursos públicos e empréstimos internacionais foram utilizados para apoiar os fazendeiros do departamento de Santa Cruz. Inspirando-se no exemplo brasileiro, o ditador boliviano procurou combinar o alinhamento geopolítico aos EUA, no contexto da Guerra Fria, com a manutenção de uma política econômica desenvolvimentista. Durante alguns anos, a valorização dos preços internacionais dos minérios – o pilar de sustentação do comércio exterior boliviano –, gerou uma fase de prosperidade econômica que Banzer aproveitou para modernizar a infraestrutura do país e levar adiante uma tentativa de industrialização. Mas, em meados da década de 1970, o ciclo econômico se inverteu e a Bolívia mergulhou na crise, com inflação galopante e arrocho salarial. Sem legitimidade interna, Banzer entregou o poder aos civis em 1977, abrindo-se um período de forte instabilidade. Em apenas três anos, entre 1977 e 1980, ocorreram três eleições e quatro golpes militares – um quadro de ingovernabilidade que consolidou a triste fama da Bolívia como recordista mundial de golpes de Estado.

Três grandes partidos se destacaram nessa nova fase da vida política boliviana:

– Unidad Democrática e Popular (UDP), formada pela ala esquerda do MNR, pelo Partido Comunista de Bolívia (PCB) e pelo Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), com apoio da COB e de setores do movimento indígena, que começava a se organizar;

- o antigo MNR, liderado pelo ex-presidente Víctor Paz Estenssoro, com posições conservadoras;
- a Acción Democrática Nacionalista (ADN), partido criado pelo ex-ditador Hugo Banzer, com forte base eleitoral entre os latifundiários de Santa Cruz.

Em 1982, depois de golpes, contragolpes e breves períodos de ditadura militar, foi eleito presidente da Bolívia o principal líder da UDP, Hernán Siles Zuazo, que iniciou o longo período democrático que persiste até hoje. Mas o governo da UDP fracassou estrondosamente, sob o peso da crise econômica e da radicalização dos conflitos sociais, expresso em mais de 3,5 mil greves em apenas três anos. Siles Zuazo enfrentou a herança pesada da dívida externa e a decadência da economia mineira, com a desvalorização do estanho nos mercados internacionais. A inflação disparou, alcançando a taxa astronômica de 8.700% no último ano do seu governo. As forças políticas que se haviam articulado na UDP se desagregaram sob o efeito da crise, principalmente após a retirada do apoio da COB ao governo. Enquanto isso, a direita pressionava pela adoção de reformas econômicas liberais, respaldada por organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI), que se negava a ajudar um governo comprometido com um projeto nacional-desenvolvimentista. A única atividade econômica que florescia era a produção de cocaína, cujo valor praticamente se igualava ao das exportações legais.

Nesse cenário caótico, Siles Zuazo se viu sem opção exceto a de abreviar o seu mandato, convocando eleições antecipadas para 1985. O resultado das urnas marcou um

giro histórico no comportamento político da sociedade boliviana. Os três partidos conservadores receberam a ampla maioria dos votos, com 28,5% para a ADN, 26% para o MNR e 8,8% para o MIR. Restava definir o cargo de presidente, que pela legislação vigente era escolhido pelo Congresso quando nenhum dos candidatos alcançasse a maioria absoluta. Foi assim que, unidos a legendas menores, a ADN, o MNR e o MIR reuniram o apoio necessário para eleger, pelo voto indireto dos congressistas, o veterano dirigente Víctor Paz Estenssoro para mais um mandato presidencial.

## Ascensão e crise do modelo neoliberal

A posse de Víctor Paz Estenssoro, em 1985, marcou o início de uma nova etapa na história boliviana, com a aplicação do neoliberalismo como projeto político, econômico, social e ideológico. O novo presidente iniciou uma virada de 180 graus em relação aos princípios nacionalistas que haviam orientado seu partido até então, colocando em prática o programa de reestruturação neoliberal mais radical na América do Sul, denominado Nova Política Econômica (NPE).

Lançada com o anúncio do Decreto Supremo nº 21.060, a NPE eliminou a proteção às indústrias nacionais, reduziu drasticamente os gastos públicos, liberalizou o mercado de trabalho, abriu o país aos investimentos estrangeiros, fechou as estatais deficitárias e iniciou a privatização em setores estratégicos da economia, como eletricidade, telecomunicações e hidrocarbonetos. A Bolívia foi um dos primeiros países onde se aplicaram tais medidas, mais tarde

sistematizadas num conjunto de propostas conhecido como Consenso de Washington. O impacto da NPE no combate à hiperinflação foi quase milagroso: em poucos meses a taxa inflacionária caiu para o índice anualizado de 9%. A Bolívia se converteu num símbolo da capacidade do neoliberalismo em alcançar a estabilidade macroeconômica.

O sucesso das políticas de “ajuste estrutural” cobrou um preço amargo aos trabalhadores bolivianos. Mais de 27 mil mineiros perderam o emprego no primeiro ano das reformas econômicas. Nas fábricas, foram eliminados 35 mil postos de trabalho no período de cinco anos. Milhares de funcionários públicos foram também demitidos (Dunkerley, 2007, p. 147-158). No início, a NPE enfrentou uma encarniçada resistência do movimento sindical, que organizou greves e manifestações. Estenssoro reagiu com uma repressão implacável. O Estado de sítio foi decretado e forças militares foram enviadas para dissolver uma marcha de mineiros a caminho de La Paz. Mais de cem sindicalistas foram punidos com o “exílio interno” em uma remota região amazônica. Mas o golpe mais devastador contra o movimento popular foi o fechamento das minas de estanho onde se concentrava o sindicalismo mineiro, a espinha dorsal da COB.

A partir da NPE, o modelo neoliberal construiu uma nova hegemonia na sociedade boliviana. Uma vez desmantelada a principal organização da esquerda (a COB), o pensamento de direita, que se apresentava como renovador e modernizante, monopolizou o cenário ideológico. Essa foi uma década e meia em que

os princípios de representação e visão de mundo dominantes, aceitos por governantes e governados, estiveram marcados pela ideologia do livre mercado, pela crença no papel desenvolvimentista do investimento estrangeiro e pela repartição multipartidária dos cargos públicos como sinônimo de governabilidade. (García Linera, 2006, p. 195).

Instalou-se um sistema político com base na alternância no governo entre partidos que compartilhavam a mesma ideologia neoliberal. A aliança entre o MNR, a ADN e o MIR era necessária diante da impossibilidade de qualquer um dos partidos ganhar as eleições presidenciais por maioria absoluta. Nesse caso, a regra eleitoral estabelecia a escolha do presidente pelo Congresso entre os dois candidatos mais votados nas urnas, o que obrigava a formação de coligações. Foi o que ocorreu nas cinco eleições entre 1985 e 2002. O sistema partidário, aparentemente sólido, tinha dois pontos fracos. Em primeiro lugar, conduzia à anulação das diferenças ideológicas, deixando a oposição ao modelo econômico sem representação efetiva no cenário político. Em segundo lugar, a exclusão dos indígenas. “O sistema de partidos não foi capaz de integrar a multiplicidade das clivagens étnico-culturais e as demandas de uma nação majoritariamente indígena”, escreveu o cientista político René Mayorga (2002, p. 157).

Durante algum tempo, o sucesso no combate à hiperinflação, somado à maciça propaganda e à marginalização da esquerda, garantiram apoio às políticas neoliberais. Mas os salários reais caíram mais de 30%, em média,

e o desemprego aumentou. Uma das consequências das demissões em massa, como assinala Miguel de Sá (2009, p. 15), foi a migração de milhares de trabalhadores que deixaram as minas para buscar condições de sobrevivência nas cidades. Isso fez que a força de trabalho informal alcançasse 70% da economia urbana já em 1988. Outro efeito das demissões foi a migração de ex-mineiros com experiência sindical para a região do Vale do Chapare, no departamento de Cochabamba, onde encontraram nas plantações de coca um meio de subsistência. Tais migrações tiveram forte impacto sobre a reorganização do movimento popular.

A aplicação das políticas neoliberais se radicalizou no primeiro mandato do presidente Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997), um empresário que ingressou na política em 1985 como ministro da Fazenda de seu antecessor, Estenssoro. Conhecido pelo apelido de Goni, Sánchez de Lozada passou a infância e a adolescência nos Estados Unidos, o que o leva a falar espanhol com um típico sotaque gringo. Partidário fervoroso das privatizações, defendeu durante a campanha presidencial a venda das seis maiores empresas estatais, entre as quais a YPFB (dona das reservas de petróleo e gás), a Empresa Nacional de Telecomunicaciones (Entel), as geradoras de eletricidade, as estradas de ferro e o Lloyd Aéreo Boliviano. Essas empresas – que Goni efetivamente privatizou – representavam, na ocasião, 12,5% do Produto Interno Bruto (PIB) e respondiam por 60% da arrecadação fiscal (Kohl, Farthing, 2007, p. 182).

As reformas neoliberais fracassaram em trazer à Bolívia investimentos para dinamizar a vida econômica. O capital externo se limitou ao setor de serviços e à produção de bens primários destinados à exportação, especialmente o gás natural, cuja produção se expandiu a partir da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, inaugurado em 1999. Mas o rápido aumento na extração de hidrocarbonetos pouco afetou a geração de empregos. Um dado significativo: os tubos de aço utilizados no gasoduto foram importados de Argentina, Brasil e Coreia do Sul, e o investimento de US\$ 435 milhões não chegou a gerar diretamente mais de 600 empregos permanentes (Kohl; Farthing, 2007, p.187). Em vez da prometida criação de novos postos de trabalho, a privatização da YPF representou a demissão de 70% dos funcionários.

A perda de fontes de receita para o orçamento público – decorrente do fechamento e da privatização de empresas estatais – levou o Estado a uma situação de permanente insolvência, impondo ao governo a dificuldade de obter recursos para financiar o déficit fiscal. A Bolívia passou a depender da ajuda externa, que em 1999 representou 30% das despesas governamentais, em um montante equivalente a 7% do PIB (Klein, 2003, p. 250). De 1997 a 2002, o endividamento da Bolívia aumentou de 3,3% para 8,7% do PIB. Enquanto isso, o crescimento econômico se situava muito abaixo das projeções otimistas do governo. O PIB, que tinha crescido a taxas próximas de 4% nos primeiros anos do ciclo neoliberal, empacou em torno de 1% em 1999 e 2000, subindo apenas um pouco em 2001 e 2002.



## EVO MORALES E OS COCALEROS

Na ausência de benefícios do neoliberalismo, os movimentos indígenas e sociais começaram a desafiar a aliança entre o Estado, as elites internas e as empresas transnacionais, e tomar a iniciativa política a fim de alterar a trajetória do país. Seguindo um padrão recorrente em toda a América Latina, novas formas de organização social entraram em cena em lugar dos sindicatos tradicionais.

No novo ciclo de lutas populares, dois atores coletivos foram fundamentais: os *cocaleros* do Vale do Chapare, no departamento de Cochabamba, e os aimarás do Altiplano, nos Andes. A coca é uma planta de uso milenar entre os indígenas bolivianos, que mascam as suas folhas como um meio de enfrentar a fome e o frio. Exportada clandestinamente para narcotraficantes colombianos e peruanos, a planta trouxe ao país, nas duas últimas décadas do século XX, uma média de US\$ 500 milhões por ano, cerca de 8% do PIB. Sua principal área de cultivo se situa na região do Chapare, onde garante a sobrevivência de cerca de 35 mil famílias. A repressão estatal a esses *cocaleros* ocorreu a partir de pressões do governo dos EUA, que defende a erradicação dos cultivos de coca como parte de sua campanha internacional contra as drogas, apesar de todas as evidências de que essa política em pouco ou nada altera o ingresso de cocaína em território estadunidense. Sucessivos governos bolivianos tentaram erradicar a coca e convencer os agricultores do Chapare a substituí-la por

cultivos como abacaxi e palmito. Fracassaram pela falta de mercados alternativos viáveis.

Em 1997, o ex-ditador Hugo Banzer retornou à presidência pelas urnas, como candidato da ADN. Pouco depois, lançou o Plano Dignidade, operação militar financiada pelos Estados Unidos com o objetivo de extirpar, pela força, quase toda a coca plantada no país. Banzer formou, com ex-policiais e militares da reserva, um destacamento de 300 homens, a Força Tarefa Especial, que ficaria famosa pela truculência. Os *cocaleros*, sem outra fonte de sobrevivência, travaram uma luta feroz, em que morreram cerca de duzentos camponeses (comparados a três vítimas fatais entre as forças de segurança). A resistência projetou em escala nacional a figura do carismático e inteligente Evo Morales (Sivak, 2008, p. 31-51). Filho de mãe aimará e pai quéchua, Morales emigrou para o Chapare e logo estava à frente do sindicato dos *cocaleros*. Em 1997, foi eleito deputado, mas perdeu a cadeira em janeiro de 2002, acusado de incitar a violência. Outra vertente decisiva da resistência ao neoliberalismo se desenvolveu na região montanhosa do oeste boliviano, entre as comunidades indígenas quéchuas e, principalmente, aimarás.

O atual ciclo de mobilizações indígenas tem como ali-cerce a rede de sindicatos camponeses e associações locais organizadas em todo o país a partir de 1970. A Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB), formada nessa época, agrupava cerca de 15 mil sindicatos camponeses em 1975. Essa entidade ganhou protagonismo a partir da adoção, no governo de

Sánchez de Lozada, de uma nova legislação agrária que facilitava a compra e venda de propriedades rurais – mudança interpretada pelas lideranças indígenas como uma ameaça às aldeias tradicionais (*ayllus*). A expansão dos latifúndios nas “terras baixas” do leste do país abriu uma nova frente de conflitos agrários, aos quais se agregou a resistência dos indígenas do Altiplano à privatização de recursos naturais, em especial os mananciais de água (Orgáz, 2004, p. 250).

Sob a liderança do dirigente aimará Felipe Quispe, a CSUTCB adotou, no final da década de 1990, formas de luta mais incisivas, como as marchas até La Paz e, principalmente, o bloqueio de estradas como meio de pressão sobre as autoridades. Toda essa articulação se deu, em uma fase inicial, à margem dos partidos políticos e dos processos eleitorais. Pouco a pouco, porém, ocorreu uma convergência de grande parte desses ativistas em direção ao Movimiento Al Socialismo – Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos (MAS-IPSP), que se constituiu no contexto dessas lutas.

## A GUERRA DA ÁGUA

Há um consenso entre estudiosos em apontar o episódio da Guerra da Água – em abril de 2000, quando se conseguiu reverter a privatização da empresa de recursos hídricos em Cochabamba – como o marco inicial da ofensiva dos movimentos sociais e da esquerda contra as políticas neoliberais (Hylton; Thomson, 2007). Em setembro

de 1999, a empresa municipal de fornecimento de água foi privatizada em favor da companhia Aguas del Tunari, controlada pela transnacional estadunidense Bechtel e pela empresa italiana Edison. Ao mesmo tempo, o governo de Banzer aprovou a Lei de Serviços Básicos (nº 2.029), que tratava a água como uma mercadoria igual a qualquer outra e anulava as associações comunitárias criadas para administrar esse serviço. Ambas as medidas atendiam ao pedido feito pelo Banco Mundial em junho de 1997, quando a instituição multilateral prometeu a Sánchez de Lozada um abatimento de US\$ 600 milhões no pagamento de uma dívida em troca da privatização da água no país inteiro.

Em Cochabamba, a entrega desse serviço a atores privados levou, de imediato, ao aumento de até 300% nas tarifas de água, o que provocou uma reação popular de dimensões inesperadas. Entrou em ação, naquele contexto, uma nova forma de articulação social, flexível e multissetorial: a Coordinadora en Defensa del Agua y la Vida, que reunia associações de moradores, sindicatos de *cocaleros*, entidades camponesas e indígenas, ativistas de esquerda, grupos de operários e de cidadãos de classe média.

O confronto em Cochabamba teve início em janeiro de 2000, quando manifestantes começaram a bloquear estradas como meio de pressionar as autoridades para a abertura de negociações. Em fevereiro, uma marcha com milhares de participantes tentou ocupar a praça central da cidade e foi reprimida por forças policiais, que deixaram dezenas de feridos. Ainda assim, os manifestantes conseguiram ocupar a praça, transformando-a em quartel-ge-

ral dos movimentos sociais no que passou a ser conhecido como a Guerra da Água. O impasse se prolongou por vários meses e a Coordenadora, respaldada por um referendo em que a maioria dos moradores se pronunciou pela anulação do contrato com a Aguas del Tunari, lançou um ultimato ao governo federal no qual exigia, além da reestatização dos serviços de água na cidade, a modificação da Lei nº 2.029. Ao se esgotar o ultimato, em abril, os ativistas declararam greve geral e o bloqueio das estradas. Uma multidão ocupou a prefeitura e os escritórios da Aguas del Tunari. Mas o governo federal e os parlamentares situacionistas se recusaram a voltar atrás, sob o argumento de que um recuo na política de privatizações provocaria uma fuga dos investidores estrangeiros – o que não deixa de ser verdade.

A opção do governo foi pela repressão, com a declaração do Estado de sítio em Cochabamba. No dia 8 de abril, forças policiais e militares tomaram a cidade de assalto, em meio a uma feroz resistência dos ativistas, sob a liderança da Coordenadora. Os confrontos culminaram na morte de um jovem de 17 anos, Victor Hugo Daza, atingido por um disparo de fuzil. A notícia provocou comoção popular, encorajando milhares de novas adesões aos protestos. As forças repressivas acabaram recuando para os quartéis, e o centro da cidade caiu em mãos dos manifestantes. Ao mesmo tempo, em La Paz, eclodia um motim de 10 mil policiais, que reivindicavam um aumento salarial de 100%. O conflito deixou o governo sem meios para impor o Estado de sítio, pois necessitava mobilizar os militares contra a sublevação dos policiais. Em meio à confusão, os militares

de patentes inferiores também se amotinaram por aumento de salários. Enfraquecido, Banzer anunciou, no dia 9 de abril, a anulação do contrato da privatização da água. No mesmo dia, 100 mil pessoas, reunidas na praça central de Cochabamba, aprovaram o acordo entre a Coordenadora e os emissários do governo federal.

A Guerra da Água foi a primeira vitória dos movimentos populares depois de uma década e meia de vigência do modelo neoliberal. Esse fato inaugurou o ciclo de mobilizações sociais cujo eixo se deslocou, logo em seguida, para as comunidades indígenas do Altiplano, que replicaram a tática do bloqueio de estradas. Os aimarás se insurgiram com base em uma extensa lista de reivindicações, em que se destacavam a revogação das leis neoliberais relacionadas à posse da terra e ao uso da água, assim como o fim das campanhas policial-militares de erradicação da coca. Em setembro e outubro de 2000, o bloqueio de estradas deixou a cidade de La Paz isolada do restante do país durante dez dias, sem receber suprimentos – situação que evocou a lembrança do histórico do cerco da capital por rebeldes aimarás liderados por Túpac Katari, em 1781. Mais uma vez, Banzer cedeu à pressão do movimento indígena e revogou a privatização das nascentes de água que abastecem os municípios dos arredores de La Paz.



## O povo na ofensiva

A vitoriosa Guerra da Água e o “cerco a La Paz” marcaram o início de uma ofensiva contra o modelo econômico-político neoliberal e a mudança do eixo reivindicatório dos movimentos sociais, que ultrapassaram o estágio das lutas dispersas – a defesa do cultivo da coca, as demandas agrárias, o acesso a serviços básicos, como o fornecimento de água – para abraçar, a partir de 2002, uma bandeira central capaz de unificar os anseios de todos os setores sociais que se sentiam injustiçados, excluídos ou prejudicados: a nacionalização dos hidrocarbonetos e, em especial, do gás natural. O eixo ideológico foi a contradição entre a nação e o imperialismo ou, em outros termos, a nação e a antinação (Stefanoni; Do Alto, 2006, p. 60). Essa redefinição do foco das mobilizações populares pode ser explicada por dois fatores. O primeiro é percepção generalizada de que existe um vínculo essencial entre, de um lado, a adoção de um modelo econômico com base na privati-



zação dos hidrocarbonetos e na sua exportação intensiva por empresas estrangeiras e, do outro, o agravamento das condições de vida, o descalabro econômico-social e a falta de perspectivas para a Bolívia. O segundo fator, decorrente do primeiro, é a ideia de que a salvação do país depende da recuperação do controle da sociedade sobre seus recursos, especialmente o mais valioso deles – o gás natural.

Em um enfoque semelhante, Stefanoni (2003, p.66) aponta o surgimento de um “nacionalismo plebeu” em que os movimentos indígenas rearticulam a questão da identidade cultural a partir de um discurso nacionalista renovado, vinculando a autorrepresentação do indígena aos temas da “descolonização do Estado” e da nacionalização dos recursos naturais. Nesse novo discurso, os movimentos indígenas incorporam a denúncia do caráter “entreguista” das elites (brancas e mestiças) e recuperam uma trajetória histórica nacionalista, que começa com a nacionalização dos hidrocarbonetos pelos governantes militares na década de 1930, passa pela revolução de 1952 e prossegue com o novo ciclo de militares nacionalistas do final da década de 1960 e início dos anos 1970, sob os presidentes Alfredo Ovando Candía e Juan José Torres. Nessa linha de explicação, “agora já não se trata do nacionalismo que tinha a mestiçagem como horizonte, e sim de um novo nacionalismo que propõe a ‘unidade na diversidade’ e identifica os indígenas como os melhores defensores da nação” (Stefanoni; Do Alto, 2006, p. 25-26).

A vitória da esquerda na Guerra da Água gerou, nas camadas populares, um sentimento crescente de que o

regime neoliberal era débil. Algo que parecia impensável antes de 2000 havia ocorrido: a privatização de um bem público – no caso, a água – não apenas foi bloqueada pela mobilização popular, mas revertida sob a pressão da luta nas ruas. O esgotamento do projeto neoliberal ficaria ainda mais evidente em 2003, quando Sánchez de Lozada, em seu segundo mandato presidencial, iniciado no ano anterior, se viu impotente para debelar um novo ciclo de rebeliões populares, culminando com a sua renúncia. A Guerra do Gás, como ficou conhecido o grande levante popular de setembro e outubro de 2003, surgiu como resposta a um projeto de exportar gás natural boliviano para os Estados Unidos que começou a ser gestado no governo de Banzer e – após a doença que levou à morte o ex-ditador – no do seu sucessor, Jorge “Tuto” Quiroga. Um consórcio de empresas transnacionais, denominado Pacific LNG, transportaria o gás do campo de Margarita, no sudeste da Bolívia, para um porto chileno no Oceano Pacífico, de onde seguiria para a América do Norte. O projeto simplesmente desprezava o conflito político do país com o Chile, cujas causas remontam à Guerra do Pacífico (1879-1883), quando a Bolívia perdeu sua “saída para o mar”. Até hoje, as relações entre os dois países ainda não se normalizaram, e a recuperação do acesso ao Pacífico permanece como uma demanda de todos os governos bolivianos, expressando um sentimento vivo na população.

O Pacific LNG permitiria que o gás fosse vendido nos Estados Unidos, através do Chile, por um valor 20 vezes superior à quantia paga pela empresa ao governo boliviano

na forma de *royalties* (Dangl, 2007, p. 121). O gás seria comprado como matéria-prima na Bolívia ao preço de US\$ 0,18 por milhar de pés cúbicos e, ao final do trajeto, vendido na Califórnia por algo entre US\$ 3,50 e US\$ 4,0. Na prática, o consórcio pagaria à Bolívia menos da metade do que a Petrobras pagava por volumes equivalentes de gás remetidos ao Brasil. Assim, desde que veio a público, no início de 2002, o projeto do Pacific LNG foi tratado pelos movimentos sociais como um ato de “traição nacional”, nos termos usados por Evo Morales em entrevista ao autor deste livro, em julho daquele ano.

Essa visão era compartilhada por amplas parcelas da opinião pública. Os bolivianos, de um modo geral, consideraram a planejada venda do gás natural pelo Pacífico como um novo “Cerro Rico”, depois de séculos de espoliação dos recursos naturais do país por mãos estrangeiras. O Movimiento Al Socialismo (MAS) começava naquele período a atuar como partido político. A legenda, que pertencera originalmente a um grupo inexpressivo, foi obtida em 1999 por líderes de entidades indígenas, sindicais e camponesas que necessitavam de um instrumento político para a participação nas disputas eleitorais e o acesso à política institucional. O novo partido surgiu como o herdeiro de diferentes tradições da esquerda boliviana: o indianismo radical da década de 1970, o nacionalismo da revolução de 1952, fortemente associado à defesa dos recursos naturais bolivianos contra as empresas estrangeiras, e o marxismo, cuja influência sobre os sindicatos de trabalhadores está incorporada ao discurso e ao pensamento de um grande número de militantes (Ste-

fanoni; Do Alto, 2006, p. 57-62). A própria denominação original Movimiento Al Socialismo – Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos (MAS-IPSP) indicava não se tratar de um partido tradicional, e sim da expressão institucional de um conjunto amplo e diversificado de entidades e ativistas do movimento social que se encontravam até então à margem da cena política.

Morales se destacou, desde o início, como o principal dirigente do MAS. E a perseguição que sofreu como líder dos *cocaleros* do Chapare acabou por projetá-lo como uma personalidade de prestígio nacional, inimigo intransigente dos governantes neoliberais e dos partidos políticos da elite. O envolvimento direto da Embaixada dos EUA e dos agentes estadunidenses da Drug Enforcement Agency (DEA) nas campanhas de erradicação da coca – em especial, o Plano Dignidade, do governo Banzer, que tinha como meta a “coca zero” – deu à militância de Morales e dos *cocaleros* um sentido anti-imperialista que facilitou, a partir de 2001/2002, a mudança do eixo político do MAS de uma simples defesa da coca para uma plataforma nacionalista e antineoliberal muito mais abrangente, com o foco na recuperação do controle sobre os hidrocarbonetos pela sociedade boliviana, através do Estado. A ascensão do MAS foi beneficiada também pela Lei de Participação Popular, com a introdução do voto distrital para o Legislativo e a criação de centenas de novos municípios nas zonas rurais. Essa novidade permitiu ao movimento indígena-campônês o acesso a vários governos municipais e a cargos parlamentares em âmbito nacional.

As eleições presidenciais de junho de 2002 propiciaram a oportunidade decisiva na trajetória do MAS rumo ao poder político. Morales se lançou em campanha com o apoio entusiástico das bases sindicais e a adesão de um grande número de antigos militantes de esquerda, entre os quais o seu candidato a vice, o jornalista Antonio Peredo, de origem guevarista e irmão de Inti e Coco Peredo, que participaram da guerrilha na Bolívia ao lado de Che Guevara (Stefanoni; Do Alto, 2006, p. 69-70). O líder *cocalero* contou, além disso, com a ajuda involuntária do embaixador dos EUA, Manuel Rocha. Em uma clara alusão a Morales, o diplomata ameaçou restringir o ingresso de produtos têxteis bolivianos no mercado dos EUA em caso de vitória de um candidato “beneficiado pelo narcotráfico”. A partir desse momento, a campanha do MAS se concentrou na denúncia da ingerência estadunidense e seu candidato cresceu nas pesquisas eleitorais. Apurados os votos, Morales ficou em segundo lugar, com 20,4% dos votos, apenas 1,6% a menos do que o candidato mais votado, Gonzalo Sánchez de Lozada, do MNR. Na nova composição do Congresso, o MAS emergiu como a segunda maior bancada, com 27 dos 130 deputados e 8 dos 27 senadores, mas essa não foi a única proeza alcançada pela esquerda: Felipe Quispe, do Movimiento Indígena Pachakutik (MIP), importante dirigente dos aimarás do Altiplano e principal rival de Morales na disputa pela liderança dos movimentos sociais, obteve 6% dos votos nas eleições presidenciais e também se elegeu deputado. Sobre o significado histórico dessa votação, García Linera (2004, p. 430) assinalou o que ela tinha de inédito, pois

índios e trabalhadores fizeram o que nunca tinham feito em toda sua história eleitoral: votaram nos próprios índios, mostrando até que ponto a revolução cognitiva promovida pelos movimentos sociais havia transformado radicalmente os esquemas mentais da população empobrecida.

No segundo turno do pleito presidencial, realizado apenas com o voto dos congressistas recém-eleitos, em julho de 2002, o MAS e o MIP optaram pela abstenção, sem se compor com nenhum dos partidos tradicionais. Essa postura principista deixou o caminho aberto para a eleição de Sánchez de Lozada (ou Goni, como é conhecido), que retornou à presidência à frente de uma aliança com o MIR. Mas a situação econômica e social do país se deteriorava rapidamente e em pouco tempo a vitória se voltaria contra Goni e todo o modelo político-econômico vigente. O novo presidente tomou posse em meio a um cenário de estagnação econômica e desencanto com os magros resultados do modelo neoliberal de que ele próprio foi o principal arquiteto, como o formulador da Nova Política Econômica, em 1985. Nos 17 anos transcorridos desde então, o PIB *per capita* boliviano permaneceu praticamente inalterado, e as exportações cresceram apenas 19%, enquanto a população aumentou 33%. A proporção de trabalhadores sem emprego regular, sobrevivendo na “economia informal”, subiu de 58% para 68%. Em 2002, a taxa oficial de desemprego era três vezes maior do que a registrada em 1990, a economia amargava o seu quinto ano consecutivo em recessão e o *déficit* na balança de paga-

mentos se situava em torno dos US\$ 600 milhões por ano (Hylton; Thomson, 2007, p. 107), quantia elevada para as dimensões econômicas do país.

A alta vulnerabilidade externa da economia boliviana – herança inevitável do período da desnacionalização – limitou a margem de manobra de Goni em sua última passagem pelo governo. Quando o novo presidente acenou com uma trégua no confronto com os *cocaleros*, ao propor uma suspensão temporária nas campanhas de erradicação da coca, foi obrigado a recuar diante de um veto *de facto* imposto pelo emissário do governo de George W. Bush à Bolívia, Otto Reich, que ameaçou cortar a ajuda estadunidense (Hylton; Thomson, 2006, p. 108). Assim, a política de linha dura contra os *cocaleros* foi levada adiante, provocando, como reação, uma nova onda de bloqueios de rodovias em que as correntes indígenas lideradas por Morales e por Quispe juntaram forças contra o esforço de Goni de fazer valer o “princípio da autoridade”, conforme apregoava.

No início de 2003, um episódio que ficou conhecido como “fevereiro negro” trouxe à tona a situação de extrema fragilidade econômica do governo de Goni, assim como a erosão acelerada de sua base de apoio político. Uma missão do FMI viajou a La Paz para avisar que era hora de o governo boliviano assumir uma posição “firme” e enfrentar o problema crônico do *déficit* público com ações decididas. O Fundo exigiu que o *déficit* de 8,5% do PIB fosse reduzido em quase um terço, no prazo de um ano, até atingir a proporção de 5,5%, como condição para a Bolívia receber um pacote de ajuda no longo prazo. Para alcan-

çar essa meta, o governo teria de efetuar uma combinação de cortes orçamentários e aumentos de impostos no valor de US\$ 250 milhões, o equivalente a 8% do orçamento do país (Shultz, 2008, p.142). Funcionários bolivianos de alto escalão, entre eles o vice-presidente Carlos Mesa, argumentaram que uma medida tão drástica seria insustentável, tanto política quanto economicamente, com o risco até de levar o país a uma convulsão social. Impassíveis, os emissários do FMI explicaram que nunca dão ordens aos países, mas apenas conselhos. Na prática, as autoridades bolivianas se viram sem opções exceto seguir as recomendações do FMI – caso contrário, ficariam sem a ajuda de que o governo tanto necessitava para sobreviver.

Cedendo às pressões, Goni anunciou, no dia 9 de fevereiro de 2003, um imposto adicional de 12,5% sobre os salários superiores a US\$ 110 por mês, o equivalente a dois salários mínimos. O *impuestazo*, como a medida se tornou conhecida, provocou uma onda de repúdio popular. Ainda que 90% dos bolivianos se encontrassem fora da faixa de cobrança do imposto, a medida foi interpretada como uma indicação de que o governo pretendia equilibrar o orçamento à custa dos assalariados. Evo Morales rejeitou o imposto e convocou a população à desobediência civil. O apelo encontrou eco entre os policiais de La Paz, que estavam em greve contra o atraso no pagamento e exigiam um reajuste salarial de 40%. Os policiais se amotinaram contra o governo e trocaram tiros com os militares no centro de La Paz, num confronto que deixou 14 mortos. Em meio aos tumultos, manifestantes incendiaram as sedes dos três partidos políticos de linha neoli-



beral – MNR, MIR e ADN –, o escritório do vice-presidente da República e dois ministérios (Hylton; Thomson, 2007, p. 109). Na cidade periférica de El Alto, onde moram centenas de milhares de indígenas que imigraram das zonas rurais para sobreviver com empregos precários e trabalho informal em La Paz, jovens enfurecidos destruíram a prefeitura municipal e as empresas públicas de água e eletricidade. Ao final do conflito, que deixou 29 mortos, Goni voltou atrás e retirou o *impuestazo*, ao mesmo tempo que atribuiu o ocorrido a uma suposta tentativa golpista do MAS.

Àquela altura, a defesa do gás natural contra os interesses externos já despontava como o tema capaz de unificar os bolivianos descontentes, tanto na cidade quanto no campo. A frase “O gás não se vende” – referência ao projeto do gasoduto para exportação através do Chile – se tornou, a partir do *impuestazo*, a palavra de ordem que, gritada nas ruas a plenos pulmões, iria impelir multidões à luta contra um governo cada vez mais isolado da sociedade. As manifestações pela “defesa do gás” se tornaram frequentes em 2003, agregando a esse tema o combate à erradicação da coca e a exigência da convocação de uma Assembleia Constituinte destinada a “refundar” a Bolívia a fim de remover o caráter “colonial” do Estado e garantir plenos direitos à maioria indígena.

## A GUERRA DO GÁS

A série de acontecimentos que levou à renúncia de Goni começou com um fato que pouco tinha a ver com a

defesa das riquezas naturais. No dia 20 de setembro, o governo despachou um forte contingente militar para resgatar um grupo de turistas estrangeiros. Eles estavam retidos em meio aos bloqueios de estradas que os aimarás liderados por Quispe realizavam na região rural do Altiplano em protesto contra a prisão de um dirigente indígena local. A operação militar deixou cinco mortos, entre os quais uma menina de 8 anos, atingida por um tiro disparado pelo exército que entrou pela janela de sua casa. A indignação contra a violência das forças repressivas deu alento a uma onda de mobilizações em todo o país, nas quais o tema do gás se destacou como o catalisador da insatisfação popular sob a influência da manifestação realizada na véspera, em Cochabamba, quando 40 mil pessoas protestaram contra o consórcio Pacific LNG e o planejado gasoduto através do Chile. Os movimentos sociais adotaram, então, um conjunto de quatro reivindicações importantes sobre os hidrocarbonetos que ficariam conhecidas como a “Agenda de Outubro”:

- a) o controle da indústria dos hidrocarbonetos pelo governo;
- b) a adoção de um programa de industrialização do gás;
- c) a revisão das leis sobre hidrocarbonetos emitidas por Goni em seu mandato presidencial anterior;
- d) a realização de um referendo sobre a exportação do gás.

Essa plataforma uniu um amplo leque de forças sociais: camponeses indígenas aimarás e quéchuas, *cocaleros*, sindicalistas, organizações de moradores dos bairros po-

bres, especialmente na enorme cidade dormitório de El Alto. Os protestos contra o plano de exportação do gás paralisaram o país, com bloqueios de estradas em todas as regiões. Centenas de mineiros iniciaram uma marcha de Oruro a La Paz. Uma greve geral, convocada pela COB, irrompeu na capital, que logo passou a sofrer a escassez de alimentos e de gasolina. No dia 11 de outubro de 2003, o governo mobilizou o Exército para romper pela força os bloqueios de estradas e deter a marcha dos mineiros sobre a capital. A cidade de El Alto foi militarizada. Enquanto isso, o isolamento político do presidente se acentuava. Goni se recusava a dialogar com os movimentos sociais, que segundo ele queriam “governar a partir das ruas, e não do Congresso ou das instituições” (Dangl, 2007, p.124). Mas essas mesmas instituições se mostravam incapazes de apontar um caminho para a solução do confronto. No Congresso, os partidos tradicionais se reúnem a portas fechadas, excluindo os parlamentares opositores – atitude que reforçou a opção pelas ruas.

O momento decisivo ocorreu quando Goni, em 12 de outubro, ordenou às tropas abrirem fogo sobre manifestantes a fim de garantir a passagem de caminhões com combustíveis de El Alto a La Paz, a qualquer custo. A operação militar deixou 26 mortos. A partir de então, a palavra de ordem da nacionalização do gás foi substituída pela exigência da renúncia do presidente. De todo o país, colunas de manifestantes – muitos deles, armados – se deslocaram para La Paz. O vice Carlos Mesa rompeu com Goni, afirmando ser contra o derramamento de sangue.

Sua atitude, ao se distanciar de um mandatário que perdia rapidamente sua escassa legitimidade, abriu espaço para uma saída constitucional. Naquela altura, a classe média, em escala crescente, aderiu ao apelo pela derrubada do presidente. Intelectuais, artistas e sacerdotes iniciaram greves de fome por todo o país. Ainda assim, o embaixador dos Estados Unidos, David Greenlee, reafirmou no dia 13 de outubro o apoio do governo Bush a Goni. “Estamos preocupados pelo ataque à democracia e à ordem constitucional na Bolívia”, declarou o embaixador. “Paus e pedras não são uma forma de protesto pacífica”. O secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), César Gaviria, também ofereceu seu apoio “franco e decidido” ao presidente boliviano. No dia seguinte, 14 de outubro, a administração Bush reafirmou seu apoio a Goni, advertindo que não reconheceria nenhum outro governo.

Mas, para a nação mobilizada, a única saída era a renúncia do presidente. No dia 16, uma multidão de 300 mil pessoas ocupou a Praça San Francisco, no centro da capital, enquanto esperava a chegada de novas colunas de milhares de manifestantes, vindos das regiões mineiras e das aldeias indígenas, dispostos a tomar pela força o palácio presidencial. Os protestos se tornaram uma insurreição. Representantes das embaixadas do Brasil e da Argentina emitiram notas pedindo a renúncia de Goni. Finalmente, no dia 17 de outubro, quando o total de mortes em dois meses de conflito já somava 67 pessoas, o presidente enviou ao Congresso um fax com seu pedido de renúncia e embarcou em um avião rumo a Miami. Naquela mesma

noite, Carlos Mesa – um personagem apartidário, historiador, dono de uma rede de empresas de comunicação que se tornara conhecido como radialista e apresentador de um *talk show* na TV – tomou posse como presidente, de acordo com o procedimento constitucional. Nas ruas, os manifestantes comemoraram a queda de Goni e se dispersaram, enquanto os seus líderes falavam na necessidade de uma “trégua” para dar ao novo presidente a possibilidade de atender às demandas dos movimentos sociais.

## O “empate catastrófico”

As jornadas de outubro de 2003 mudaram o cenário político da Bolívia, com a introdução de ao menos quatro elementos novos. Em primeiro lugar, a insurreição popular contra o presidente Gonzalo Sánchez de Lozada confirmou e fortaleceu a disposição de grande parte da sociedade boliviana de defender a qualquer custo os seus recursos econômicos naturais, endossando uma tendência que já vinha se manifestando, em intensidade crescente, desde a Guerra da Água em Cochabamba, no ano 2000. Em segundo lugar, o desenlace vitorioso da Guerra do Gás deixou evidente que tinha se tornado impossível tomar decisões políticas de alcance nacional à margem da vontade popular. Uma terceira consequência foi o aprofundamento da crise dos partidos políticos tradicionais e da própria institucionalidade estabelecida – o Congresso, o Judiciário e o Executivo. O pacto entre os partidos pró-neoliberalismo, que havia garantido desde 1985 a gover-

nabilidade em um país recordista em golpes de Estado, desmanchou-se de modo irreparável, ao ponto de levar facções do núcleo dominante da política boliviana a buscar, em momentos críticos, a aliança com forças revolucionárias, na disputa com seus rivais dentro do próprio *establishment*. Por fim, o levante de outubro, que o historiador mexicano-argentino Adolfo Gilly não hesitou em definir como uma “revolução” (Gilly, 2004), enfatizou a urgência de reorganizar o país por meio de uma Assembleia Constituinte encarregada de “refundar” a república para pôr fim ao elitismo que sempre impediu o acesso da maioria indígena à plena cidadania.

A situação ingressava, assim, num quadro político que o sociólogo Álvaro García Linera caracterizou, utilizando uma expressão do intelectual marxista italiano Antonio Gramsci, como um “empate catastrófico”. Isso significa um prolongado período de impasse na luta de classes, em que nenhum dos dois blocos político-sociais em disputa (a maioria popular boliviana, sob a liderança das entidades indígenas e camponesas, de um lado; e a coligação neoliberal ligada à elite agrário-exportadora, do outro) é capaz de obter uma vitória decisiva que lhe permita conduzir o país em um rumo definido.

Foi nesse contexto que Carlos Mesa assumiu a presidência da Bolívia, em 17 de outubro de 2003, com apoio unânime do Congresso. Em seu discurso aos congressistas, apresentou três compromissos que correspondiam à Agenda de Outubro: a) rever a Lei de Hidrocarbonetos promulgada por Goni em 1996 e elevar os impostos so-

bre o petróleo e o gás natural de 18% a 50%; b) realizar um referendo para definir o que o país queria fazer com os hidrocarbonetos; c) aceitar o pedido da oposição de convocar uma Assembleia Constituinte (Kohl; Farthing, 2007, p. 283-284).

Mesa compartilhava a visão de mundo liberal do seu antecessor. Não buscava uma ruptura profunda com as políticas vigentes, nem considerava que esse fosse um caminho viável, já que, desde a posse, viu-se sob a pressão das empresas petroleiras e das instituições financeiras internacionais para que preservasse a orientação adotada pelo Estado boliviano em 1985, com a Nova Política Econômica. O novo presidente tomou posse com o apoio tácito do MAS, cujo líder, Evo Morales, utilizava seu prestígio para obter decisões governamentais favoráveis às demandas do movimento popular, como a suspensão das campanhas repressivas contra os *cocaleros*. Ao mesmo tempo, o MAS se organizava para disputar as eleições municipais de 2004, nas quais conquistou um grande número de prefeituras, fortalecendo-se com vistas à futura disputa presidencial.

No tema crucial dos hidrocarbonetos, Mesa mostrava pouca disposição a uma mudança de rumo. Enquanto buscava um aumento da participação estatal na renda do gás e do petróleo, descartava o termo “nacionalização” e, em especial, recusava-se a adotar qualquer medida que implicasse a revisão dos contratos com as empresas estrangeiras, por temor de afugentar os investidores e perder o apoio das instituições financeiras internacionais, de cuja ajuda seu governo era dependente. Assim, governou em



meio a um fogo cruzado. De um lado, os movimentos sociais pressionavam pelo cumprimento da Agenda de Outubro com a retomada das greves de protesto e bloqueio de estradas. Do outro, articulava-se a resistência de um bloco conservador, que argumentava com base no risco de qualquer medida nacionalista afastar os investidores estrangeiros, agravando a crise econômica. Como se tudo isso fosse pouco, ainda surgiu, durante o governo Mesa, um poderoso movimento dirigido pelo setor empresarial e pela elite política do departamento de Santa Cruz, o centro da indústria dos hidrocarbonetos, reivindicando autonomia e maior controle sobre os recursos econômicos da região.

No plano externo, Mesa sofreu uma enorme pressão do FMI para garantir o respeito aos contratos sobre hidrocarbonetos vigentes e para forçar o governo boliviano a mover-se rapidamente para exportar o gás. Ao mesmo tempo, a cobrança pelo pagamento da dívida externa boliviana continuava a ser uma prioridade das instituições financeiras internacionais. Tais pressões reduziram diretamente a capacidade do governo da Bolívia de amenizar os efeitos sociais da crise econômica. Em junho de 2005, 28% do PIB foi destinado ao pagamento da dívida externa. O FMI e o Banco Mundial advertiram reiteradamente que o governo boliviano, altamente dependente de ajuda externa, perderia apoio se nacionalizasse o gás ou adotasse qualquer outra medida contrária aos investidores estrangeiros ou aos acordos de liberalização comercial. Mesa reconheceu publicamente que, sem a cooperação interna-

cional, equivalente na época a 9% do PIB, o governo não poderia nem sequer cobrir os gastos básicos, entre eles os salários do setor público.

O presidente manobrava para aliviar as pressões dos movimentos sociais e dos seus representantes parlamentares (as bancadas de esquerda do MAS e do MIP). Do outro, enfrentava as empresas petroleiras (entre elas, a Petrobras), que agiam como um bloco na oposição a qualquer mudança nos marcos jurídicos da indústria dos hidrocarbonetos, e no plano externo, a postura intransigente dos Estados Unidos. Em meio à situação política e social altamente explosiva que a Bolívia viveu entre outubro de 2003 e julho de 2005, a diplomacia do governo de George W. Bush mantinha seu foco na demanda da erradicação dos cultivos de coca. A figura de Evo Morales, em particular, era encarada com obsessiva preocupação pelos representantes de Washington. Funcionários da embaixada estadunidense em La Paz acusaram Morales de receber dinheiro da guerrilha colombiana e do presidente venezuelano Hugo Chávez, chegando a comparar o futuro presidente boliviano a Osama Bin Laden. Os *cocaleros* – que enfrentavam os policiais treinados pelos agentes estadunidenses da DEA utilizando, na maioria das vezes, apenas pedras e facas – foram chamados de “talibás andinos”.

Tudo isso seria apenas ridículo se a Bolívia não se encontrasse tão dependente dos Estados Unidos, país que continuava a exercer influência decisiva sobre as instituições financeiras responsáveis pela ajuda econômica ao país e pela renegociação de sua dívida externa. Com as mãos

atadas, o máximo que Mesa conseguiu avançar no cumprimento da Agenda de Outubro foi a revogação, em 3 de fevereiro de 2004, do Decreto Supremo nº 24.806, assinado por Goni em 1996, que entregava às empresas de petróleo estrangeiras a propriedade dos hidrocarbonetos extraídos em território boliviano. Morales aplaudiu a medida, o que lhe valeu duras críticas de setores da esquerda. No tema – delicadíssimo – da revisão das leis sobre o petróleo e o gás, Mesa se viu obrigado a cumprir sua promessa de submeter a questão a um referendo, em que a ampla maioria dos participantes se manifestou a favor de algum tipo de nacionalização dos hidrocarbonetos.

### A DISPUTA PELA RENDA DOS COMBUSTÍVEIS

Em vez de produzir um consenso, o referendo acirrou ainda mais as divergências sobre os hidrocarbonetos, ao colocar o governo em aberto confronto com as organizações populares que provocaram a queda de Goni e a re-discussão das políticas públicas em relação ao gás natural. Num último esforço para alcançar um compromisso, o MAS renunciou à demanda de uma nacionalização imediata, insistindo, em lugar disso, na modificação dos contratos existentes com as empresas transnacionais a modo a elevar a combinação de impostos e *royalties* até a proporção de 50%. Na realidade, era essa mesma a posição do MAS, que ia gradualmente clarificando seu ponto de vista sobre o tema. Mesa, porém, fez de tudo para impedir qualquer mudança que pudesse desagradar os investidores

estrangeiros. De acordo com o seu projeto para uma nova Lei de Hidrocarbonetos, as empresas pagariam *royalties* de 18% e um adicional de 32% de impostos sobre os lucros apenas depois que fossem contabilizadas e descontadas todas as suas despesas, enquanto o MAS insistia em que os *royalties* e os impostos somassem 50% do valor da produção na própria lavra. O MAS argumentava que, como os custos de produção na Bolívia se encontravam entre os mais baixos do mundo, a nova fórmula ainda ofereceria um ganho justo às empresas petroleiras, ao mesmo tempo que o aumento na arrecadação fiscal garantiria mais recursos para os cofres públicos.

Outro ponto do projeto de Lei de Hidrocarbonetos apresentado por Mesa que causou polêmica foi o fato de a proposta deixar essencialmente inalterados todos os contratos existentes com as empresas estrangeiras. Em lugar disso, o presidente pretendia adotar uma fórmula complexa que aumentaria os impostos sobre os hidrocarbonetos em alguns campos de petróleo e/ou gás natural, dependendo do seu tamanho, deixando outros sem modificações. Já o MAS defendia a revisão imediata da totalidade dos contratos, sem exceção, com a cobrança de 50% em todos os campos de hidrocarbonetos. O debate foi travado em um ambiente político de grande confusão, marcado pela multiplicidade de pontos de vista. Quando Mesa encaminhou sua proposta ao Congresso, surpreendeu-se com a falta de apoio. Os partidos conservadores rejeitaram o projeto presidencial por considerarem que poderia afugentar os investidores estrangeiros, enquanto a bancada do MAS

apresentou o seu próprio projeto de lei. Do lado de fora do Congresso, movimentos sociais como a cada vez mais influente Federación de Juntas Vecinales (Fejuve), porta-voz das entidades de moradores de El Alto, pressionavam por medidas mais radicais, especialmente a expropriação dos empreendimentos estrangeiros em petróleo e gás natural.

Mesa, de mãos atadas pelos seus compromissos com os políticos conservadores e com as empresas petroleiras, prometeu ao FMI, ainda no mês de março de 2005, que não renegociaria os contratos de petróleo e gás natural (Gordon; Luoma, 2007, p. 127). Finalmente, no dia 7 de maio de 2005, o Congresso aprovou uma nova Lei Geral de Hidrocarbonetos, de nº 3.058, que expressava uma posição intermediária entre os projetos de Mesa e do MAS. A nova legislação determinava a renegociação dos contratos em um prazo de 180 dias e estabelecia um imposto adicional de 32%, além dos *royalties* já existentes de 18%, totalizando uma carga tributária de 50% sobre o valor bruto da produção. A quantia arrecadada por meio desse novo imposto seria dividida entre os departamentos da Bolívia (províncias), municípios, universidades, comunidades indígenas, Exército, polícia e o Tesouro Geral da Nação.

Na realidade, tratava-se de uma lei bastante moderada, muito distante da experiência histórica das nacionalizações em outros países produtores de petróleo ou mesmo na Bolívia em 1936 e 1969, quando os empreendimentos externos foram expropriados. Ainda assim, o Banco Mundial e o FMI rejeitaram de imediato o novo marco jurídico para os hidrocarbonetos. As petroleiras transnacionais

(entre elas, a Petrobras), inconformadas com a revisão dos contratos, ameaçaram recorrer a tribunais internacionais. Mesa manteve a Lei dos Hidrocarbonetos em suas mãos pelo máximo tempo possível. Nem assinou nem vetou o novo texto legal, até que, por decurso de prazo, a decisão foi transferida para o presidente do Senado, Hormando Vaca Díez, que finalmente deu validade jurídica à Lei Geral de Hidrocarbonetos nº 3.058, no dia 17 de maio de 2005, sem o apoio do presidente da República.

Mesmo após a promulgação, Mesa adotou uma interpretação que tornava essa legislação, na prática, sem qualquer efeito prático. Segundo ele, a nova lei seria válida apenas para os futuros contratos de exploração e produção de hidrocarbonetos. Essa atitude significava manter a vigência dos acordos feitos no governo de Goni com as empresas transnacionais – entre elas, a Petrobras – por prazos de até mais de vinte anos, conforme o período de validade dos contratos. A recusa de Mesa em aplicar a Lei de Hidrocarbonetos recém-aprovada por um Congresso de maioria conservadora reacendeu a revolta popular, rompendo definitivamente a instável trégua que os movimentos sociais haviam concedido ao governo após a insurreição vitoriosa de outubro de 2003.

## A SEGUNDA GUERRA DO GÁS

O novo levante foi iniciado simultaneamente, no dia 24 de maio de 2005, pela Fejuve, ao convocar um *paro cívico* por tempo indeterminado em El Alto, e pela CSU-

TUB, liderada pelo MAS, que lançou um apelo às comunidades indígenas e camponesas para pressionarem o governo a aplicar a nova legislação para os hidrocarbonetos e convocar Assembleia Constituinte. Em duas semanas, as marchas e greves que paralisaram El Alto e La Paz já tinham se espalhado para as cidades de Sucre, Potosí e Cochabamba (Hylton; Thomson, 2007, p. 123-124). Entre as demandas, destacava-se a bandeira da nacionalização. Morales e o MAS, que até aquele momento enfatizavam a necessidade do aumento da carga impositiva sobre as transnacionais petrolíferas, descartando qualquer proposta que pudesse ser encarada como expropriação ou expulsão dos investidores estrangeiros, abraçaram a palavra de ordem da nacionalização, sem, contudo, modificarem o seu ponto de vista sobre o assunto.

Enquanto a mobilização popular crescia e se radicalizava, em La Paz se travava uma luta caótica pelo poder. No dia 6 de junho, quando a ligação terrestre da Bolívia com quatro dos cinco países limítrofes estava cortada pelos manifestantes e a imprensa contabilizava 119 bloqueios de estradas no país inteiro, Mesa apresentou sua renúncia ao Congresso. O presidente que chegou ao poder como resultado de uma “guerra do gás” era expulso do palácio por outra “guerra do gás”. Pela Constituição, o sucessor seria o presidente do Senado, Hormando Vaca Díez (do MNR), e na sequência o presidente da Câmara, Mario Cossío (do MIR), ambos integrantes da coligação partidária conservadora que chegou ao governo junto com Goni. Diante do risco de que o poder retornasse às mãos dos “políticos

de sempre”, bolivianos de diferentes condições sociais se somaram aos protestos para exigir que nenhum dos dois assumisse a presidência. No mesmo dia 6 de junho em que Mesa apresentou seu pedido de renúncia, o centro de La Paz foi tomado por uma multidão de mais 400 mil pessoas, em sua maioria de origem aimará, procedentes de El Alto. A eles se somavam outras centenas de milhares de *paceños*, ou seja, os moradores de La Paz. Trabalhadores mineiros assinalavam sua presença exibindo bananas de dinamite e muitos oradores falavam em tomar de assalto o palácio presidencial e demais edifícios públicos. Com a capital ocupada pelos manifestantes, o Congresso não conseguiu se reunir para tratar da sucessão presidencial. No leste do país, índios guaranis tomaram sete campos de gás, pertencentes a duas transnacionais: BP-Amoco (britânica) e Repsol YPF (espanhola).

O risco iminente de uma guerra civil levou Mesa a lançar um apelo a Vaca Díez e Cossío para que abrissem mão da presidência em favor de um acordo, sugerido pela Igreja Católica, para a antecipação das eleições gerais. Cossío anunciou que não tinha intenção de assumir a presidência, mas Vaca Díez se mostrava determinado a exercer seu direito constitucional. No dia 9 de junho, transferiu o Congresso para Sucre, cidade que compartilha oficialmente com La Paz a condição de capital, em uma derradeira tentativa de reunir os parlamentares e tomar posse como presidente. Mas os movimentos sociais também se dirigiram para Sucre, fechando o aeroporto local de modo a impedir a chegada dos congressistas. Nesse momento,



a coligação conservadora que dominava o Congresso se rompeu, abrindo espaço para que o poder fosse transferido ao presidente da Corte Suprema de Justiça, Eduardo Rodríguez Veltzé, que era o próximo na linha sucessória, depois de Vaca Díez e Cossío. Aprovou-se também a antecipação das eleições para a presidência e para o Congresso.

# Uma revolução pelas urnas

O resultado das eleições presidenciais de 18 de dezembro de 2005 foi uma inequívoca manifestação do desejo da maioria dos bolivianos de mudanças profundas na condução da política e da economia, assim como do seu repúdio aos partidos vinculados ao modelo neoliberal. Com quase 53,7% dos votos, Evo Morales alcançou a margem mais alta de votação na história democrática da Bolívia (em uma eleição que atingiu o recorde de 84% de comparecimento às urnas) e se tornou o primeiro indígena a assumir a presidência. Seu eleitorado foi além dos trabalhadores sindicalizados, dos moradores das periferias urbanas e das bases camponesas dos movimentos sociais, incluindo uma grande parte da classe média – Morales obteve até mesmo uma votação expressiva no leste do país, reduto das forças políticas mais conservadoras. Pela primeira vez em vinte anos, um presidente boliviano conquistou um indiscutível mandato popular, o que o habilitou a governar sem a

necessidade de formar uma coligação formal com outros partidos políticos.

Como observam Forrest Hylton e Sinclair Thomson (2007, p. 144-149), em nenhum momento Morales alimentou a crença de que a vitória eleitoral do MAS iria alterar fundamentalmente as relações capitalistas de propriedade. A expectativa era de que o novo governo modificasse as regras do capitalismo neoliberal em favor de um Estado que iria se empenhar na melhoria do bem-estar de todos os seus cidadãos, especialmente a maioria de indígenas pobres da cidade e do campo, por meio de políticas redistributivistas e programas sociais. Nesse objetivo, os atuais dirigentes bolivianos em nada se diferenciam dos demais governantes “progressistas” que chegaram ao poder a partir do final da década de 1990 na maioria dos países da América do Sul, com base na crítica ao modelo do Consenso de Washington e na promessa de priorizar o desenvolvimento econômico e a inclusão social. Na visão dos dirigentes do MAS, a retomada do controle sobre a indústria do petróleo e do gás natural – principal riqueza do país – representava a chave para a recuperação da autoridade estatal perante o capital estrangeiro e um passo fundamental na captação pública do excedente mediante fortes aumentos impositivos às empresas estrangeiras (Stefanoni, 2007, p. 72).

Tal como prometera em campanha, Morales não confiscou os ativos das empresas estrangeiras. O foco da “nacionalização” dos hidrocarbonetos nos termos do Decreto Supremo nº 28.701, de 1º de maio de 2006, é a revisão

dos contratos com as petroleiras transnacionais, e não a sua expulsão. Na realidade, a política do governo em relação ao setor do petróleo e do gás natural se mostrou mais moderada do que uma nacionalização clássica. As empresas transnacionais foram autorizadas a continuar operando na Bolívia, ao contrário do que ocorreu nas nacionalizações feitas em ocasiões anteriores. O conteúdo das medidas anunciadas por Morales, que mais adiante serão apresentadas de modo mais detalhado, pode ser resumido em quatro tópicos:

a) reafirmação da propriedade estatal sobre o petróleo e o gás natural, conforme estipula a Constituição;

b) aumento das receitas fiscais do Estado mediante a renegociação dos contratos com as empresas estrangeiras;

c) estabelecimento do protagonismo estatal no setor de hidrocarbonetos com a recuperação, por meio da YPF, do controle acionário sobre os ativos das empresas “capitalizadas” durante o período neoliberal;

d) criação das bases para uma política de industrialização, tipicamente desenvolvimentista, que permita à Bolívia transformar o seu gás natural em produtos de maior valor agregado, como fertilizantes e plásticos.

Tratava-se, na essência, de substituir as regras do capitalismo neoliberal por outras mais favoráveis a um Estado comprometido com a aplicação de políticas redistributivas e de programas sociais voltados para o bem-estar dos cidadãos no seu conjunto, especialmente os indígenas, que constituem a maioria dos bolivianos, na cidade e no campo. O próprio Morales deixou claro o grau de

importância que seu governo atribui aos hidrocarbonetos quando afirmou, no discurso da nacionalização, que essa riqueza, “sob o controle do povo boliviano, é a solução dos problemas econômicos, dos problemas sociais do nosso país”. O petróleo e o gás natural, uma vez “recuperados”, explicou, iriam gerar postos de trabalhos para os bolivianos.

### O ESPETÁCULO DA NACIONALIZAÇÃO

O anúncio do Decreto de Nacionalização “Heróis da Guerra do Chaco”, que revisou os contratos e transferiu para o Estado o controle sobre a indústria do petróleo e do gás natural, foi feito sem aviso prévio, num evento que coincidia com os festejos do 1º de Maio de 2006, na véspera de se completarem 100 dias do mandato presidencial de Morales. O presidente apareceu nas imagens da televisão, ao lado de tropas do Exército e de vários dos seus ministros, com um capacete de operário petroleiro da YPF na cabeça, em frente às instalações da Petrobras no campo de San Alberto, o maior do país, na localidade de Caraparí, no departamento de Tarija. “Acabou-se a pilhagem dos nossos recursos naturais por empresas petroleiras estrangeiras”, proclamou. “A partir desta data, ficam nacionalizados todos os hidrocarbonetos em território nacional.” Durante o discurso, ele informou que forças militares estavam assumindo o controle de todos os campos petrolíferos do país. Mas, ao contrário da versão corrente no Brasil, em momento algum os militares ocuparam as instalações da

Petrobras ou de qualquer outra empresa. As tropas permaneceram do lado de fora, para assinalar, simbolicamente, a recuperação da soberania boliviana sobre o seu recurso econômico mais importante.

No Brasil, a nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos foi encarada pela mídia, pelos partidos da oposição (PSDB e DEM, principalmente) e pelos porta-vozes mais expressivos do empresariado como uma afronta à “dignidade nacional”. Esses setores trataram o decreto boliviano como uma medida ilegal e abusiva, quase um ato de guerra. Aliás, “É a guerra!” foi o título da coluna que a jornalista Eliane Cantanhêde – uma das mais exaltadas – publicou na *Folha de S. Paulo*, refletindo o estado de espírito geral das elites brasileiras. Personagens como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, defenderam que o governo recorresse aos tribunais internacionais contra a Bolívia. Mas o principal alvo desse discurso falsamente “patriótico”, oriundo de setores notabilizados pela subserviência perante o imperialismo estadunidense, foi o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que reconheceu de imediato a legitimidade da decisão de Morales como um ato soberano e defendeu, desde o primeiro momento, a busca de uma solução diplomática para as divergências entre a Petrobras e o governo boliviano (Fuser, 2015, p. 243-271). Com o tempo, comprovou-se o acerto da posição de Lula, elogiada mais tarde pelo compositor Chico Buarque, ao afirmar que, no governo petista, o Brasil deixou de “falar fino com os Estados Unidos e grosso com a Bolívia”. A postura equili-

brada de Lula preservou o eixo principal da política externa brasileira – a busca da integração regional –, sem abrir mão do esforço para obter, pela via das negociações, o melhor resultado possível para os interesses da Petrobras e da segurança energética brasileira.

Depois de duras negociações, que duraram quase seis meses, foram anunciados, em 28 de outubro de 2006, os novos contratos entre a YPFB e as transnacionais petrolíferas, entre elas a Petrobras, que fora das fronteiras brasileiras se comporta, em geral, do mesmo modo que as grandes empresas privadas do setor. O resultado da negociação expressou um compromisso em que as duas partes puderam contabilizar benefícios importantes. Isso ocorre porque, apesar das concessões feitas – por ambos os lados –, os interesses fundamentais de todos os atores foram preservados. As empresas estrangeiras – com destaque para a Petrobras – preservaram sua posição como operadoras dos grandes campos exportadores de gás natural, com uma rentabilidade compatível com os padrões internacionais. Já a Bolívia ampliou significativamente sua parcela na apropriação da renda petrolífera (*government take*) e reafirmou a propriedade estatal sobre os hidrocarbonetos em todas as etapas da cadeia produtiva, nos termos do Decreto de Nacionalização. Conforme explica o pesquisador Miguel Borba de Sá (2008, p. 190), “essa cláusula não era de menor importância, tendo em vista a transferência de propriedade efetuada pelo marco regulatório anterior, o qual havia alienado – de forma inconstitucional – o Estado de parte dos seus bens, no

caso, as jazidas de hidrocarbonetos”. No final das contas, a parcela da receita dos hidrocarbonetos que passou a ser apropriada pelo Estado boliviano, por meio de impostos e de *royalties*, fica em torno de 70%, enquanto as empresas estrangeiras envolvidas nessa operação teriam cerca de 30%. No período neoliberal, a proporção era a inversa – 70% para os investidores externos e apenas 30% para a Bolívia (Fuser, 2015, p. 266-267).

### A DESCOLONIZAÇÃO DA ECONOMIA

Na prática, os novos contratos só começaram a ser aplicados a partir de 3 de maio de 2007, quando foram submetidos ao Congresso e aprovados por unanimidade. Àquela altura, os efeitos positivos da política de “nacionalismo de recursos” já se faziam sentir de um modo incontestável, na forma de um aumento dramático na arrecadação fiscal sobre a maior riqueza da Bolívia, os hidrocarbonetos. No ano de 2006, a renda obtida pelo país com a exportação de petróleo e (principalmente) gás natural atingiu quase US\$ 1,3 bilhão, mais do que o dobro da receita obtida no ano anterior, de US\$ 608 milhões. Desse total, a maior parte, US\$ 685 milhões, correspondeu à cobrança do Imposto Direto de Hidrocarbonetos (IDH), aplicado às empresas petrolíferas multinacionais a partir da vigência da Lei nº 3.058, de 2005; e o restante proveio dos *royalties* e participações e do aporte da YPFB, que recebeu US\$ 220 milhões pelos 32% de “participação adicional” que o Decreto Supremo nº 28.701 impôs às empresas que



exploram os megacampos de San Alberto e San Antonio – Petrobras, Repsol-YPF e TotalFinaElf. Antes da adoção de políticas de “nacionalismo de recursos”, o Estado boliviano recebia uma média de US\$ 300 milhões anuais como receita dos hidrocarbonetos. Em 2008, com o aumento dos preços internacionais do petróleo (o que afeta diretamente o valor do gás) e a plena vigência dos novos contratos, a receita boliviana ultrapassou US\$ 1,6 bilhão, ou seja, 25% a mais do que em 2006. Essas cifras significam, mais do que tudo, a reversão de um dos problemas mais graves da economia neoliberal, a alienação dos excedentes produzidos pela indústria dos hidrocarbonetos, de tal maneira que a maior parte da riqueza gerada na Bolívia acabava por gerar benefícios no exterior.

O aumento espetacular da receita fiscal gerada pela indústria dos hidrocarbonetos, somado à reestatização das principais empresas que haviam sido privatizadas nas gestões neoliberais, propiciou à Bolívia excelentes indicadores macroeconômicos no primeiro mandato presidencial de Morales (reeleito em 2010, já sob a nova Constituição). O PIB cresceu nos três primeiros anos do governo do MAS a um ritmo médio de 5,2% e fechou de 2009 em 3,5%, a taxa mais alta da América Latina, em um ano em que a economia mundial sofreu o duro impacto da crise financeira iniciada em 2008. Em cifras absolutas, o PIB chegou a US\$ 19 bilhões e o PIB *per capita* pulou de US\$ 876 em 2005 para US\$ 1671 em 2009. A receita proveniente dos hidrocarbonetos pulou de 5,6% do PIB em 2004 para 21,1% em 2009.

Depois de um longo período com um crônico *déficit* fiscal, a Bolívia passou a apresentar superávit nas contas públicas por vários anos seguidos, ainda que tenha havido notável aumento do gasto público (Barros, 2010, p. 33). O investimento público passou de US\$ 630 milhões em 2005 para US\$ 1,35 bilhão em 2008, e US\$ 1,85 bilhão (próximo a 10% do PIB) em 2009. De acordo com a avaliação do economista brasileiro Pedro Silva Barros (2010, p. 35), pesquisador do Instituto de Política Econômicas Aplicadas (Ipea),

As medidas executadas desde 2006 formaram um colchão que não apenas amenizou os efeitos da crise internacional como tornou a economia boliviana mais vigorosa para o próximo período. O que garantiu a retomada e a sustentabilidade do crescimento da economia, desde 2006, foi o aumento da captura do excedente petrolífero e o destino desses recursos. O aumento da arrecadação permitiu o estímulo a setores produtivos e a expansão dos programas sociais, que, além de diminuir a pobreza, a desigualdade e suas consequências malélicas, ampliaram o mercado interno. [...] Os resultados econômicos [...] levaram ao entendimento de que a opção por privilegiar o fortalecimento da presença estatal e as reivindicações indígenas foi satisfatória.

Na gestão de Morales, o país se distanciou ostensivamente das instituições do *mainstream* da economia globalizada e desafiou abertamente a cartilha do Consenso de Washington, com a intervenção aberta do Estado na esfera produtiva e a nacionalização das reservas de recursos

naturais. Três meses após a posse do novo presidente, a Bolívia pagou sua dívida com o FMI, retirando-se em seguida daquele organismo. Motivos não faltavam: durante os vinte anos anteriores, sucessivos governos atenderam a todas as recomendações do FMI, mas, em 2005, o país estava mais pobre do que em 1985. Outra decisão que desagradou a chamada “comunidade internacional dos negócios” foi a saída, em maio de 2007, do comitê de arbitragens internacionais do Banco Mundial. Na mesma época, a Bolívia entrou em confronto com as autoridades dos Estados Unidos, acusando-as de interferir nos assuntos internos bolivianos a pretexto de combater o narcotráfico. O embaixador estadunidense em La Paz foi expulso e, em represália, a Bolívia foi excluída do regime de preferências alfandegárias concedido pelos EUA aos países andinos que cooperam oficialmente com a campanha internacional antidrogas promovida a partir de Washington.

Em síntese, o governo de Morales fez tudo o que o pensamento convencional recomenda que seja evitado e, após quatro anos, em vez de condenações, recebeu aplausos das autoridades financeiras internacionais pelos seus excelentes indicadores econômicos e sociais. Em fevereiro de 2010, a vice-presidenta do Banco Mundial para a América Latina, Pamela Cox, elogiou, em visita a La Paz, o crescimento econômico alcançado pela Bolívia apesar da crise global. No ano anterior, o FMI apresentou pela primeira vez em La Paz um relatório anual, no qual reconheceu que “a política social do governo boliviano é algo positivo e importante para a sustentabilidade do modelo econômico”.

Na avaliação do economista estadunidense Mark Weisbrot, diretor do Center for Economic and Policy Research, com sede em Washington, o sucesso boliviano mostra que a velha ortodoxia econômica está errada. “A regra de que a coisa mais importante que um governo pode fazer é atrair investimentos externos a qualquer custo não é verdade”, afirmou. “Com a nacionalização e a crise, houve queda dos investimentos, mas mesmo assim a Bolívia teve o maior crescimento das últimas décadas” (Weisbrot et al., 2009). Na realidade, os números relativos à inserção internacional da economia boliviana superaram, em muito, as previsões agourentas dos analistas que, em uma avaliação negativa da política de nacionalizações, acreditavam que o país ficaria isolado, à margem do mercado e dos fluxos internacionais do capital. Apesar da nacionalização, os níveis de investimento na segunda metade da década de 2000 se mantiveram em patamares comparáveis aos do período anterior. Em 2004 e 2005, a Bolívia recebeu US\$ 448 milhões em investimentos, respectivamente. No governo de Evo Morales, essas cifras subiram para US\$ 582 milhões, em 2006, e US\$ 700 milhões, no ano seguinte (Weisbrot et al., 2009).



## A vitória decisiva

A convocação de uma Assembleia Constituinte para “refundar” a república era um dos compromissos centrais da campanha eleitoral de Evo Morales, no contexto da Agenda de Outubro que orientou a ação dos movimentos sociais desde a primeira Guerra do Gás, em 2003. A Constituinte, instalada em agosto de 2006, enfrentou sérios contratempos e funcionou em meio ao intenso conflito entre as principais forças políticas e setores socioeconômicos nela representados. O maior entrave à tomada das decisões residia no fato de que o governo, apesar de contar com a maioria dos constituintes, não alcançou os dois terços necessários para a aprovação das leis. Juntamente com aliados, o MAS tinha 50,7% das cadeiras. Esse impasse foi resolvido em janeiro de 2007. A Assembleia Constituinte decidiu que, caso uma lei contasse com a maioria simples dos votos, mas não alcançasse dois terços, seria submetida à consulta popular, por meio de um referendo.

A Constituinte foi o principal cenário do duro embate entre, de um lado, o governo e o bloco indígena-popular que o respaldava e, do outro, a oposição burguesa e agroexportadora, ávida por retornar à situação anterior. A partir do início de 2007, o centro da luta política se deslocou para o interior da Constituinte, que rapidamente se transformou na caixa de ressonância dos grandes conflitos e tensões que perpassavam o país. Entre os temas que mais provocaram divergência, estavam a escolha entre autonomia provincial e autonomia indígena, o controle e a distribuição da renda dos recursos naturais, o alcance da reforma agrária, o modelo econômico a ser adotado e a localização da capital – Sucre ou La Paz.

A oposição direitista, liderada pelo Podemos, tratou a Constituinte como arena privilegiada para o embate contra o governo de esquerda, valendo-se da inexistência de uma maioria oficialista de dois terços. Esse partido, derrotado na eleição presidencial de 2005, organizava o contra-ataque articulando as reivindicações do empresariado com as demandas de autonomia regional, impulsionada a partir dos departamentos da chamada Meia-Lua (Bení, Pando, Santa Cruz e Tarija), no leste do país.

### A REBELIÃO DA MEIA-LUA

A Meia-Lua se tornou o foco da contestação ao governo do MAS conforme as forças políticas que haviam exercido o poder no período neoliberal foram perdendo o controle das regiões andinas, onde o apoio a Morales e aos

movimentos sociais se tornou amplamente majoritário. No leste da Bolívia, a elite econômica era bem mais forte politicamente do que oeste, apoiada pelos interesses transnacionais do gás e, principalmente, pelo agronegócio. Lá ganhou força, a partir de 2005, uma poderosa corrente separatista, com base nos centros urbanos e na população de pele mais branca – em especial, em um grupo de cerca de 40 famílias de grandes fazendeiros que controlam 75% das terras no próspero departamento de Santa Cruz. Naquele ano, a direita foi vitoriosa nas eleições para governador nos quatro departamentos da região.

Os grupos separatistas e a direita, de modo geral, receberam ajuda financeira dos EUA para promover a campanha pela autonomia regional nos estados do Leste. Havia dois projetos autonomistas na época. Enquanto o MAS defendia uma concepção ampla de autonomia, que abarcava as regiões, os municípios e as comunidades indígenas, os governadores da Meia-Lua, apoiados pelas autoridades de Chuquisaca, limitavam-se a reivindicar a autonomia para os departamentos. O ponto fundamental, para os partidários da autonomia estadual/regional, era o controle da arrecadação fiscal obtida com a exploração dos recursos naturais, em particular o petróleo e o gás. O MAS defendia que a renda desses recursos ficasse sob o controle do governo central, enquanto as elites econômicas regionais da Meia-Lua defendiam que a maior parte dessa riqueza permanecesse nos departamentos de origem.

Conforme explica Hugo Moldiz, em seu livro *Bolívia en los tiempos de Evo*, os integrantes das classes dominantes



estavam muito preocupados com o processo de recuperação estatal dos recursos naturais e os passos que o presidente Evo Morales deu para reativar o papel do Estado na economia. Nas palavras de Moldiz (2009, p. 124),

a burguesia boliviana, altamente dependente do capital transnacional, não está disposta a fazer concessões e se nega a admitir a possibilidade de compartilhar o poder as classes subalternas às quais explora, como toda burguesia, para se reproduzir, mas às quais também despreza pela cor da pele e pela origem dos seus sobrenomes.

O embate que definiu os rumos do processo político na Bolívia teve início na cidade de Sucre, capital do departamento de Chuquisaca e sede dos trabalhos da Constituinte. Por mais de um ano, os representantes conservadores conseguiram bloquear a elaboração da nova Constituição, impedindo que se adotassem decisões sobre uma série de pontos polêmicos, em especial sobre a manutenção da sede dos poderes Legislativo e Executivo em La Paz, tal como foi durante todo o século XX, enquanto Sucre permaneceria como a sede do poder Judiciário. A radicalização das posições em torno do tema polêmico sobre qual das duas cidades seria a capital da Bolívia fez que setores importantes da sociedade civil de Chuquisaca se aliassem à reivindicação autonomista da Meia-Lua em troca de apoio político ao esforço de Sucre em recuperar sua posição como capital, perdida na guerra civil de 1891.

Os ânimos se exaltaram a partir de agosto de 2007, quando os representantes governistas retiraram esse tema da agenda da Constituinte a fim de abrir espaços para outros assuntos, considerados prioritários. Manifestantes locais, convocados pela direita, ocuparam as ruas de Sucre e forçaram a interrupção dos trabalhos da Constituinte, exigindo que o tema da *capitalidade* voltasse ao topo da agenda – o que, com a vigência da regra dos dois terços para a tomada de decisões significaria manter a assembleia paralisada por prazo indefinido. No auge do conflito, grupos de choque fascistas espancaram indígenas nas ruas de Sucre.

O governo fez um grande esforço de negociação com os opositores de posições mais moderadas e, em setembro, conseguiu um acordo para que a Constituinte fosse transferida para a cidade andina de Oruro (reduto eleitoral de Morales) e que o critério de dois terços dos representantes fosse modificado para o de dois terços dos presentes no momento da votação. Assim, no dia 9 de dezembro de 2007, em Oruro, a nova Constituição foi votada, sob a proteção de militantes pró-Morales, evitando os distúrbios ocorridos em Sucre (Araujo, p. 145).

Derrotados em sua tentativa de impedir a elaboração da nova Carta, os setores mais conservadores da oposição decidiram partir para a ofensiva contra o governo de Morales, tentando desestabilizá-lo a partir das demandas autonomistas da Meia-Lua. As manifestações em Santa Cruz e outras cidades do Leste boliviano se intensificaram, culminando com a realização, em maio e junho de 2008, de referendos pela autonomia nos quatro departamentos

da região. Essas consultas, que aprovaram a demanda dos governadores pela autonomia regional mais ampla possível, não possuíam validade jurídica, já que lhes faltava a necessária aprovação do Congresso Nacional, em La Paz. O objetivo era mostrar força política e precipitar um confronto decisivo, atraindo as Forças Armadas para o campo da direita.

A ofensiva na Meia-Lua, de fato, polarizou o país, empurrado a uma situação de pré-guerra civil. Mas os referendos mostraram também os limites do apoio social ao projeto autonomista. Em lugar da unanimidade apregoada pelo Comité Cívico Pro Santa Cruz (organização das elites *cruceñas* de viés separatista), o resultado das urnas revelou uma abstenção de 35% no departamento de Santa Cruz, comparada ao abstencionismo de apenas 15% nas eleições presidenciais de 2005. Registrou-se, além disso, uma proporção de 15% dos votos contrários à autonomia regional. No departamento de Beni se repetiu a margem de 35% de abstenções, enquanto 17% dos votantes rejeitaram o estatuto autonômico defendido pela elite local. Em Pando, a taxa de abstenção foi ainda maior, de 46%, com 14% dos votos contrários à autonomia.

Diante do impasse político gerado pelo desafio das elites regionais da Meia-Lua, o governo federal recorreu à consulta popular, por meio das urnas. Foi assim que, em 10 de agosto de 2008, realizou-se um referendo nacional para a confirmação ou revogação do mandato de Morales, do vice-presidente Álvaro García Linera e dos governadores estaduais. O resultado do referendo revogatório – fato

inédito na história boliviana – fortaleceu enormemente a legitimidade de Morales, que obteve nas urnas um maciço respaldo popular. O presidente recebeu o apoio de 68,4% dos votantes, ou seja, mais de dois terços do total, em uma consulta que contou com a participação de 83% do eleitorado. Nas eleições presidenciais de 2005, vale lembrar, Morales venceu com 53,7%. Igualmente significativo é o fato de ter se saído vitorioso, no referendo, em oito dos nove departamentos do país. No único em que foi derrotado, o de Santa Cruz, a vantagem dos votos pela rejeição do seu mandato foi estreita. A direita foi confirmada no comando dos departamentos da Meia-Lua, mas, em outras partes do país, dois importantíssimos governadores de oposição – José Luis Paredes, de La Paz, e Manfred Reyes, de Cochabamba – foram destituídos de seus cargos em decorrência da rejeição pelo voto popular.

O governo, que pouco tempo antes parecia encurralado, emergiu da consulta eleitoral de agosto de 2008 mais forte do que nunca, pronto para resolver os pontos ainda pendentes na Constituição elaborada em Oruro e concluir com pleno sucesso o processo constituinte. Nesse cenário, o bom senso recomendava à direita separatista recuar em sua ofensiva desestabilizadora e aceitar os acenos ao diálogo emitidos por Morales. Ocorreu o contrário. Imediatamente depois da vitória governista no referendo revogatório, o movimento autonomista da Meia-Lua ingressou em uma fase de contestação aberta à legalidade vigente, em uma escalada de violência sem precedentes. Ganharam protagonismo grupos de choque como a Unión Juvenil

Cruceñista, formada por jovens da elite de Santa Cruz que se saúdam ao estilo nazista e usam como símbolo a suástica, e seus similares nos departamentos de Beni, Pando, Tarija, Cochabamba e Sucre (Moldiz, 2009, p. 140). Em Santa Cruz e em outras cidades, instituições públicas federais foram tomadas e incendiadas. Chegou-se ao ponto de impedir o pouso de um avião que transportava o presidente Evo Morales. Os governadores dos quatro estados da Meia-Lua, reunidos em Santa Cruz, decidiram, sem invocar qualquer motivo concreto, convocar uma paralisação geral para 19 de agosto, desprezando completamente os resultados do referendo realizado poucos dias antes. A oposição direitista esperava que os militares se sentissem forçados a reagir, causando mortes e a renúncia de Morales, ou criar a justificativa para algum tipo de intervenção da ONU para restaurar a estabilidade. Em setembro, funcionários da embaixada dos EUA chegaram a se reunir com altos comandantes militares da Bolívia, com o objetivo de convencê-los a permanecer omissos diante da conspiração golpista.

### O “PONTO DE BIFURCAÇÃO”

Na avaliação de García Linera, a oposição direitista fez exatamente o oposto do que recomendam os manuais de estratégia militar: “Lançou-se cegamente ao confronto aberto no momento de maior fortaleza política e eleitoral do governo e de maior incerteza quando à extensão de sua própria base de apoio”, disse o vice-presidente, em

entrevista (Svampa et al., 2010, p. 141). “Aí começou a sua derrota.” O processo político boliviano chegava ao que García Linera chamou de “ponto de bifurcação”. Dentro da sua linha gramsciana de análise, aquele era o momento em que o embate entre os dois blocos político-sociais que se enfrentavam na Bolívia desde o início da década – de um lado, o campo popular e indígena liderado por Morales e, do outro, a elite agroexportadora vinculada aos capitais externos – atingia o ponto decisivo. Ou restaurava-se o velho poder oligárquico, ou consolidava-se o novo bloco do poder popular que conquistou o governo com a eleição de Morales. Desde a Guerra da Água, em 2000, até aquele momento, a Bolívia teria vivido um longo período de “empate catastrófico”.

A resolução da crise, segundo García Linera, teve como lance decisivo a reação popular ao massacre de El Porvenir, ponto culminante da ofensiva da direita separatista da Meia-Lua, em 11 de setembro de 2008. Durante algumas semanas, a Bolívia esteve à beira de uma guerra civil. Diante da ofensiva direitista, milhares de manifestantes saíram às ruas em cidades importantes, como La Paz, Cochabamba e Oruro, em solidariedade a Morales. Camponeses bloquearam estradas na região da Meia-Lua e, até mesmo em Santa Cruz, moradores de bairros populares periféricos se mobilizaram e conseguiram repelir, com o uso da força, o ataque dos grupos de choque da extrema-direita que, armados com revólveres e bastões de beisebol, tentaram ocupar aquelas localidades. No plano da política externa, governos sul-americanos, com destaque para

os do Brasil, Argentina e Venezuela, manifestaram-se em apoio à manutenção da integridade territorial, às leis e ao governo democraticamente constituído na Bolívia.

Foi nesse contexto que um bando de pistoleiros – paramilitares contratados pelo governador de Pando, Leopoldo Fernández – armou uma emboscada contra uma coluna de camponeses que se dirigia à capital daquele departamento, Cobija, para se manifestar em apoio ao governo central. Dezoito pessoas foram mortas nessa emboscada, e outras 40 ficaram feridas. O ataque covarde, desferido contra civis desarmados, provocou comoção em todo o país, com gigantescas manifestações de repúdio à violência golpista e separatista. As Forças Armadas, até aquele momento à margem dos acontecimentos, tomaram uma posição inequívoca a favor do governo e do respeito à legalidade. O governador Leopoldo Fernández foi preso, acusado de genocídio, e Morales decretou Estado de sítio em Pando. Assim terminou o levante da burguesia latifundiária da Meia-Lua. “A direita avaliou suas forças, isoladas e em debandada, comprovou a vontade política da direção indígena-popular, que estava disposta a tudo, e preferiu então abdicar dos seus propósitos e se render”, avaliou García Linera (Svampa et al., 2010, p. 143).

Em meio à crise, a recém-criada União das Nações Sul-Americanas (Unasul) se reuniu em Santiago e tomou posição ao lado de Morales e das instituições democráticas bolivianas e deu início, oferecendo-se como mediadora, a um processo de diálogo entre o governo e seus opositores. As negociações ocorreram com ênfase em três pontos

principais: a distribuição da renda dos hidrocarbonetos, a questão das autonomias e a nova Constituição. Cerca de 100 pontos na nova Carta foram alterados pela comissão parlamentar encarregada de encaminhar as reivindicações de diferentes setores da sociedade, insatisfeitos com o projeto aprovado, meses antes, em Oruro.

Conforme explica o pesquisador brasileiro Rafael Araújo, o acordo sobre a nova Carta trouxe à tona divergências no interior do MAS e da própria base social de apoio a Morales. O principal ponto de discórdia foi a modificação da Lei de Terras, em relação ao texto aprovado em Oruro em 2007. Manteve-se, no novo texto, o limite máximo de 5 mil hectares para qualquer propriedade agrícola, porém se decidiu, no acordo entre governo e oposição, que tal regra valeria apenas para propriedades adquiridas no futuro (Araújo, 2009, p. 157).

A Constituição Política do Estado foi submetida a um referendo no dia 25 de janeiro de 2009 e aprovada por 61,4% dos votos. Entre outras inovações, a atual Carta Magna da Bolívia estabelece o caráter plurinacional e comunitário do Estado.





CAPÍTULO 7

## Avanços e dilemas

Em um balanço dos dez primeiros anos do governo popular boliviano, apresentado em entrevista à emissora de televisão oficial no dia 31 de dezembro de 2015, o vice-presidente Álvaro García Linera assinalou que o país está vivendo o melhor período em dois séculos de história, tanto do ponto de vista econômico quanto do social. Em apenas uma década, o PIB da Bolívia quase quadruplicou – de US\$ 9 bilhões em 2005 para US\$ 33 bilhões. O crescimento econômico boliviano em 2015 foi o mais alto na América Latina, de quase 5%, apesar da queda mundial dos preços das matérias-primas, que afetou a balança comercial na medida em que o preço do gás natural, principal produto de exportação, é atrelado às cotações internacionais do petróleo, que despencaram para menos de um terço do seu valor.

“O mundo inteiro fala do milagre boliviano”, enfatizou García Linera. “Muitos agora nos perguntam

como fazemos para crescer 5% quando o Chile cresceu 1,5%, o Brasil retrocedeu ao menos 1% e o crescimento do México ficará entre 0,9% e 1%.” De acordo com essa visão, não se trata de um simples fenômeno conjuntural, mas de uma mudança de longo prazo na posição do país no contexto econômico sul-americano. “A economia do Chile em 2005 era catorze vezes maior que a boliviana”, lembrou o vice-presidente, “e em nove anos conseguimos reduzir essa diferença para oito vezes. Se mantivermos o ritmo de crescimento atual – acrescentou – em 2020 a diferença será de quatro vezes e, em 2015, de apenas duas vezes”.

O extraordinário econômico da Bolívia é acompanhado por melhorias significativas na distribuição de renda, na redução da pobreza e na elevação do padrão de vida da população em geral. O salário mínimo subiu de 440 bolivianos (a moeda nacional) em 2005 para 1.646 bolivianos em 2015 (um aumento de 380%), enquanto a taxa de desemprego urbano caiu de 8,1% para 5,5% e a inflação se manteve em uma média de 5% ao ano. Em paralelo à elevação da renda dos trabalhadores, as políticas públicas implementadas na gestão de Morales permitiram uma queda dos níveis de pobreza na população de 60,6% em 2005 para 49,9% em 2010, enquanto a chamada “pobreza extrema” (ou miséria) caiu no mesmo período de 38,2% para 28,4% (Stefanoni, 2013, p. 10).

Esses resultados expressam a prioridade do governo boliviano à implementação de programas sociais, para os quais foram destinados recursos públicos no valor de US\$

2,2 bilhões em 2010. Em 2005, o ano anterior à posse de Morales, os gastos sociais se situaram ao redor dos US\$ 500 milhões. Os programas de transferência de renda, nos moldes da experiência brasileira do Bolsa-Família, segundo o economista brasileiro Pedro Silva Barros (2010, p. 34), “ajudaram a formar o conjunto de ações que definiram o crescimento positivo do PIB, a despeito da crise”. Três programas sociais do governo boliviano merecem especial destaque:

a) Bônus Juancito Pinto – Distribuído a 1,7 milhão de estudantes em 2010, garante uma transferência equivalente a US\$ 29 (ou US\$ 70 em paridade do poder de compra, ou PPC) para as crianças que estão matriculadas e frequentam a escola até o sexto ano. Esse programa foi iniciado em 2006, com verbas repassadas diretamente da cobrança de um imposto adicional de 32% pelo gás natural produzido nos campos de San Alberto e San Antonio, operados pela Petrobras, em sociedade com a Repsol-YPF e a TotalFinaElf. A cobertura, desde então, passou de 61% das crianças para 95% em 2009.

b) Renda Dignidade – Expansão do antigo Bonosol (principal programa social do governo de Sánchez de Lozada), ocorrida a partir de 2008. Transferência de um valor equivalente a US\$ 340 (ou US\$ 850 em PPC) para quem tem mais de 60 anos e recebe outros benefícios previdenciários e em torno de US\$ 255 (ou US\$ 635 em PPC) para quem não recebe. Cerca de 770 mil idosos receberam o benefício em 2010, o que representa a totalidade da população boliviana acima dos 60 anos de idade.

c) Bônus Juana Azurduy – Por meio desse benefício, as mães que não contam com seguro-saúde (privado) são incentivadas a receber assistência médica desde a gravidez. Os pagamentos, com um valor variável a partir de US\$ 42 (US\$ 105 em PPC) dependendo do número de consultas, se estendem até que a criança complete dois anos de idade. Em 2010, 340 mil bolivianas grávidas e mães com filhos de até dois anos receberam o bônus.

No seu conjunto, esses três programas beneficiam diretamente mais de 42% da população boliviana. Com a nacionalização do setor elétrico, as tarifas de eletricidade ficaram mais baratas e a rede está sendo ampliada para regiões do país que não tinham acesso à luz elétrica. Nos hospitais públicos, existem mais médicos e melhores equipamentos. O número de ambulâncias utilizadas pelos serviços públicos de saúde triplicou, de apenas 558 em 2005 para 1.440 no intervalo de uma década. A taxa de mortalidade materna caiu, no mesmo período, de 229 mulheres para cada 100 mil bebês nascidos vivos para apenas 90.

O analfabetismo foi erradicado, graças à aplicação do programa educacional cubano “Yo, sí puedo” (“Sim, eu posso”). A telefonia celular passou a alcançar todos os rincões do país, com a universalização do acesso à internet, e um teleférico foi inaugurado ligando La Paz à cidade vizinha de El Alto, um conglomerado urbano indígena com mais de 1 milhão de habitantes. Com tantas proezas a seu favor, Morales ganhou com folga praticamente todas as batalhas eleitorais travadas em sua gestão. Eleito pela

primeira vez em dezembro de 2005 com 53,7% dos votos, o presidente foi confirmado no referendo revogatório de agosto de 2008 com 68,4% e, em dezembro de 2009, reeleito com 64%, obtendo ainda dois terços do Congresso.

A Bolívia encerrou, assim, a primeira década do século com um cenário político mais estável, uma economia mais próspera e perspectivas sociais melhores, em comparação à situação existente no início desse período. E o Decreto de Nacionalização, sem dúvida, foi uma peça-chave para essas conquistas. “Os recursos naturais bolivianos, que durante décadas aumentaram a mais-valia das empresas nacionais, são agora propriedade e servem para o benefício do povo boliviano” (Arkonada, 2012).

## O ESTADO PLURINACIONAL

As conquistas do governo popular na esfera econômica – fundamentais para as sucessivas vitórias de Morales e do MAS em todos os processos eleitorais – têm sido acompanhadas por importantes mudanças nas arenas política e cultural, com o foco na ampliação dos direitos e no ingresso dos indígenas no aparelho estatal e na vida pública da Bolívia. Os povos originários e camponeses, previamente excluídos, alcançaram postos eletivos em uma escala nunca vista em qualquer período anterior. Em 2011, cinco dos nove governadores eleitos eram de origem indígena ou camponesa, enquanto 90% dos 166 representantes eleitos da Assembleia Legislativa Plurinacional vieram diretamente dos quadros dos movimentos sociais.

O grande instrumento para esse processo de mudanças é a nova Constituição, aprovada por mais de 60% dos eleitores no referendo popular realizado em janeiro de 2009. Mesmo com algumas deficiências, a versão final da Carta Magna é considerada como uma conquista significativa para os movimentos sociais, que alcançaram suas três principais demandas: o Estado plurinacional, as autonomias indígenas e o controle estatal sobre os recursos naturais.

A partir da aprovação do novo texto, o processo de “descolonizar” o Estado prosseguiu, em outubro de 2010, com a realização das primeiras eleições populares para escolher as autoridades do Poder Judiciário. Um número recorde de mulheres (50%) e de indígenas (40%) se tornou juízes e promotores do Estado, como resultado do processo. Eles receberam a tarefa de implementar a justiça popular.

A Constituição Política do Estado declara o caráter plurinacional da Bolívia, revogando o caráter monocultural presente no cerne das instituições do Estado desde a fundação da república, em 1824, e reconhece a existência de 34 nações originárias e suas respectivas línguas, formas de organização política, social, jurídica e econômica.

Como observa Hugo Moldiz (2009, p. 105), essa foi a forma que a Carta Magna encontrou de afirmar que o poder político liderado pelo MAS está empenhado em construir um estado democrático e igualitário, ao contrário do antigo Estado excludente e senhorial, incapaz de ser a síntese da realidade “multissocietária” do país. Para começar, a nova Constituição incorpora um conceito de democracia muito mais amplo do que a concepção liberal adotada pe-

los governos anteriores, ao incluir as formas comunitárias de escolha das autoridades e de exercício e participação no poder. Todas as instituições da democracia representativa são preservadas, sem que absolutamente nenhum direito seja excluído. Ao lado das eleições livres e da pluralidade dos partidos políticos, traços fundamentais da civilização moderna, estabelecem-se mecanismos de democracia direta, como os referendos, assim como se reconhece o direito de os povos indígenas escolherem suas autoridades mediante usos e costumes não partidários, de acordo com o grau de autonomia que a Constituição lhes atribui, o que implica o reconhecimento de sua autodeterminação no âmbito da unidade plurinacional e estatal. Porém, é preciso deixar claro o que se entende por plurinacionalidade. Conforme explica Moldiz, “isso não significa dizer que as nações indígenas originárias estão se convertendo em Estado-nação, como dizem as classes dominantes, interessadas em combater as formas profundas de descentralização e de desconcentração do poder” (2009, p. 106).

Na primeira parte da Constituição, “Bases fundamentais do Estado: direitos, deveres e garantias”, a pesquisadora brasileira Áurea Mota (p. 146-147) destaca quatro aspectos:

- a) a ideia da descolonização como fim e função do Estado (Art.9);
- b) a adoção da forma de governo democrático-participativa, representativa e comunitária;
- c) a definição do que é considerado população originária;
- d) a reordenação da estrutura do direito à propriedade.



A segunda parte da Constituição, intitulada “Estrutura e organização funcional do Estado”, é aquela em que a ideia da plurinacionalidade ganha dimensões concretas de forma mais clara. O Legislativo, embora permaneça uma instituição bicameral, com uma Câmara de Deputados e um Senado, adquire um caráter plurinacional na sua composição, assegurando a representação dos povos originários de diversas regiões do país (Mota, p. 148). Mas é no tocante ao Judiciário que a diferença da Constituição boliviana em relação às de quase todos os demais países latino-americanos, de cunho puramente liberal, se mostra mais nítida. Embora o sistema judiciário permaneça unificado (tendo como instância máxima o Tribunal Supremo de Justiça), verifica-se o ingresso das ideias do pluralismo político e da interculturalidade como princípios determinantes na maneira como se encaram as leis e a Justiça. Destaca-se, nesse terreno, o estabelecimento da uma jurisdição indígena originária camponesa, na qual a aplicação de leis emanadas da propriedade comunidade, com base na tradição, é feita por suas próprias autoridades. Como assinala Áurea Mota (2009, p. 148), o órgão eleitoral também passa a ter composição plurinacional – das sete vagas que o compõem, duas são reservadas para indígenas originários camponeses.

### “BEM VIVER”, UMA IDEIA EM DISPUTA

A presença indígena como elemento central na “re-fundação” da Bolívia (assim como na do Equador, no governo de Rafael Correa) trouxe ao primeiro plano da agen-

da política e cultural um conceito que remete às tradições dos povos andinos: o “bem viver” ou “bom viver”, expressão que frequentemente aparece no debate público citada nos idiomas quéchuwa (“*sumak kawsay*”) e aimará (“*suma qamaña*”). Não existe um consenso sobre o exato significado dessa noção, nem mesmo sobre ela corresponde fielmente ao pensamento dos povos andinos tradicionais ou se foi construída a partir do encontro entre intelectuais ocidentais e mestiços com intelectuais indígenas (Silva, 2015, p. 92). Na avaliação do cientista político Fabrício Pereira da Silva, o ponto que unifica as diferentes interpretações do “*bien vivir*” (a forma espanhola da expressão) é a busca de uma nova relação entre os seres humanos e desses com a natureza.

Duas ideias estão na sua base: 1) o comunitarismo na relação entre os indivíduos, calcado na reciprocidade e na igualdade; 2) e uma percepção holística da relação homem/natureza, de integração em lugar de domínio e exploração. (Silva, 2015, p. 93)

Na prática da gestão estatal, o governo boliviano tem enfrentado conflitos políticos que trazem à tona visões radicalmente divergentes acerca da relação entre o “bem viver” e a ideia moderna do desenvolvimento econômico e social. Também estão submetidas a intensos debates as opções de política econômica que mantêm – ou até reforçam, segundo os críticos – o caráter extrativista da economia, o que colocaria suas autoridades em conflito direto com os fundamentos do “bem viver” (Seoane; Tadei; Algrana-

ti, 2013). Trata-se de um debate que se desenvolve, em termos bastantes, na Bolívia e no Equador, ultrapassando o plano puramente teórico para se expressar em posições políticas opostas, muitas vezes em confronto físico direto.

O termo “extrativismo”, empregado geralmente em sentido negativo, se refere à primazia da exploração de riquezas naturais, como o petróleo, o gás e os minérios, na composição PIB e da pauta de exportações, reproduzindo a inserção na economia internacional segundo o modelo primário-exportador vigente desde os tempos coloniais. A polêmica envolve também a relação entre o Estado e as comunidades indígenas, cuja aspiração à autonomia tem lugar de destaque no discurso dos novos governantes e integra os dispositivos constitucionais adotados no período pós-neoliberal.

Na Bolívia, o principal conflito vinculado às divergências sobre o “bem viver” e o “extrativismo” se deu em torno do projeto governamental, anunciado em 2011, de construir uma rodovia cujo traçado atravessa o Território Indígena Parque Nacional Isiboro-Sécure (Tipnis), uma área de proteção socioambiental com 1,1 milhão de hectares onde vivem 12 mil pessoas, entre as quais os integrantes dos povos yuracaré, moxenho e chimane. O Tipnis está situado na Amazônia, o que ressalta a dimensão ecológica do debate. No centro da divergência se situam visões opostas sobre as relações entre o desenvolvimento e a proteção ambiental, no contexto de um país com vastas reservas de biodiversidade, recursos naturais de alto valor econômico e enormes carências sociais (Fuser, 2014, p. 149-164).

A oposição à rodovia boliviana através do Tipnis se articula a partir da concepção de que a natureza (*Pacha Mama*, a Mãe Terra) é sagrada e, portanto, sua preservação se impõe como um critério supremo, acima de qualquer projeto que busque justificativa em nome do bem-estar humano ou do desenvolvimento econômico. O uruguaio Eduardo Gudynas condena em termos enfáticos o “utilitarismo antropocêntrico”, como ele define todos os pontos de vista (inclusive o marxismo) que encaram o uso dos recursos naturais como condição para o crescimento econômico. Essa visão, associada por ele ao atual cenário de insustentabilidade ecológica em escala global, deve ser substituída por um enfoque “biocêntrico” em que a ideia central é a de que todas as espécies naturais possuem o mesmo direito à vida, sem a existência de qualquer hierarquia que privilegie as necessidades ou os objetivos humanos. Nesse enfoque, toda biodiversidade – humana ou não – é igualmente importante. A tarefa fundamental para reverter a catástrofe ecológica da nossa época é “preservar a integridade dos processos naturais que garantem os fluxos de energia e materiais da biosfera” (Gudynas, 2010, p. 45-71). Isso implica, entre outras coisas, a rejeição do crescimento econômico como referência nas políticas estatais, por se tratar de uma meta (sempre segundo essa visão) intrinsecamente associada à devastação do meio ambiente.

Já os formuladores políticos alinhados ao MAS dão ao conceito indígena do “bem viver” uma interpretação muito diversa. Eles encaram esse princípio como alicerce para uma via alternativa de desenvolvimento e não como

uma “alternativa ao desenvolvimento”, entendendo-se o desenvolvimento como ampliação dos níveis de bem-estar e de progresso material e tecnológico – um processo estreitamente associado ao que Marx definiu como “o avanço das forças produtivas”. Esses autores costumam destacar a diferença entre as atuais políticas de desenvolvimento na Bolívia e no Equador (e também na Venezuela) e a experiência do nacional-desenvolvimentismo no século XX, voltada exclusivamente para o crescimento econômico e a industrialização, sem levar em conta os imperativos de justiça social e respeito à natureza. Nessa linha de pensamento, não existe contradição entre incrementar o desenvolvimento material da sociedade e se manter em sintonia com a cosmovisão indígena da comunhão com a natureza:

O que orienta as atuais políticas econômicas na Bolívia e no Equador é a ideia de alcançar a convivência humana em diversidade e harmonia com a natureza. As políticas para o Viver Bem ou para o Bem Viver, em outras palavras, não almejam o *American way of life*, e sim um nível de vida digno para todos os seres humanos em harmonia com a natureza; não buscam um Primeiro Mundo que hoje em dia se terceiromundiza, mas sim um mundo que caibam todos os mundos, incluindo o mundo natural. (Álvarez Lozano, 2012, p. 46, tradução livre)

Nesse debate, a voz mais influente em defesa das políticas de desenvolvimento dos governos “progressistas” é, sem dúvida, a do vice-presidente Álvaro García Linera, uma das principais referências no debate intelectual da es-

querda latino-americana. Em pleno contexto da polêmica em torno do Tipnis, ele respondeu aos críticos da rodovia e das políticas “extrativistas” do governo boliviano nos seguintes termos:

Como país e como sociedade, temos direito a manter um intercâmbio metabólico com a natureza a fim de satisfazer as necessidades tanto do ser humano quanto da própria natureza. E, é claro, também temos o direito de não repetir os atos destrutivos que a industrialização capitalista praticou em relação ao nosso entorno material. Sabemos disso, assim como também sabem os camponeses e os indígenas que demandam a construção da estrada. Esse é o grande desafio da trajetória realizadora que o Governo dos Movimentos Sociais tem levado adiante: construir uma forma de intercâmbio dialogante com a natureza, que assim como consegue obter os elementos materiais para a satisfação das necessidades básicas da população, também consegue reproduzir os nutrientes básicos de sua própria reprodução. (García Linera, 2011a, p. 164, tradução livre)

O projeto de construção de uma rodovia ligando Villa Tunari, no departamento de Cochabamba, a San Ignacio de Moxos, em Beni, reduz o trajeto entre as duas localidades dos atuais 900 quilômetros (três dias de viagem) para 300 quilômetros. A estrada foi projetada com o objetivo de integrar ao resto da Bolívia uma região amazônica carente de infraestrutura, onde a presença estatal é rarefeita e os serviços públicos só chegam de modo precário. Outro fator

de estímulo à construção da rodovia é a perspectiva de pôr fim à situação de dependência econômica de Beni em relação à vizinha Santa Cruz de la Sierra. Devido ao isolamento viário, os pecuaristas locais são obrigados a comercializar sua carne bovina por intermédio dos frigoríficos situados em Santa Cruz – o reduto político da oposição conservadora ao governo Morales. A rodovia criaria um vínculo direto entre Beni e as regiões central e ocidental da Bolívia, sob a hegemonia política dos partidários do governo.

Mas os líderes comunitários do parque e as organizações não governamentais (ONGs) ambientalistas se colocaram em oposição à obra, argumentando que a abertura do território facilitará a devastação da floresta, com o ingresso ilegal de madeireiros e de plantadores de coca. Apoiados por organizações sociais de projeção nacional, os indígenas das chamadas “terras baixas” da Bolívia lançaram-se em 2011 em uma marcha, rumo a La Paz, para exigir a aplicação do seu direito à consulta prévia, previsto na nova Constituição. Já outras entidades indígenas e camponesas tomaram posição ao lado do governo, o que configurou uma divisão no interior das forças sociais e políticas que levaram Morales à presidência em 2005 e o sustentaram.

De início, as autoridades trataram os líderes indígenas do Tipnis com a intransigência expressa no comentário de Morales de que as opções, no caso da rodovia, se limitariam ao “sim ou sim”. A obra foi apresentada como um fato consumado e a oposição a ela, atribuída à interferência de ONGs a serviço de interesses tidos como imperialistas e dispostos a impedir o desenvolvimento da Bolívia. Quando a

marcha já tinha se tornado um tema de destaque na cobertura midiática, o governo se dispôs a negociar. Aí foram os indígenas que recusaram o diálogo, negando-se a receber as sucessivas delegações de ministros enviadas ao seu encontro. A tensão crescente culminou, em 25 de setembro de 2011, com um episódio não totalmente esclarecido de repressão policial, que provocou o repúdio geral da opinião pública boliviana e foi condenado pelo próprio Morales.

A ação policial, pela qual nenhuma autoridade se responsabilizou, deixou patente a inabilidade do governo em lidar com o conflito. Dois ministros renunciaram aos seus cargos, em protesto, e as empresas de mídia, alinhadas com a oposição conservadora, aproveitaram para amplificar o estrago à imagem do governo, demonstrando uma inédita simpatia pela causa dos indígenas – os mesmos que, até pouco tempo antes, eram retratados como selvagens e inimigos do progresso. Derrotada nas urnas sucessivas vezes, a oligarquia boliviana passou a explorar, em proveito próprio, as ambiguidades e contradições da experiência boliviana de implantação de um projeto político nacional-popular.

Sob o ataque combinado da mídia boliviana, da mobilização de setores importantes do movimento indígena e das críticas de um amplo leque de ONGs na Europa e em outras partes do mundo, Morales retirou o projeto de construção da estrada. Mas logo em seguida ocorreu uma contraofensiva dos partidários da rodovia, com uma série de manifestações organizadas por camponeses e indígenas ligados ao MAS. Diante disso, o presidente mudou de po-



sição e optou por promover uma consulta pública entre os moradores do Tipnis. Em 2012, depois de vários adiamentos e em meio à forte oposição dos adversários do projeto, a consulta foi, afinal, realizada, com um resultado claramente favorável à construção da rodovia. Das 58 comunidades consultadas (11 delas se recusaram a participar), 55 se manifestaram a favor da controversa estrada (Arkonada; 2012). Os opositores do projeto rejeitam a legitimidade da consulta, acusando o governo de coagir as comunidades indígenas do Tipnis a votar a favor da estrada e de manipular a formação do universo de consultados, com a inclusão – espúria, segundo eles – de camponeses que, por terem imigrado recentemente, não fazem parte da população tradicional daquela área (Prada Alcoreza, 2013).

### AS “TENSÕES CRIATIVAS” DA REVOLUÇÃO

O impasse boliviano em torno da rodovia através do Tipnis teve um papel decisivo na implosão da frente de atores sociais que viabilizou a derrota do modelo neoliberal e o triunfo do MAS nas eleições presidenciais de 2005. Morales chegou ao poder, naquela ocasião, como o líder de uma aliança de setores populares do campo e das cidades, formada em torno de uma proposta de “refundação” do país em que se agregavam a busca do desenvolvimento industrial – bandeira histórica dos nacionalistas – e a autoafirmação e o pleno reconhecimento dos direitos da maioria indígena após cinco séculos sob o domínio da chamada elite branca.

Essa via “descolonizadora”, que difere parcialmente do modelo republicano-liberal, ganhou forma jurídica na definição da Bolívia como um *Estado plurinacional* e na opção constitucional pelo “bem viver”. O estilo de vida das comunidades originárias, seus idiomas e costumes ancestrais passaram a ser valorizados na esfera pública, ao mesmo tempo que a ideia de um modelo alternativo de desenvolvimento, que incluísse a harmonia com a *Pacha Mama*, se integrou enfaticamente ao discurso oficial. O problema, enfrentado por Morales em várias circunstâncias antes mesmo de eclodir o contencioso do Tipnis, sempre foi, desde o início, conciliar a perspectiva etnoambientalista adotada ostensivamente pelo governo com a necessidade de elevar em curto prazo as condições materiais de existência no país mais pobre da América do Sul. Esse dilema se manifestou, com clareza, na crítica que um analista pró-Morales, Ollantay Itzamná, fez aos intelectuais brancos engajados em ONGs internacionais que se opõem aos empreendimentos desenvolvimentistas no interior do país. “Quando escuto e leio os argumentos contra o trecho de rodovia que cruza o Tipnis, me pergunto se os ambientalistas e indigenistas já sentiram na própria carne o que é viver isolado e em permanente precariedade”, escreveu. “Saberão o que é viver sem energia elétrica, sem escola, sem hospitais, sem computador, sem geladeira?” (Itzamná, 2011).

Por outro lado, a ampla adesão à marcha indígena deu a medida da ressonância que a causa indigenista-ambientalista encontra na sociedade boliviana, inclusive em

setores urbanos. A mobilização agregou mais de 300 mil pessoas marcharam até La Paz em solidariedade aos opositores da rodovia através do Tipnis, em setembro de 2011. “A questão da definição de prioridades é complexa pelo fato de que Evo Morales se elegeu e reelegeu defendendo um programa de governo desenvolvimentista, mas que se combinava com o discurso de defesa da *Pacha Mama*” (Freitas, 2011).

Mais do que o próprio Morales, o grande arauto da opção industrializante na Bolívia é o vice García Linera. Em sua posição privilegiada como intelectual e dirigente político, ele tem enfatizado, a cada momento, a urgência do governo em proporcionar benefícios palpáveis para as multidões de desfavorecidos que constituem a base de apoio do MAS. “O tempo conspira contra os processos revolucionários”, escreveu. “Se não trazem bem-estar, as pessoas começam a se desencantar de sua obra e se tornam mais propensas a ouvir as fantasias conservadoras de quem lhes promete o paraíso por arte de magia” – isto é, a ilusão de que é possível alcançar o “bem viver” sem a geração dos excedentes econômicos necessários para satisfazer as demandas populares que a própria Constituição estabelece como direitos de todos (García Linera, 2011a).

O alerta faz parte de um livro publicado no início de 2011 (*El oenegismo, enfermedad infantil del derechismo*), no qual Linera polemiza contra os que se dizem decepcionados com o “processo de mudanças”, como os bolivianos chamam a trajetória iniciada na posse de Morales. “A possibilidade do desencanto não aparece porque a revolução

tenha se extraviado, como reacionariamente interpretam a direita cavernosa e seus acólitos *onguistas*, e sim porque não avança suficientemente rápido”, provoca (Linares, 2011a). Em seus livros e discursos, o vice-presidente defende a exploração das reservas de hidrocarbonetos (petróleo e gás natural) e de minérios como requisito para industrializar o país, melhorar os indicadores sociais e redistribuir a riqueza, aproveitando o contexto de preços das *commodities* no mercado internacional. O Estado, encarado não apenas como um regulador da vida econômica, e sim como um agente importante no processo produtivo, assume um papel de ponta que se expressa na reestatização de empresas estratégicas nos setores de hidrocarbonetos, mineração, eletricidade, telecomunicações, siderurgia e transportes, entre outros.

O conflito sobre o modelo de desenvolvimento na Bolívia, emblemático dos impasses decorrentes da expansão do modelo extrativista, já tinha dado mostras de seu potencial explosivo em 2010, com o início das prospecções petrolíferas em terras amazônicas no norte do departamento de La Paz. Algumas das comunidades indígenas da região tentaram bloquear a entrada dos geólogos da YPFB. Diante da palavra de ordem “Uma Amazônia sem petróleo”, lançada pelo Fórum Boliviano sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Fobomade), o presidente Evo Morales perguntou em tom de desafio: “Então, do que vamos viver?”. Em seguida emendou, referindo-se ao programa social equivalente no Brasil à Bolsa Escola: “Com que dinheiro vamos pagar o Bônus Juancito Pinto?”

Para os descontentes que se afastaram do governo nos últimos anos, fissuras como essa são sinais de uma crise profunda no “processo de mudança”, caracterizada pelo distanciamento entre as autoridades e os movimentos sociais, pela violação dos princípios democráticos e pela falta de aplicação efetiva do texto constitucional. García Linera prefere apresentar os atritos entre o governo e parte de sua base de apoio como “contradições no seio do povo” – antiga categoria maoísta para designar as divergências não antagônicas entre os que lutam pela transformação social. Esse é o mote de outro de seus livros recentes, *Las tensiones creativas de la Revolución*, no qual o vice-presidente enumera quatro pontos que manifestam as contradições dentro do bloco nacional-popular (2011b). O primeiro diz respeito à relação entre o Estado e os movimentos sociais – a ser resolvida, segundo ele, por meio do debate democrático. O segundo foco de tensão decorre da necessidade de garantir a liderança do processo político pelos indígenas, camponeses e operários e, ao mesmo tempo, incorporar outros segmentos da sociedade. O terceiro tem a ver com o embate entre os interesses gerais e os interesses setoriais ou particulares – por exemplo, as greves de professores em luta por fatias da renda nacional que, segundo o governo, devem se destinar aos investimentos de infraestrutura. Por fim, García Linera aponta a tensão existente entre o uso sustentável da natureza e a necessidade estatal de gerar excedentes econômicos e industrializar o país.

Como equilibrar essas duas demandas conflitantes? “Não existe uma receita”, admite o autor. Por um lado,

ele reafirma o compromisso do governo em praticar o que chama de “diálogo com a natureza”, evitando os métodos predatórios dos neoliberais e do desenvolvimentismo tradicional. Por outro lado, o vice boliviano enfatiza a primazia do interesse coletivo sobre as reivindicações de grupos específicos. “Junto com o direito de um povo ao seu território existe o direito de um Estado conduzido pelo movimento popular”, afirmou, em referência à decisão de extrair o petróleo da Amazônia.

O Estado não está tomando terras dos indígenas nem permitindo que as empresas petrolíferas destruam essas áreas. Pedimos apenas 1% ou 2% para explorar, nada mais. Se isso afetar um pequeno trecho de natureza, terá de ser feito de qualquer forma, para tornar viável a própria estabilização deste governo de camponeses, indígenas e trabalhadores. (Linera, 2011b)

Em favor da sua posição, García Linera também criticou a imagem, amplamente divulgada pelos adversários do projeto, do Tipnis como uma reserva virgem, que seria violada pela estrada que o governo planeja construir. Em livro publicado em 2012 com o título *Geopolítica de la Amazonía*, o vice-presidente demonstra, com mapas e fotos, como essa região é ilegalmente explorada pelas grandes empresas internacionais de madeira, pela caça de crocodilos e pela criação de gado. Ele aponta até mesmo a existência de um intenso turismo internacional, que se vale da presença de vários aeroportos clandestinos (García Linera, 2012, p. 41-49).

García Linera defende as políticas extrativistas como uma necessidade diante da situação doméstica e da correlação de forças no plano internacional, como um meio de aproveitar os recursos gerados pela atividade primária ou exportadora, sob o controle do Estado, para gerar os excedentes necessários para melhorar as condições de vida dos bolivianos e criar as bases para um desenvolvimento econômico equilibrado, que inclua a industrialização e o Bem Viver:

O extrativismo não é um destino, mas pode ser o ponto de partida para a sua própria superação. Certamente, nele se condensa toda a distribuição territorial da divisão do trabalho mundial – distribuição muitas vezes colonial. Para romper essa subordinação colonial não é suficiente encher a boca de injúrias contra esse extrativismo, deixar de produzir e afogar o povo em uma miséria ainda maior, para que logo a direita regresse ao poder e, sem modificar o modelo extrativista, satisfaça parcialmente as necessidades básicas da população. É exatamente essa a armadilha dos críticos insensatos que advogam pelo não extrativismo. Em sua liturgia política, esses críticos mutilam as forças e os governos revolucionários ao negar-lhes os meios materiais para satisfazer as necessidades da população, gerar riqueza e distribuí-la com justiça, e a partir disso criar uma nova base material não extrativista que preserve e amplie os benefícios da população laboriosa. (García Linera, 2012; p. 107-108 – tradução livre)

A dificuldade do governo boliviano é comunicar seus pontos de vista a uma população acostumada a encarar com desconfiança qualquer iniciativa vinda “de cima”. É o

que seu viúvo no episódio desastroso do “*gasolinazo*”, em dezembro de 2010. Foi quando o governo decidiu suprimir, de uma hora para outra, os subsídios estatais aos combustíveis. Do ponto de vista econômico, essa era uma medida racional – único meio de acabar com o contrabando de derivados de petróleo para os países vizinhos. Mas o temor de uma alta dos preços dos produtos essenciais levou milhares de manifestantes às ruas, obrigando o governo a voltar atrás em menos de uma semana. Na ocasião, o presidente pediu desculpas ao povo boliviano e invocou o lema dos neozapatistas mexicanos: “mandar obedecendo”.





## As razões do sucesso

Com dez anos de mandato completados em janeiro de 2016, Evo Morales é o presidente mais duradouro da história da Bolívia. Sempre acompanhado do candidato a vice-presidente Álvaro García Linera, Morales (ou, simplesmente, Evo, como é conhecido pela população) foi eleito pela primeira vez em 2005 (53,7% dos votos), confirmado por um referendo em 2008 (67%), reeleito em 2009 (64%) e, finalmente, reeleito mais uma vez em outubro de 2014, com 61,3% dos votos. Essa eleição mais recente foi a segunda a ser realizada nos marcos da atual Constituição, de 2008, que só permite duas eleições seguidas para qualquer cargo executivo (a vitória eleitoral de 2005 está fora dessa contagem por ter ocorrido sob a Constituição anterior).

O resultado eleitoral de 2014 significou um gigantesco triunfo para a dupla Evo Morales/García Linera e para o projeto político do MAS não só por ter sido mais

uma vitória em primeiro turno, com apoio de três em cada cinco eleitores, mas também pela colossal diferença que separou o candidato governista do segundo colocado, o empresário Samuel Doria Medina (da Unidad Democrática), principal porta-voz da oposição direitista, que obteve apenas 24,4% dos votos. Em terceiro lugar, com 9%, ficou o ex-presidente Jorge “Tuto” Quiroga (do Podemos), outro nome de realce no campo conservador – trata-se de um ativo integrante das articulações internacionais contra a Revolução Bolivariana na Venezuela, ao lado do ex-presidente colombiano Álvaro Uribe e do escritor peruano Mario Vargas Llosa. Entre os opositores situados no campo da esquerda, o único a receber uma votação digna de nota foi o dirigente indígena Fernando Vargas, com 2,69%, um pouco atrás do ex-prefeito de La Paz, Juan del Granado, do centrista Movimiento Sin Miedo e ex-aliado de Morales, com 2,72%.

Além de mais uma consagração eleitoral de Morales, o MAS alcançou em 2014 uma vitória decisiva ao preservar a maioria de dois terços no Congresso, elegendo 80 deputados, em um total de 130, e 24 senadores, no total de 36. O triunfo eleitoral do governo se tornou completa, ou quase isso, com a inédita vitória em oito dos nove departamentos (províncias) da Bolívia. Em Santa Cruz, o principal reduto oposicionista, Morales obteve 49% dos votos, contra 38% de Samuel Doria Medina. Na Bolívia “não há mais Meia-Lua, e sim lua cheia”, comentou Morales. Dos departamentos outrora opositores da região da Meia-Lua, apenas em Bení a oposição saiu vitoriosa.

Esses resultados eleitorais, juntamente com os dados impressionantes do desempenho econômico e dos avanços sociais na Bolívia, apontam, de modo incontestável, o acerto do caminho trilhado pelo governo de Evo Morales desde seu início, em janeiro de 2005. Esse quadro se mostra ainda mais significativo em contraste com os percalços recentes das experiências progressistas em outros países sul-americanos. O otimismo em torno do governo progressista na Bolívia coexiste com a derrota da esquerda na Argentina por candidato presidencial de direita, Mauricio Macri, encerrando o ciclo político inaugurado por Néstor Kirchner em 2003, e ainda com a crise catastrófica que põe em risco a sobrevivência da Revolução Bolivariana na Venezuela após a conquista de uma maioria parlamentar pela oposição direitista em dezembro e, no Brasil, com a guinada conservadora no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, alvo de uma ofensiva das forças políticas neoliberais, que inseriram na agenda política uma proposta de *impeachment*.

Como se explica a fortaleza do projeto político de Evo Morales em um contexto regional tão desfavorável, agravado pelas dificuldades de uma economia global em crise?

Qualquer tentativa de explicação deve ter como ponto de partida o sucesso das autoridades bolivianas em alcançar um perfeito equilíbrio entre as conquistas sociais e o bom desempenho macroeconômico. Sob a segura orientação do ministro da Economia e das Finanças Públicas, Luis Arce Catacora, um dos dois únicos integrantes da equipe governamental a se manter no mesmo cargo

ao longo dos sucessivos mandatos de Morales (o outro é o chanceler David Choquehuanca), a Bolívia acumulou reservas em moedas fortes, reduziu a dívida externa e manteve a inflação em patamares baixos. García Linera, em uma conferência num encontro de autoridades e militantes políticos de esquerda de diversos países em Quito (Equador), em setembro de 2015, enfatizou, como uma das lições das experiências recentes dos governos progressistas latino-americanos, a importância da capacidade de gestão econômica. Ele lembrou que em todos os processos vitoriosos de transformação política impulsionados pelas classes desfavorecidas os momentos de impulso revolucionário se esgotam rapidamente, para dar lugar, em seguida, a períodos de estabilização e descenso em que as energias passam a se focar nas necessidades da vida cotidiana. Nesses momentos, afirmou o vice-presidente boliviano, os revolucionários devem mostrar que são capazes não apenas de derrotar as classes dominantes, mas também de gerir com eficiência a economia.

No caso da Bolívia, uma chave explicativa para a manutenção do crescimento econômico, apesar da queda da receita com a exportação de *commodities*, pode ser encontrada na expansão do mercado interno, que se desenvolve sob o impulso da distribuição da renda por meio das políticas sociais e da melhoria permanente da remuneração do trabalho. O crescimento econômico deixa de ser movido exclusivamente pelas exportações, de tal maneira que, quando essas receitas diminuem, a economia mantém sua trajetória positiva, ainda que com indicadores mais modestos.

Nada disso teria sido possível, evidentemente, sem um pressuposto fundamental que é a recuperação do controle estatal sobre os recursos mais importantes do país, com destaque o gás natural, e sobre as empresas responsáveis pela infraestrutura básica da economia em setores como a eletricidade e as telecomunicações. A nacionalização dos recursos naturais, em especial, garantiu a distribuição de riqueza sem precedentes na história do país, substituindo a barbárie neoliberal pelos alicerces de um modelo econômico inclusivo, voltado para o desenvolvimento do mercado interno e para a melhoria permanente das condições de vida da maioria da sociedade. Sobre essa base os dirigentes bolivianos acreditam ser possível a superação dos limites impostos por uma história de cinco séculos de inserção econômica internacional subalterna, reduzindo a dependência do rentismo extrativista e levando adiante uma mudança da matriz produtiva que viabilize a diversificação da produção e a incorporação de múltiplos atores – empreendimentos estatais, comunidades camponesas indígenas, pequenos e médios empreendedores urbanos e empresas capitalistas.

Por fim, cabe realçar a dimensão cultural e ideológica das extraordinárias mudanças atualmente em curso na Bolívia. A melhoria das condições materiais da população é encarada não como o simples resultado de esforços individuais, e sim como decorrência lógica de uma ruptura política, com a adoção de um horizonte anticolonial na economia e nas relações sociais. Melhores salários, redução da pobreza, avanços na saúde, educação e equipamentos

urbanos, distribuição de terras, aumento dos salários reais e das oportunidades de emprego e renda – o governo boliviano, sob a liderança de Evo Morales, foi capaz de mostrar à maioria dos seus compatriotas que todos esses avanços foram obtidos e só poderão ser preservados e ampliados em conexão indissolúvel com a democratização do Estado, o reconhecimento pleno dos direitos das comunidades indígenas e a vigência de novas relações, de respeito, com a Mãe Terra. Em resumo, a Bolívia vive uma experiência criadora e original, repleta de ensinamentos para todos os que sonham e lutam por “um outro mundo possível”.

POSFÁCIO

## Referendo de 2016: um sinal de alerta para o futuro

O ano de 2016 trouxe a primeira derrota política do processo de mudanças iniciado dez anos antes na Bolívia. No dia 21 de fevereiro, realizou-se um referendo em que os eleitores foram chamados, no país inteiro, a opinar se a Constituição deveria modificada a fim de permitir que o presidente Evo Morales e o vice Álvaro García Linera pudessem concorrer a um novo mandato em 2019. Os votos contrários a essa proposta somaram 51,3% do total, enquanto os partidários do “sim” à possibilidade de uma nova reeleição tiveram o apoio de 48,7%. Morales reconheceu o resultado desfavorável, enfatizando, porém, que o governo “perdeu uma batalha, mas não a guerra”. Na mesma linha, García Linera qualificou o resultado como “uma derrota tática em meio a uma ofensiva estratégica vitoriosa do processo de mudanças” (García Linera, 2016).

O resultado, alcançado pela escassa margem de 2,6% dos votos, causou surpresa pelo contraste com as pesquisas



realizadas nos meses anteriores que apontavam índices de popularidade em torno de 80% para o governo de Evo Morales. Múltiplas interpretações surgiram, de imediato, para explicar a derrota de um governo que, até então, havia se saído vitorioso em todas as consultas eleitorais, incluindo as duas reeleições, sempre com vantagens esmagadoras sobre seus oponentes.

Antes de avaliar, resumidamente, os fatores que podem ter influenciado no resultado das urnas, é preciso assinalar dois elementos importantíssimos. O primeiro deles é que o governo boliviano, apesar do insucesso no referendo, permanece em uma situação totalmente distinta do contexto de grave crise política que marcava, nos primeiros meses de 2016, as gestões de Dilma Rousseff, no Brasil, e de Nicolás Maduro, na Venezuela. É consensual a ideia de que, salvo por algum motivo completamente imprevisível, a dupla Morales e García Linera governará até o início de 2020, entregando o comando do Executivo a sucessores eleitos, dentro da mais absoluta normalidade.

O segundo fator a ser ressaltado diz respeito à oposição. Além do fato de ter derrotado pela primeira o governo de Morales numa consulta eleitoral, há muito pouco o que comemorar. Os votos “não” foram obtidos por uma convergência de atores políticos cujo único ponto comum é a rejeição ao atual governo – um arco heterogêneo que se estende desde a oligarquia direitista da região da Meia Lua até setores de esquerda dissidentes do MAS, incluindo lideranças indígenas contrárias à exploração de recursos naturais e personagens das elites políticas tradicionais, como

os ex-presidentes “Tuto” Quiroga e Carlos Mesa. Essa ironia não passou despercebida a García Linera, que alfinetou em seu artigo de balanço do referendo: “Na noite de 21 de fevereiro aqueles que, há poucos antes, seguravam tacos de beisebol para arrebentar as cabeças de camponesas cocaleras se abraçaram com alguns ex-esquerdistas que, em algum momento, pontificaram sobre os direitos indígenas a partir dos seus gabinetes” (García Linera, 2016).

Em suma, a consulta eleitoral permitiu a aliança de forças políticas que jamais se uniriam ao redor de uma candidatura comum. Na Bolívia atual, inexistente uma alternativa política que inclua um projeto nacional alternativo ao que tem sido implementado pelo MAS. Tampouco emergiram, até agora, lideranças que tenham demonstrado a capacidade de empolgar o eleitorado em uma candidatura contrária ao bloco político que conquistou o poder em 2006. Antes e depois do referendo, a oposição tem se limitado a criticar todas as ações do governo, sem apresentar alternativas viáveis.

Ainda assim, a derrota oficialista no referendo deve ser encarada com um sinal de alerta altamente preocupante quanto ao futuro da revolução boliviana. O governo manteve um “núcleo duro” de apoio fiel entre os camponeses do Altiplano (oeste do país) e da região cocalera de Cochabamba, assim como em boa parte das cidades médias, mas perdeu em La Paz e em todas as grandes concentrações urbanas do país, inclusive em El Alto, a cidade-dormitório, vizinha à capital, de onde surgiram muitas das principais mobilizações contrárias às políticas neoliberais no período

pré-2006. Num país em acelerado processo de urbanização, um projeto político com bases de apoio essencialmente rurais não tem perspectiva de futuro, por razões óbvias.

Entre os motivos que explicam a vitória do “não” vale destacar os seguintes

1. Existe na Bolívia, como nos demais países latino-americanos, um sentimento arraigado que vincula a ideia de democracia com a da renovação das pessoas no exercício dos cargos políticos mais importantes. Assim, muitos cidadãos encararam com certa desconfiança a proposta de mais um mandato para Morales. Generalizou-se a ideia de que “Evo é um bom presidente, mas não convém que fique a vida inteira no governo”. A campanha oposicionista explorou essa noção com habilidade, conquistando os votos de muitos eleitores que apoiam o governo e se sentem satisfeitos com a sua política, mas que se mostraram receptivos às mensagens que associavam um viés autoritário à permanência indefinida do presidente em seu cargo. Uma parcela dos eleitores não foi capaz de distinguir entre a aprovação à mera possibilidade de que Evo voltasse a concorrer (afinal, era apenas isso o que estava em jogo na consulta) e a entrega de um novo mandato ao presidente, menos de dois anos depois de sua reeleição.

2. Como em qualquer país do mundo, é inevitável que um governante enfrente uma situação de desgaste após um longo período no poder – no caso, dez anos exatos. A burocratização do MAS durante esse período é um fato. Líderes populares, nomeados para cargos na máquina estatal, se afastaram de suas bases sociais para nunca mais

regressarem. O ativismo político diminuiu drasticamente, sobretudo entre os setores governistas. O próprio sucesso das políticas públicas oficiais contribuiu para arrefecer o entusiasmo da militância. Após os heroicos confrontos que culminaram com a derrota da oligarquia latifundiária e com a nova Constituição, em 2008-2009, seguiu-se um período de tranquilidade e acomodação, no qual a hegemonia do MAS passou a ser encarada como um dado irreversível – o que, evidentemente, é um tremendo engano.

3. Ocorre na Bolívia o mesmo que se passou na Venezuela, no Brasil e na Argentina durante o ciclo progressista do pós-2000. As novas gerações, beneficiadas por políticas redistributivas que viabilizaram padrões mais elevados de consumo e o acesso a bens públicos (educação, saúde) antes inexistentes, desenvolveram expectativas a partir dessa nova realidade, sem levar em conta o contraste com os tempos difíceis do passado neoliberal. Em um país com um perfil demográfico especialmente jovem, faltou ao governo de Morales habilidade para se comunicar com os eleitores de menos de 30 anos de idade. A retórica oficialista pouco mudou desde os tempos da “Guerra do Gás”, sem incorporar as referências culturais de uma geração que passa boa parte do tempo com a atenção voltada para seus *smartphones*. García Linera, em seu artigo de avaliação do referendo, define esse erro nos seguintes termos: “Como governo revolucionário, nós ajudamos a mudar o mundo. Entretanto, no plano eleitoral, em uma parte de nossas ações, continuando atuando como se o mundo não tivesse mudado” (García Linera, 2016).

4. No clima de auto-satisfação gerado pelos sucessivos triunfos eleitorais e pelos avanços extraordinários na economia e nas políticas sociais, “o discurso da estabilidade foi aos poucos substituindo o discurso da mudança”, conforme aponta o jornalista e cientista político Pablo Stefanoni (2016). “Pela primeira vez desde 2005, a campanha eleitoral de Morales em 21 de fevereiro careceu de imagens de futuro e se refugiou nas conquistas do passado”, escreveu.

Agora o desafio de Morales, de García Linera e do MAS é o de aproveitar a derrota no referendo como uma oportunidade para a renovação na política e nos métodos. Para o sociólogo Salvador Schavelzon, professor na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a vitória do “não” pode ter um efeito estimulante sobre as fileiras do MAS, que pode a partir daí “abrir um processo interno democratizante e mostrar-se como uma força política viva, capaz de reinventar-se para ganhar em 2019” (Miranda, 2016).

O governo progressista tem, a partir de fevereiro de 2016, um período de quase quatro anos adotar as correções necessárias, renovar sua liderança e disputar com chances de vitória o comando da vida política boliviana na terceira década deste novo século.

**2000 (fevereiro/abril)** – A “Guerra da Água”: Uma imensa mobilização popular na cidade de Cochabamba consegue reverter a privatização da empresa municipal de água e saneamento.

**2002 (junho)** – O líder dos cocaleros, Evo Morales, candidato à presidente da República pelo Movimento ao Socialismo (MAS), fica em segundo lugar, com 20,4% dos votos, apenas 1,6% a menos do que o vencedor.

**2003 (outubro)** – Primeira “Guerra do Gás”: o presidente Gonzalo Sánchez de Lozada renuncia e foge para os Estados Unidos depois que centenas de milhares de manifestantes ocupam o centro de La Paz em protesto contra a exportação do gás a preço vil para os estadunidenses e contra as mortes causadas pela repressão policial. O vice-presidente Carlos Mesa assume o governo.

**2005 (julho)** – Segunda “Guerra do Gás”: uma nova mobilização popular pela nacionalização do gás natural e do petróleo provoca a renúncia de Mesa, que se recusou a atender à vontade da população nesse sentido, expressa em um referendo. O presidente da Suprema Corte assume a presidência, provisoriamente.

**2005 (dezembro)** – Evo Morales é eleito presidente com 57,4% dos votos. Seu partido, o MAS, obtém maioria absoluta no Congresso.

**2006 (maio)** – Um decreto presidencial nacionaliza o gás natural e o petróleo e restabelece o controle estatal sobre o setor. Negociações com as empresas estrangeiras garantem que a Bolívia se aproprie da maior parte da renda gerada por essa riqueza.

**2006 (agosto)** – É instalada a Assembleia Constituinte, com a tarefa de “refundar” a Bolívia. O MAS tem uma maioria apertada, com pouco mais de 50% dos constituintes.

**2008 (maio/junho)** – Inconformados com a Constituição progressista aprovada pela assembleia, os governadores de quatro províncias do leste do país (a região da Meia-Lua) se rebelam contra o governo central, aprovando uma “autonomia” em termos contrários às leis do país.

**2008 (agosto)** Morales submete a continuidade do seu mandato a um referendo popular e obtém o apoio de 68,4% dos votantes.

**2008 (setembro)** – A rebelião na Meia-Lua culmina com o massacre de manifestantes camponeses pró-Morales na localidade de El Porvenir. Multidões saem às ruas nas principais cidades em apoio ao governo, derrotando a oposição direita.

**2009 (janeiro)** – A nova Constituição, que renomeia o país como Estado Plurinacional da Bolívia, é aprovada em um referendo por 61,4% dos votantes.

**2009 (dezembro)** – Evo Morales é reeleito com 64% dos votos, na primeira eleição realizada sob a nova Constituição. O MAS obtém uma maioria de dois terços do Congresso.

**2010 (dezembro)** – O governo volta atrás na decisão de aumentar os preços dos combustíveis depois de uma onda de protestos (o *gasolinazo*).

**2011 (setembro)** – Polícia reprime manifestantes indígenas que protestam contra a construção de uma rodovia através do Parque Nacional Tipnis. Mas a decisão de levar adiante a obra é mantida depois que uma consulta às comunidades indígenas residentes no parque revela uma opinião majoritariamente favorável.

**2014 (outubro)** – Morales é reeleito novamente, com 61,4% dos votos, e o MAS mantém a maioria de dois terços no Congresso.

**2016** – O governo popular completa dez anos, com as mais altas taxas de crescimento econômico na América Latina e um balanço de conquistas sociais altamente positivo, com grandes avanços na redução da pobreza, melhoria geral das condições de vida da população, em especial da maioria indígena. Morales convocou um referendo que decidiu sobre sua possibilidade de concorrer a mais um mandato presidencial.









## Referências bibliográficas

ÁLVAREZ Lozano, Luis Jorge. El modelo de desarrollo del Buen Vivir: alternativa ao capitalismo, *La Migraña – Revista de Análisis Político*, La Paz, Bolívia, n. 4, p. 42-51, dez. 2012. Acessível na internet em: [www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/la-migrana-4.pdf](http://www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/la-migrana-4.pdf).

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A Revolução Boliviana*. São Paulo: Unesp, 2007.

ARAÚJO, Rafael. Os ecos da revolução em Santa Cruz. In: CHAVEZ, Daniel; SÁ, Miguel de; ARAÚJO, Rafael. *Bolívia: passos das revoluções*. Niterói (RJ): Muiraquitã, 2009.

ARKONADA, Katu. *Balance del proceso de cambio em 2012 y retos a futuro*. *Rebelión*, 17.dez.2012. Disponível em: [www.rebelion.org/noticia.php?id=160912](http://www.rebelion.org/noticia.php?id=160912).

BARROS, Pedro Silva. O êxito boliviano durante a crise mundial de 2008-2009, *Boletim de Economia & Política Internacional*. Brasília: Instituto de Política Econômica Aplicada (Ipea), 2010.

DANGL, Benjamin. *The price of fire: Resource wars and social movements in Bolivia*. Oakland (EUA); Edinburgh (Reino Unido): AK Press, 2007.

DUNKERLEY, James. *Bolivia: Revolution and the power of History in the present*. London: Institute for the Study of the Americas, 2007.

FREITAS, Caroline Cotta de Mello. Entrevista ao autor deste livro.

FUSER, Igor. Entre a Pacha Mama e o desenvolvimento: um olhar sobre os conflitos do Tipnis (Bolívia) e do Parque de Yasuní (Equador). In: FAVARETO, A.; MORALEZ, R. (orgs.). *Energia, desenvolvimento e sustentabilidade*. Porto Alegre: Zouk, 2014, p. 149-164.

\_\_\_\_\_. *As razões da Bolívia: dinheiro e poder no conflito com a Petrobras pelo controle do gás natural (2003-2007)*. São Bernardo do Campo (SP): Editora UFABC, 2015.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução: Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GARCÍA LINERA, Álvaro. La sublevación indígena popular en Bolivia, *Revista Chiapas*, n. 16, Cidade do México, 2004.

\_\_\_\_\_. “Derrotas y Victorias”. *Rebelión*, Madrid, 09.03.2016. Disponível em: [www.rebelion.org/noticia.php?id=209768](http://www.rebelion.org/noticia.php?id=209768).

\_\_\_\_\_. Bolívia. In: SADER, E.; JINKINS, I., *Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 189-204.

\_\_\_\_\_. *El “Oenegismo”, enfermedad infantil del derechismo*. La Paz: Vicepresidencia de la República, 2011a. Disponível em: [http://www.vicepresidencia.gob.bo/spip.php?page=publicacion&id\\_publicacion=51](http://www.vicepresidencia.gob.bo/spip.php?page=publicacion&id_publicacion=51).

\_\_\_\_\_. *Las tensiones creativas de la Revolución*. La Paz: Vicepresidencia de la República, 2011b. Disponível em: [www.rebellion.org/docs/134332.pdf](http://www.rebellion.org/docs/134332.pdf)

\_\_\_\_\_. *Geopolítica de la Amazonía: poder hacendal-patriomonal y acumulación capitalista*. La Paz: Vicepresidencia de la República, 2012. Disponível em: [www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/libro\\_final.pdf](http://www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/libro_final.pdf)

GILLY, Adolfo. Bolivia, una revolución del siglo XXI. *La Jornada*, Ciudad de México, 2 de marzo de 2004. Disponível em: [www.jornada.unam.mx/2004/03/02/per-portada.html](http://www.jornada.unam.mx/2004/03/02/per-portada.html).

GORDON, Gretchen; LUOMA, Aaron. “Petroleo y gas: la riqueza ilusoria debajo de sus pies”. In: SHULTZ, J.; DRAPER, M.C. (eds.). *Desafiando la globalización: historias de la experiencia boliviana*. La Paz: Plural, 2008, p.87-129.

GUDYNAS, Eduardo. La senda biocéntrica: valores intrínsecos, derechos de la naturaleza y justicia ecológica. *Tábula Rasa*, Bogotá, Colombia, n.13, p.45-71, jul.-dic. 2010. Disponível em: <http://www.gudynas.com/publicaciones/articulos/GudynasBiocentrismoJusticiaEcologicaTRasa10.pdf>.

HYLTON, Forrest; THOMSON, Sinclair. *Revolutionary horizons: Past and Present in Bolivian Politics*. London; New York: Verso, 2007.

KLEIN, Herbert S. *A concise history of Bolivia*. New York: Cambridge University Press, 2003.

KOHL, Benjamin; FARTHING, Linda. *El bumerán boliviano: hegemonía liberal y resistencia social*. Tradução: Hernando Calla. La Paz: Plural, 2007.

MAYORGA, René. “Democracia y liderazgo político en Bolivia”. In: HOFMEISTER, W. (comp.). *Liderazgo político en América Latina*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002.

MIRANDA, Boris. “Cómo se explica y qué significa para Bolivia la derrota de Evo Morales en el referendo por su cuarto mandato”. *BBC Mundo*, Londres, 24.02.2016. Disponível em: [www.bbc.com/mundo/noticias/2016/02/160222\\_significado\\_derrota\\_evo\\_morales\\_referendo\\_reeleccion\\_bolivia\\_bm](http://www.bbc.com/mundo/noticias/2016/02/160222_significado_derrota_evo_morales_referendo_reeleccion_bolivia_bm).

MOLDIZ, Hugo. *Bolivia en los tiempos de Evo: Claves para entender el proceso boliviano*. Cidade do México: Ocean Sur, 2009.

MOTA, Áurea. A nova Constituição política do Estado boliviano. In: DOMINGUES, J.M.; GUIMARÃES, A.S.; MOTA, A.; SILVA, F.P. (orgs.). *A Bolívia no espelho do futuro*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Editora UFMG, Iuperj, 2009, p. 133-160.

OLLANTAY, Itzamná. Tipnis: ¿um ensayo del método líbio?, *Rebelión*, Madrid, 11/10/2011. Disponível em: [www.rebelion.org/noticia.php?id=137261](http://www.rebelion.org/noticia.php?id=137261).

ORGÁZ García, Mirko. *La Guerra del Gas: fundamentos histórico-políticos para la tercera nacionalización de las transnacionales petroleras*. La Paz: C&C Editores, 2004.

PRADA ALCOREZA, Raúl. *El proyecto de ley de consulta anti-indígena*. *Rebelión*, Madrid, 8.fev.2013. Disponível em: [www.rebelion.org/noticia.php?id=163507](http://www.rebelion.org/noticia.php?id=163507).

SÁ, Miguel de. Bolívia no tempo presente: projetos em disputa e crises a partir do Altiplano. In: CHAVES, D.; SÁ, M.; ARAUJO, R. *Bolívia: passos das revoluções*. Niterói (RJ): Muiraquitã, 2009, p. 13-46.

SEOANE, José; TADDEI, Emilio; ALGRANATI, Clara. *Extratativismo, Despojo y Crisis Climática*. Buenos Aires: Herramienta, El Colectivo, 2013.

SHULTZ, Jim. El FMI y el febrero negro boliviano. In: SHULTZ, J.; DRAPER, M.C. (eds.), *Desafiando la Globalización: Historias de la experiencia boliviana*. La Paz: Plural, 2008, p. 131-162.

SILVA, Fabrício Pereira da. *Democracias errantes: reflexões sobre experiências participativas na América Latina*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2015.

SIVAK, Martín. *Evo Morales: The Extraordinary Rise of the First Indigenous President of Bolivia*. New York: Palgrave, 2008.

STEFANONI, Pablo. MAS-IPSP: la emergencia del nacionalismo plebeyo, *Observatorio Social de América Latina*, año IV, n.12, set.-dez. 2003. Buenos Aires: Clacso, 2003, p. 57-68.

\_\_\_\_\_. “Un referéndum por penales”. *Le Monde Diplomatique – Edición Cono Sur*, Buenos Aires, marzo 2016. Disponível em: [www.rebellion.org/noticia.php?id=209245](http://www.rebellion.org/noticia.php?id=209245).

\_\_\_\_\_. Las tres fronteras de la “revolución” de Evo Morales – Neodesarrollismo, decisionismo, multiculturalismo. In: STEFANONI, P.; SVAMPA, M. (comps.). *Bolivia: Memoria, insurgencia y movimientos sociales*. La Paz: Clacso/El Colectivo, 2007a, p. 67-96.



\_\_\_\_\_. Un nuevo mapa político en Bolivia. *Le Monde Diplomatique*, edición Cono Sur, Buenos Aires, n. 164, p. 10-11, fev. 2013.

\_\_\_\_\_ ; DO ALTO, Hervé. *La Revolución de Evo Morales: de la coca al palacio*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006.

SVAMPA, Maristella; STEFANONI, Pablo; FORNILLO, Bruno. *Debatir Bolivia: perspectivas de un proyecto de descolonización*. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 2010.

URQUIDI, Vivian. *Movimento cocaleiro na Bolívia*. São Paulo: Hucitec, 2004.

WEISBROT, Mark; RAY, R.; JOHNSTON, J. *Bolivia: the economy during the Morales administration*. Washington: CEPR, 2009. Disponível em: [www.cepr.ner/documents/publications/bolívia-2009-12.pdf](http://www.cepr.ner/documents/publications/bolívia-2009-12.pdf).

## Sobre o autor

137

**Igor Fuser** é doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), é professor do Bacharelado em Relações Internacionais e da Pós-Graduação em Energia da Universidade Federal do ABC (UFABC). Tem mestrado em Relações Internacionais pelo Programa Santiago Dantas (da Unesp, PUC-SP e Unicamp) e graduação em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero. Foi pesquisador visitante no Green College, da Universidade de Oxford (Reino Unido), em um programa de estudos da Reuter Foundation.

Publicou, entre outros livros, *México em Transe* (Scrिता, 1996), *Petróleo e poder: o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico* (Editora Unesp, 2007), *Energia e relações internacionais* (Saraiva, 2013) e *As razões da Bolívia* (Editora UFABC, 2015). Como jornalista, trabalhou no semanário *Movimento* e em diversas publicações da imprensa comercial, como *Folha de S.Paulo*, *Veja*, *Superinteressante*, *Exame* e *Época*.

Lecionou Jornalismo na Faculdade Cásper Líbero durante quinze anos e Relações Internacionais na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP), no Centro Universitário Belas Artes e na Universidade Anhembi Morumbi. Integra o conselho editorial dos jornais *Brasil de Fato* e *Le Monde Diplomatique Brasil* e o corpo de professores voluntários da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema (SP). Participou da diretoria do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo (1997/2000), no cargo de secretário-geral. Desenvolve pesquisas nas áreas de geopolítica da energia, política externa brasileira, política e integração regional na América Latina. Contatos pelo *email* igor.fuser@ufabc.edu.br.

# ANEXOS



ANEXO I

# Discurso<sup>1</sup> de Posse de Evo Morales, Presidente Constitucional da Bolívia

LA PAZ, 22 DE JANEIRO DE 2006.

Para recordar os nossos antepassados, por sua intermediação, senhor presidente do Congresso Nacional, peço um minuto de silêncio por Manco Inca, Túpac Katari, Túpac Amaru, Bartolina Sisa, Zárata Villca, Atihuaiqui Tumpa, Andrés Ibáñez, Che Guevara, Marcelo Quiroga Santa Cruz, Luis Espinal, por muitos de meus irmãos caídos, coqueiros da zona do trópico de Cochabamba, pelos irmãos mortos em defesa da dignidade do povo de El Alto, pelos mineradores, pelos milhares, milhões de seres humanos que tombaram em toda a América. Por eles, presidente, peço um minuto de silêncio.

Glória aos mártires da libertação!

Senhor presidente do Congresso Álvaro García Linares; presidentes chefes de Estado aqui presentes, muito obrigado por sua presença; organismos internacionais;

1. Fonte: Página 12, Buenos Aires: [www.pagina12.com.ar/diario/especiales/18-62330-2006-01-30.html](http://www.pagina12.com.ar/diario/especiales/18-62330-2006-01-30.html).

ex-presidentes; Congresso Nacional; Corte Suprema de Justiça; irmãos e irmãs dos povos indígenas da América, muito obrigado por sua presença.

Quero saudar, daqui, todo o povo boliviano; quero agradecer à vida por me dar a vida; agradecer a meus pais – que descansem em paz –, convencido de que continuam comigo me ajudando; agradecer a Deus, à Pachamama, por ter me dado esta oportunidade de conduzir o país. A todos eles, muito obrigado. Graças a eles estou onde estou, e graças ao movimento popular, ao movimento indígena da Bolívia e da América.

Certamente, estamos na obrigação de fazer uma grande reminiscência sobre o movimento indígena, sobre a situação da época colonial, da época republicana e da época do neoliberalismo.

Os povos indígenas – que compõem a maioria da população boliviana –, para que a imprensa internacional saiba, para que os convidados saibam: de acordo com o último censo de 2001, são 62,2% de aimarás, quéchuas, mojos, chipaias, muratos e guaranis. Esses povos, historicamente, têm sido marginalizados, humilhados, odiados, desprezados, condenados à extinção. Essa é a nossa história; esses povos jamais foram reconhecidos como seres humanos, sendo que eles são os donos absolutos desta nobre terra e de seus recursos naturais.

Nesta manhã, nesta madrugada, com muita alegria vi alguns irmãos e irmãs cantando na praça histórica de Murillo, a Plaza Murillo, na qual, assim como na Plaza San Francisco, há 40, 50 anos, não tínhamos direito de entrar.

Há 40, 50 anos, os nossos antepassados não tinham o direito de caminhar pelas calçadas. Essa é a nossa história, essa é a nossa vivência.

A Bolívia se assemelha à África do Sul. Ameaçados, condenados ao extermínio, aqui estamos, estamos presentes. Quero lhes dizer que ainda há vestígios dessa gente que é inimiga dos povos indígenas; queremos viver em igualdade de condições com eles, e por isso estamos aqui, para mudar a nossa história. Este movimento indígena originário não é concessão de ninguém, ninguém nos deu de presente, é a consciência do meu povo, do nosso povo. Quero lhes dizer, para que a imprensa internacional saiba, que os primeiros aimarás e quéchuas que aprenderam a ler e a escrever tiveram seus olhos arrancados e suas mãos cortadas, para que nunca mais aprendessem a ler, a escrever. Fomos subjugados, agora estamos procurando a maneira de resolver esse problema histórico, mas não com vingança, não somos rancorosos.

E quero dizer, principalmente aos irmãos indígenas da América concentrados aqui na Bolívia: a campanha de 500 anos de resistência popular, indígena e negra, não foi em vão; a campanha de 500 anos de resistência indígena popular iniciada no ano de 1988, 1989, não foi em vão.

Estamos aqui para dizer basta à resistência. Da resistência de 500 anos à tomada do poder para 500 anos, indígenas, operários, todos os setores, para acabar com essa injustiça, para acabar com essa desigualdade, para acabar principalmente com a discriminação, com a opressão à qual fomos submetidos como aimarás, quéchuas, guaranis.



Respeitamos e admiramos muitíssimo todos os setores, sejam eles profissionais ou não profissionais, intelectuais e não intelectuais, empresariais e não empresariais. Todos temos o direito de viver nesta vida, nesta terra, e este resultado das eleições nacionais é, justamente, a combinação da consciência social com a capacidade profissional. Isso mostra que o movimento indígena originário não é excludente. Seria muito bom se outros senhores também aprendessem conosco.

Eu quero dizer, com muita sinceridade e com muita humildade, depois de ter visto muitos companheiros da cidade, irmãos da cidade, profissionais, setores médios, intelectuais, até empresários, que se somam ao MAS, muito obrigado. Eu me orgulho deles, dos nossos setores médios, intelectuais, profissionais, e até empresariais, mas também convido os senhores a se orgulharem dos povos indígenas, que são a reserva moral da humanidade.

Podemos continuar falando sobre a nossa história, podemos continuar recordando como os nossos antepassados lutaram: Túpac Katari, para restaurar o Tahuantinsuyo; Simón Bolívar, que lutou por esta Pátria Grande; Che Guevara, que lutou por um novo mundo em igualdade.

Esta luta democrática cultural, esta revolução cultural democrática, faz parte da luta de nossos antepassados, é a continuidade da luta de Túpac Katari; esta luta e estes resultados são a continuidade da luta de Che Guevara. Aqui estamos, irmãs e irmãos da Bolívia e da América Latina; vamos continuar até conseguir essa igualdade em nosso país. Não é aceitável concentrar o capital em poucas mãos

para que muitos morram de fome. Essas políticas têm que mudar, mas têm que mudar em democracia.

Não é possível que alguns continuem buscando saquear, explorar, marginalizar. Não somos apenas nós que queremos viver bem, com certeza alguns têm o direito de viver melhor, têm todo o direito de viver melhor, mas sem explorar, sem roubar, sem humilhar, sem submeter à escravidão. Isso deve mudar, irmãs e irmãos.

Quero dizer a este movimento popular, a este povo andino honesto das cidades, especialmente ao movimento indígena originário, que não estamos sozinhos, nem nos movimentos sociais nem nos governos da América, da Europa, da Ásia, da África. No entanto, lamentavelmente, até os últimos dias, a guerra suja, a guerra mentirosa continua. Isso não pode ser, isso tem que mudar. É verdade que dói. Com base em mentiras, com base em calúnias, querem nos humilhar.

Não se lembram? Em março do ano passado, nesta Plaza Murillo, queriam enforcar Evo Morales, queriam esquartejar Evo Morales. Isso não deve ocorrer, isso não pode continuar, companheiras e companheiros. Ex-presidentes, entendam, isso não se faz, não se marginaliza, luta-se; trabalha-se para todos e para todas.

Não é que Evo seja importante; não estamos mais em campanha, estamos apenas recordando nossa história, essa história negra, essa história permanente de humilhação, essa ofensiva, essas mentiras. Disseram-nos de tudo. É verdade que isso dói, mas também não podemos continuar chorando pelos 500 anos; já não estamos nessa época, es-

tamos na época do triunfo, da alegria, da festa. É por isso que eu acredito que é importante mudar a nossa história, mudar a nossa Bolívia, a nossa América Latina.

Estamos aqui em democracia, e quero que saibam - principalmente a comunidade internacional -, como dizia o nosso vice-presidente da República em uma conferência: queremos mudar a Bolívia, não com bala, mas sim com voto, e essa é a revolução democrática.

E por que falamos sobre mudar este estado colonial? Temos que acabar com o estado colonial. Imaginem: após 180 anos de vida democrática republicana, só agora podemos chegar aqui, podemos estar no Parlamento, podemos estar na presidência, nas prefeituras. Antes não tínhamos esse direito.

Imaginem, o voto universal no ano de 1952 custou sangue. Camponeses e mineradores se levantaram em armas para conseguir o voto universal, que não é nenhuma concessão de nenhum partido. Eles se organizaram; essa luta, essa conquista é dos povos.

Imaginem, apenas em 2003 conseguiu-se, com sangue, o referendo vinculante para que os povos, para que nós bolivianos, não apenas tenhamos direito a eleger a cada cinco anos com nosso voto quem será o prefeito, quem será o vereador, quem será o presidente, vice-presidente, senador ou deputado; mas que também, com nosso voto, decidamos o destino do país, nosso futuro. Esse referendo vinculante também custou sangue.

Aí estava o Estado colonial, e esse Estado colonial ainda continua vigente.

Imaginem, não é possível, não é possível que não haja no Exército nacional um general Condori, um general Villca, um general Mamani, um general Ayma. Ainda não há. Aí está o Estado colonial.

Para mudar esse Estado colonial, haverá espaços, debates, diálogos. Estamos na obrigação, como bolivianos, de nos entendermos para mudar esta forma de discriminar os povos.

Antes falava-se permanentemente da democracia, luta-se pela democracia, falava-se de pacto pela democracia, pacto pela governabilidade. No ano de 1997, quando cheguei a este Parlamento, não vi, pessoalmente, nenhum pacto pela democracia, nem pela governabilidade, mas sim os pactos da corrupção, pactos de como tirar dinheiro, de onde e como. Felizmente isso tinha um limite e acabou-se, graças à consciência do povo boliviano.

Manobras e mais manobras, a maneira de enganar o povo, a forma de leiloar o povo. Deixaram-nos um país loteado, um Estado loteado, um país leiloado. Eu estou quase convencido: se tivessem sido administradores inteligentes do Estado, se tivessem amado esta pátria, amado esta pátria e não como alguns que só a querem para saquear e enriquecer-se, se realmente houvesse existido gente responsável para administrar esta pátria, o seu povo, a Bolívia, seria melhor do que a Suíça.

A Suíça, um país desenvolvido sem recursos naturais, e a Bolívia, com tamanhos recursos naturais e com tamanha pobreza. Isso tem que mudar, e por isso estamos aqui, para mudar juntos essas injustiças, essa pilhagem permanente de nossos recursos naturais.

Depois de escutar o relatório das comissões de transição, pude ver como o Estado não controla o Estado, suas instituições. Uma dependência total, como vimos na área econômica, um país transnacionalizado. Seu pretexto de capitalização só descapitalizou o país. Entendo que é preciso importar o capital em vez de exportar o capital. Só se exporta o capital e só se exporta agora como produto dessas políticas de capitalização, o ser humano. Não se governa assim, prezados parlamentares, não se governa assim, aqueles que passaram pelo Palácio do Governo e pelo Parlamento.

A política significa uma ciência de serviço para o povo; há que servir ao povo, não viver do povo, se essa é a política. Há que viver para a política e não viver da política.

Irmãs e irmãos, nossas autoridades originárias sabem exatamente que quando assumimos ser uma autoridade, é para servir ao povo, e estas questões precisam mudar. E aqui estão os parlamentares para servir, se realmente estão decididos, para servir os cinco anos. Isso é o que nós gostaríamos; em todo caso, há que tomar certas medidas para que o povo entenda.

Entendo que a política é uma forma de resolver os problemas econômicos do país. Temos visto, há muita gente que volta, depois de descansar um ano, dois anos, para continuar vivendo da política. É preciso mudar e esperamos mudar essas questões com a participação dos senhores.

Não é possível que se privatizem os serviços básicos. Não consigo entender como os ex-governantes privatizaram os serviços básicos, especialmente a água. A água é um recurso natural, sem água não podemos viver, portan-

to, a água não pode ser um negócio privado, a partir do momento em que se torna um negócio privado, violam-se os direitos humanos. A água deve ser um serviço público.

As lutas pela água, pela coca, pelo gás natural nos trouxeram aqui, irmãs e irmãos. É preciso reconhecer que essas políticas equivocadas, erradas, interesseiras, recursos naturais leiloados, serviços básicos privatizados, forçaram o povo boliviano a ter consciência. Temos a obrigação de mudar essas políticas.

Constitucionalmente, o latifúndio é inconstitucional. Lamentavelmente, por interesses de grupos de poder, existe o latifúndio. Como é possível haver latifúndio? Como é possível quando alguns setores alegam que precisam de 20, 30, 40, 50 hectares para criar uma vaca? Seria preciso ser uma vaca para ter 50 hectares? Isso é parte de um modelo econômico.

Há famílias, vejamos em Titicaca, em Parotani – pedimos ao nosso senador por Cochabamba que não durma – estamos falando de Parotani, onde as famílias sequer têm 5 hectares, nem meio hectare, nem um quarto de hectare, não tem sequer um quarto de hectare, mas no Oriente boliviano é preciso dar 50 hectares por cabeça de gado. Precisamos mudar isso, aqui estamos, repito, para mudar essa injustiça, essa desigualdade.

O que é que essas políticas econômicas implementadas por instruções externas, por recomendações externas, nos deixaram? O desemprego. Há uns 10, 15 ou 20 anos, disseram-nos que aqui a empresa privada resolveria os problemas da corrupção e os problemas do desemprego. Passam tantos anos, e há mais desemprego e mais corrupção, portanto, esse

modelo econômico não é uma solução para o nosso país. Talvez em algum país europeu ou africano possa ser uma solução; na Bolívia, o modelo neoliberal não funciona.

Vimos de perto o que acontece como produto da aplicação deste modelo neoliberal. O Estado gasta para que um jovem, do campo ou da cidade, seja um profissional; a família gasta para que seu filho seja um profissional; esse jovem torna-se um profissional, mas não há emprego; esse profissional tem que pensar em Argentina, Estados Unidos ou Europa. Hoje em dia, esse jovem que não encontra trabalho vai para a Europa. Quantos familiares dos senhores não estão na Argentina, nos Estados Unidos ou na Europa? Quantos de nossos vizinhos? Irmãs e irmãos, isso é o produto da aplicação do modelo neoliberal. Essa é a lei de capitalização, essas são políticas de leilão, de pilhagem de nossos recursos naturais.

E o que eles vão fazer nos Estados Unidos, na Europa, na Argentina ou em outros países? Lamentavelmente – é preciso dizer a verdade –, vão ser garçons. Esses profissionais vão lavar pratos. Dói de verdade, repito outra vez, tendo tantos recursos naturais, que as pessoas abandonem o nosso país. Acredito ainda que temos a responsabilidade de saldar esse erro social, econômico e histórico, que todos juntos podemos mudar e corrigir esses erros implementados por instituições certamente estrangeiras.

Imaginem, escolas rurais chamadas seccionais, sem luz. Estamos no terceiro milênio, lembro-me de onde nasci, onde pela primeira vez fui a uma escola seccional, fazia dois anos que a luz havia chegado, mas em outras escolas scio-

nais como Acunami, Chivo, Rosapata, Arcorcaya, ainda não há luz. Como será em outras comunidades? Não há estradas, o professor tem que caminhar horas e dias para chegar à escola seccional. O que fizeram esses governantes? Por acaso não sentem o que sofrem as maiorias nacionais, as crianças? Se são solidários, em vez de juntar dinheiro nos bancos, em vez de mandar suas economias para os Estados Unidos, Europa ou Suíça, por que não investiram esse dinheiro no seu país?

Imaginem os senhores, no campo principalmente, a maior parte das crianças morre, poucos se salvam dessa morte. Gostaríamos de resolver estas questões, não apenas com a participação dos bolivianos, mas também da cooperação internacional. Resolver, não para Evo; não estou pedindo a participação da comunidade internacional para Evo, mas sim para o povo boliviano.

E queremos de verdade, de verdade, que haja uma consciência não apenas nacional, mas internacional. Certamente alguns países também têm que pôr a mão no coração para pensar nas maiorias não só bolivianas mas latino-americanas.

Será algo verdadeiramente importante. Como procurar mecanismos que permitam reparar os danos de 500 anos de pilhagem de nossos recursos naturais? Será outra tarefa que vamos implementar em nosso governo.

Por esse tipo de injustiças é que nasceu este chamado instrumento político pela soberania, um instrumento político do povo, um instrumento político da libertação, um instrumento político para buscar a igualdade, a justiça, um



instrumento político como o Movimento ao Socialismo, que procura viver em paz com justiça social, a chamada unidade na diversidade.

Tantas marchas, greves e bloqueios de estradas pedindo saúde, educação, emprego, respeito aos nossos recursos naturais, que não foram entendidas, nunca quiseram entender.

Como não podemos resolver sindicalmente, o movimento camponês boliviano se atreveu a resolver politicamente, eleitoralmente. O Movimento ao Socialismo é o instrumento político pela soberania dos povos.

Para informação da comunidade internacional, este movimento não nasceu de um grupo de cientistas políticos. Este instrumento político, o Movimento ao Socialismo, não nasceu de um grupo de profissionais. Aqui estão os nossos companheiros dirigentes da Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia, dos companheiros do CONAMAQ (refere-se ao Conselho Nacional de Markas e Ayllus do Qu'Ullasuyu), dos companheiros da Federação Nacional de Mulheres Bartolina Sisa, a Confederação Sindical de Colonizadores da Bolívia, estas três, quatro forças, alguns irmãos indígenas do Oriente boliviano, no ano de 1995, começaram a construir um instrumento político de libertação. Diante de tantos problemas, perguntamo-nos quando se cumpririam tantas convenções que nós assinamos graças ao poder sindical, ao poder da luta, da força comunal, que não saíam do papel.

Devemos ter toneladas de acordos assinados em papéis, que nunca resolveram nossos problemas. Nunca conseguiram nos entender, então dissemos: é preciso passar

dos protestos às propostas. Nós mesmos nos governaremos como maiorias nacionais. Aí felizmente encontramos gente consciente, sadia, das cidades, profissionais que se somaram e o companheiro Álvaro García Linera é um dos intelectuais profissionais proveniente dos setores médios da cidade que se somou para apoiar o movimento indígena originário. Meu respeito, minha admiração ao irmão Linera.

O que fez o instrumento político? Só pôs na balança, como dizia o companheiro Santos Ramírez, que vem de uma comunidade, professor rural, quéchua puro, passando pela luta sindical, pela Confederação de Professores Rurais da Bolívia e, com muito orgulho - os quéchuas devem se sentir orgulhosos - um quéchua presidente da Câmara de Senadores, graças ao voto do povo, graças a essas pessoas que se somaram.

Ele nos dizia, como professor muito didático, que pusemos na balança dois poderes: o poder da consciência e o poder econômico da prebenda. Para que as instituições internacionais saibam e a imprensa internacional: o poder da consciência ganhou as eleições nacionais e o MAS é o instrumento político.

Não é apenas um triunfo com simples maioria. Imaginem, de 100% de inscritos para participar destas eleições nacionais, 85% foram às urnas. Acho que nem nos Estados Unidos há esse nível de participação. Esta é a vocação democrática do povo boliviano. Inclusive, também quero lhes dizer que, apesar da expurgação injusta, expurgação ilegal aplicada pela Corte Nacional Eleitoral – senhores membros da Corte Nacional Eleitoral, tentem não come-

ter um crime contra a democracia, isso não se faz –, aqui se trata de fortalecer a democracia, há tantos documentos que continuam chegando sobre como houve expurgações ilegais. Não tem importância, apesar dessas injustas expurgações, o povo boliviano demonstrou que há uma vocação democrática para transformar em democracia a situação econômica, social de nosso país.

Quero prestar reconhecimento a alguns meios de comunicação, profissionais, que permanentemente nos recomendavam aprender, mas também a algumas jornalistas mulheres em particular. A luta social foi permanentemente demonizada, permanentemente a condenaram com mentiras. Estamos sujeitos por alguns jornalistas e meios de comunicação a um terrorismo midiático, como se fôssemos animais, como se fôssemos selvagens.

Depois falam de segurança jurídica. Quem não deseja ter segurança jurídica? Todos apostamos para que haja segurança jurídica, mas para haver verdadeira segurança jurídica, primeiro tem que haver segurança social e isso se consegue resolvendo os problemas sociais do nosso país e, se falamos da Bolívia, resolvendo o problema econômico, o problema de educação, o problema do emprego, fundamentalmente, para que não haja protestos sociais.

Prezados parlamentares, irmãos do povo boliviano, as eleições de 18 de dezembro do ano passado uniram a todos nós, bolivianos; as eleições do ano passado deram esta medida econômica ao nosso país.

Estou muito surpreso, eu não sou banqueiro, mas me reuni com o setor financeiro em La Paz, em Santa Cruz, e

eles demonstram que há estabilidade econômica, não há nenhum medo, nem em relação a Evo Morales, nem aos movimentos sociais, e menos ainda ao Movimento ao Socialismo.

Era mentira quando diziam: se Evo for presidente, não vai haver ajuda econômica; se Evo for presidente, vai haver um bloqueio econômico. Quero agradecer a visita do representante do governo dos Estados Unidos, senhor Shannon. Ontem à noite, ele me visitou na minha humilde moradia, em Anticrético, para expressar que devem ser fortalecidas as relações bilaterais, para nos desejar sucesso no nosso governo.

Do governo dos Estados Unidos até o governo de Cuba de Fidel Castro, temos apoio internacional, há solidariedade internacional, e onde foi parar aquilo que diziam: se Evo for presidente, não vai haver apoio internacional?

Felizmente, o povo é sábio. É preciso reconhecer essa sabedoria do povo boliviano, é preciso respeitá-la e aplicá-la. Não se trata de importar políticas econômicas ou receitas econômicas de cima ou de fora, e a comunidade internacional tem que entender isto: querer importar políticas para a Bolívia é um erro. As organizações sociais, os conselhos de “amautas” (mestres, sábios, em quéchua) que admiro muitíssimo, no Altiplano pacenho, esses sindicatos do campo e da cidade, essas organizações chamadas capitánias no Oriente boliviano, são o reservatório de conhecimentos, o reservatório de conhecimentos científicos da vida para defender a vida, para salvar a humanidade.

Trata-se de colher dessas organizações para implementar políticas, e não se trata de impor políticas a serviço de grupos de poder na Bolívia ou no exterior.

Esses povos nos deram a vitória nas eleições do ano passado. Nosso grande agradecimento aos que pensaram para mudar a nossa Bolívia.

No momento de deixar este Congresso como parlamentar, quero expressar minhas más lembranças, assim como minhas boas lembranças. Lembro-me de quando chegamos aqui, quatro parlamentares: Román, Néstor, Félix e eu apresentávamos projetos de lei. O que se dizia? Não devemos aprovar a lei ou o projeto de lei de Evo Morales, se aprovarmos, vamos impulsionar Evo Morales. Como bloquearam aqui os projetos de lei que trazíamos... Entendendo o que nossos companheiros pensavam; entretanto, reclamavam permanentemente do “Evo bloqueador”, quando foi aqui mesmo que nos ensinaram a bloquear iniciativas.

Mas quero lhes dizer apenas uma coisa, os parlamentares que não são do MAS, os partidos ou as agrupações, se apostarem pela mudança, serão bem-vindos. O MAS não marginaliza, o MAS não exclui ninguém. Juntos, a partir do Parlamento, mudaremos nossa história.

E quero pedir aos parlamentares do MAS: não aprendamos o mau hábito de bloquear. Se algum parlamentar da UN, do Podemos, do MNR, trazer uma lei para o seu setor ou para a sua região, será bem-vinda, é preciso apoiá-la, é preciso ensinar como se aprovam essas leis sem bloqueá-las.

Hoje de manhã, um companheiro, Héctor Arce, nosso advogado, me lembrou, antes de sair para esta sessão: “Evo, um dia como hoje, 22 de janeiro, te expulsaram do Congresso Nacional”.

Alguns companheiros se lembram? Diziam “Evo é assassino, Evo é narcotraficante, Evo é terrorista”. Eu disse, nesse momento, podem estar me expulsando, mas voltarei com 30, 40 parlamentares, se for possível, com 70, 80. O que eu disse um dia em 2002 foi cumprido.

Não me arrependo. Pelo contrário, com esse tipo de atitudes até contribuíram para que o povo boliviano, o movimento indígena, ganhasse as eleições do ano passado. Muito obrigado.

Alguns diziam aqui em seu debate para me expulsar: é preciso acabar com o radicalismo sindical; agora é a nossa vez de dizer, é preciso acabar com o radicalismo neoliberal, irmãs e irmãos.

Mas vamos fazê-lo sem expulsar ninguém, não somos vingativos, não somos rancorosos, não vamos subjugar ninguém. Aqui devem primar as razões, as razões pelo povo, razões pelos pobres, razões pelos povos indígenas, que são a maioria nacional de nosso país.

Não se assustem companheiros parlamentares eleitos empossados de outros partidos que não são do MAS. Não faremos o que vocês nos fizeram: o ódio, o desprezo, a expulsão do Congresso Nacional. Não se preocupem, não fiquem nervosos. Tampouco haverá rolo compressor parlamentar.

E também recorro aqui quando comentávamos com alguns companheiros, depois de 2002, “com nosso esforço chegamos aqui”, e dizíamos “já chegamos até o Parlamento, até o Congresso Nacional, não porque alguém tenha nos ajudado; é a consciência do povo”, e dizíamos “vamos continuar avançando porque já estamos a um passo de

chegar ao Palácio”. O que dissemos foi cumprido. Muito obrigado a todos os povos indígenas originários da Bolívia. Não nos enganamos.

Como Parlamento, os senhores têm uma enorme responsabilidade; como Parlamento, os senhores têm uma tarefa a cumprir: o pedido clamoroso do povo boliviano que é a Assembleia Constituinte, uma refundação da Bolívia que os irmãos indígenas de todo o país, o movimento popular, todos os setores reclamam. Queremos uma Assembleia Constituinte de refundação, e não uma simples reforma constitucional.

Uma Assembleia Constituinte para unir os bolivianos, uma Assembleia Constituinte na qual se respeite a diversidade. Digo isto porque é verdade que somos diversos.

Quero dizer ao presidente argentino, Néstor Kirchner, que está aqui presente, muito obrigado por nos visitar. Há dois, três dias, visitamos a Argentina, conversamos bastante sobre alguns temas muito importantes. Obrigado por suas recomendações, senhor presidente.

Mas, depois de olhar longamente para o presidente Néstor Kirchner, vejo que não éramos iguais, porque o olhei de perto, ele era loro branco e eu loro moreno. Essa é nossa diversidade, somos diversos, e queremos, mediante a Assembleia Constituinte, viver essa chamada unidade da diversidade. Somos diversos, e por isso tenho muita confiança de que essa Assembleia Constituinte será um espaço, uma instância que permitirá unir melhor os bolivianos.

Paralelamente, juntos temos que garantir o referendo sobre a autonomia. Queremos autonomia, os povos indí-

genas originários, historicamente, antes da vida republicana da Bolívia, lutaram pela autodeterminação. Autonomia não é invenção de ninguém, é a luta dos povos indígenas de toda a América por essa autodeterminação.

Mas queremos autonomia, autonomia com solidariedade, autonomia com reciprocidade, autonomia onde sejam redistribuídas as riquezas, autonomia para os povos indígenas, para as províncias, para as regiões. Buscamos isso, e isso deve ser feito unindo a Bolívia, e isso deve ser feito mediante a Assembleia Constituinte.

Eu estou convencido; se este novo Parlamento, que é produto das lutas sociais, responder ao povo boliviano, este Parlamento será o exército da libertação nacional; este Parlamento será o exército da luta pela segunda independência. Por isso, os senhores têm uma grande responsabilidade de garantir as profundas transformações, e se não conseguirem aqui, continuarão sendo os movimentos sociais, o movimento indígena, que continuarão lutando por essa segunda independência de nosso país.

Por isso, com muito respeito, peço que cumpram esse mandato do povo boliviano, esse referendo autonômico e essa Assembleia Constituinte. Sonho - espero que todos nós sonhemos - que no dia 6 de agosto instalaremos a Assembleia Constituinte em Sucre, capital histórica da República.

Instalaremos a Assembleia Constituinte com a presença de muitos governos, de muitos presidentes, antecipadamente os convidamos a instalar nossa Assembleia Constituinte. Com certeza muitos governos, muitos presidentes, vão nos ajudar a orientar essa Assembleia Constituinte.



Que bom seria, com a presença da comunidade internacional, dos organismos internacionais, de nossos presidentes presentes e não presentes, que realmente refundássemos a Bolívia com, como dizem na Espanha, um novo pacto social. Temos que chegar a isso, isso é o que buscamos mediante a Assembleia Constituinte.

Realmente temos muita vontade e muito desejo de mudar nossa Bolívia mediante a Assembleia Constituinte. Tenho muita certeza, depois de termos vivido tantos anos de confrontos, é importante agora mudar essa realidade.

Quero pedir aos movimentos sociais, a essas organizações sindicais operárias, camponesas, indígenas, de setores médios, às instituições colegiadas, a todos e todas, que apostem nessa mudança. Apostemos desde já nessa Assembleia Constituinte.

Tenho muitos desejos, prezados parlamentares, congressistas da Bolívia, de aprovarmos quanto antes a lei de convocatória para a Assembleia Constituinte e a lei para o referendo autonômico. Essa é nossa tarefa. Tomara que juntos, Legislativo e Executivo, concordemos em avançar, para aprofundar uma democracia na qual todos tenhamos o direito, não apenas de votar, mas também de viver bem, mudando essas políticas econômicas.

Certamente o movimento indígena originário, assim como nossos antepassados, sonharam em recuperar o território, e quando falamos de recuperar o território, estamos falando de que todos os recursos naturais passem para as mãos do povo boliviano, para as mãos do Estado boliviano.

Eu tenho certeza, há uma grande consciência do povo boliviano para estas mudanças. É verdade que nesta con-

juntura precisamos do apoio da comunidade internacional. Nós não queremos um Estado mendigo - lamentavelmente nos transformaram em mendigos -, não queremos que a Bolívia, seu governo, suas equipes econômicas peçam esmola aos Estados Unidos, à Europa ou à Ásia. Quero que isto acabe, e para que acabe temos a obrigação de nacionalizar nossos recursos naturais. O novo regime econômico da nossa Bolívia deve se constituir fundamentalmente pelos recursos naturais. Isso passará pela Assembleia Constituinte.

E não se trata de nacionalizar apenas por nacionalizar. Seja o gás natural, o petróleo, mineral ou florestal, temos a obrigação de industrializá-los.

Como é possível que, desde o dia 6 de agosto de 1825, nenhum recurso natural tenha sido industrializado em nosso país? Como é possível que apenas se tenha permitido exportar matéria-prima? Até quando a Bolívia vai continuar sendo exportadora de matéria-prima? Como é possível? Esses governantes, durante a república, nunca pensaram no país. Não se pode acreditar, não se pode aceitar.

Novamente digo, viajei bastante tratando de muitas questões de caráter social, sobre a folha da coca, sobre a OIT, sobre o direito dos povos indígenas, sobre o neoliberalismo na Suíça. A Suíça, pergunto, o que ela possui? Não possui nenhum recurso natural, mas vive bem. Eles compram matéria-prima dos países latino-americanos, industrializam e vendem para nós. E por que nós não podemos vender produtos industrializados para a Europa e para outros países?

Por isso, um desafio, um desejo, uma proposta para todos, sejam ou não militantes do MAS, se nos sentimos parte desta terra, de nossa pátria, de nossa Bolívia, temos a obrigação de industrializar todos os nossos recursos naturais para sair da pobreza.

Tenho certeza absoluta de que contaremos com a participação dos nossos profissionais, dos nossos especialistas. Convoco os nossos especialistas, aqueles que aprenderam, e entendo que são experientes sobre estes recursos naturais – se ainda não tivermos especialistas em assuntos energéticos, pedimos aos países vizinhos, países da Europa – a que nos ajudem e nos ensinem. Estou entendendo que não temos suficientes bons especialistas; temos muito o que aprender, nossos profissionais e especialistas têm que aprender para industrializar fundamentalmente os recursos naturais como o gás, o petróleo, e apostaremos nisso recuperando esses recursos naturais.

Irmãos da Bolívia, prezados parlamentares, todas as instituições, movimentos sociais, nesta primeira etapa, vamos aplicar uma forte política de austeridade. Não é possível que o salário básico seja de 450 bolivianos e nós, os parlamentares, ganhamos mais de 20 mil bolivianos. Não é possível que o presidente ganhe 27 mil, 28 mil bolivianos e o salário básico seja de 450 bolivianos.

Por uma questão moral, por nosso país, temos a obrigação de reduzir em 50% nosso salário.

Não é possível que neste Parlamento ainda haja itens fantasmas. Com muito respeito ao companheiro Edmun-

do Novillo, presidente da Câmara de Deputados, os senhores não sabem como ele viveu em sua infância, graças a seu esforço e a sua família, é um profissional, outro presidente de uma das Câmaras, um quéchua, um advogado além disso.

Quero pedir aos dois presidentes das Câmaras, uma profunda investigação, quem desviou o dinheiro das presidências, como procederam, esses itens fantasmas têm que acabar. Outra coisa que não pode continuar são esses gastos reservados, só para roubar e matar. Como é isso de que em um governo democrático haja gastos reservados? Em todo caso, isso vai acabar, e isso está em minhas mãos.

Não tenho medo algum de eliminar os gastos reservados.

Os Parlamentares do Podemos, do MNR, estão aplaudindo a política de austeridade, muito bem, muito obrigado. Eu espero que seja a resolução deste novo Congresso.

Também quero lhes dizer, prezados congressistas, como mudar as políticas sobre a terra. Quero lhes dizer que terras produtivas ou que estão produzindo ou prestam uma função social econômica serão respeitadas, sejam 1 mil hectares, 2 mil hectares, 3 mil ou 5 mil hectares. Mas as terras que servem apenas para acumular e negociar, essas nós vamos reverter para o Estado, para redistribuir a terra entre as pessoas que não têm terra.

A melhor opção seria – eu apostaria nela – que, antes de essas terras serem revertidas por lei ou por decreto, aqueles que especulam terras improdutivas decidissem que seria melhor devolvê-las ao Estado, mediante o diálogo, e dessa forma resolver estes problemas de terras.

Não é possível que haja escravidão em alguns setores do latifúndio. Devem pôr a mão no coração aqueles que escravizam nossos irmãos, especialmente no Oriente boliviano. Não creio que seja mentira o que nos foi informado pela mídia, pela imprensa. Seria ótimo que não houvesse escravidão, seria ótimo que fosse mentira o que a imprensa diz, mas se realmente houver escravidão, temos que acabar com a escravidão, fazer com que esses escravos sejam donos dessas terras no Oriente boliviano.

Quando falamos de temas sociais, imaginem, mais de 20% das bolivianas e bolivianos são analfabetos. Não se pode permitir que o analfabetismo continue. Como dissemos muitas vezes, temos muita vontade, temos muitos desejos, não apenas com o apoio nacional, mas também com o apoio internacional, de acabar com o analfabetismo.

Saudamos pré-acordos com o governo de Cuba, saudamos pré-acordos com o governo da Venezuela, dispostos a nos ajudar com especialistas para acabar com o analfabetismo.

Não é possível que haja irmãos e irmãs do campo sem documento de identidade, sem documento pessoal. Na Europa, até os cachorros têm passaporte, e em nosso país há famílias, lamentavelmente pela ausência do Estado, que nem sequer sabem quando nasceram, como nasceram. Temos muita vontade de que todos e todas as bolivianas e bolivianos tenham documentação, e nesse ponto saudamos a experiência da Venezuela, e a forma como começou a documentar.

São políticas imediatas que devemos fazer para reparar este dano, estas desigualdades em nosso povo.

Perdoem-me companheiros, não estou acostumado

a falar tanto, não pensem que Fidel ou Chávez estão me contagiando, estamos na obrigação de dizer a verdade sobre a nossa Bolívia e, para não me confundir, pela primeira vez, preparei uma colinha, a colinha está falhando, perdão.

É preciso, prezados parlamentares, irmãs e irmãos bolivianos, que realmente haja seguro social. Eu respeito, valorizo o Bonosol, mas não acredito que devemos ficar apenas no Bonosol. Devemos fazer com que, em pouco tempo, o mais rápido possível, nossas idosas e idosos tenham um seguro social universal, como benefício para todos.

Como mudar, por exemplo, a questão da saúde. E é preciso reconhecer também que a Lei SUMI é um passo importante. Respeitamos e apoiamos isso também, mas essas questões sociais não podem ser usadas de forma político-eleitoral. Felizmente já terminou a campanha, e queremos dizer - e aí sim vamos precisar da cooperação internacional – que em vez de haver apenas hospitais de empresas, deve haver hospitais móveis para os povoados.

Lamento muito ter que mencionar que vi de perto a tremenda corrupção no Serviço Nacional de Estradas, como outra alfândega. Espero que, por razões morais, algumas autoridades dessas instituições do Estado já estejam renunciando, neste momento, para que entre gente nova, para ensinar como se gere, como se administra com honestidade.

Há empresas que negociam 15%, 20%, 10%, todo tipo de propina, temos que acabar com isso, e para isso, de verdade, com muita honestidade, com muita humildade, peço aos parlamentares que não são do MAS: ajudem-nos, juntos acabaremos com isso. Os senhores têm a grande oportunidade

de se reafirmar. Os parlamentares certamente têm todo o direito de passar para a oposição, mas nesta questão da corrupção, temos que estar todos juntos para acabar com ela. Haverá uma profunda investigação sobre o tema da corrupção.

Não é possível que nossos governos tenham nos levado ao posto de vice-campeões da corrupção. Como é isso? Como, senhor Jaime? Não se pode fazer isso. E o que diz a comunidade internacional? A comunidade internacional me disse “tomara que ganhe”, e me diziam todos em coro que rechaçam, condenam a corrupção. Lamentavelmente esta é a situação, mas o corrupto não é o boliviano de pé descalço, não é o boliviano quéchua, aimará, trabalhador da cidade. Sabem o que escutei e vi, prezados parlamentares, quando estive na Argentina, quando estive na Europa, Barcelona principalmente? Que o boliviano que vai para lá em busca de trabalho é considerado trabalhador e honrado, inclusive não tem sua documentação de residência. O empresário catalão, ou o empresário chinês na Argentina, o empresário argentino, todos dizem: se for boliviano, tem emprego garantido porque é honesto e trabalhador. Nós somos assim, os verdadeiros bolivianos.

Por isso, quero a ajuda dos senhores, da comunidade internacional, para erradicar a corrupção, porque não podemos aparecer no segundo lugar da corrupção em âmbito latino-americano ou mundial por causa de algumas famílias. Isso tem que acabar.

Já começamos com o setor de estradas. Tomara que em nosso governo possamos integrar a Bolívia com os países vizinhos. Esse é o pedido do povo de Oruro, por exemplo, a estrada pavimentada Oruro-Pisiga, graças à CAF, ao

senhor Enrique García, eu diria que temos o financiamento quase garantido para essa estrada Oruro-Pisiga.

Espero que outros organismos nos ajudem, cooperem conosco para ligar Potosí a Villazón. Agradeço ao presidente Kirchner pelo convite para inaugurar a construção da ponte La Quiaca-Villazón. Em breve estaremos lá, com o senhor, presidente, para assinar alguns acordos para integrar a Bolívia com a Argentina. Mas para termos a estrada pavimentada de Potosí, de La Paz a Villazón, ainda não temos financiamento. Queremos que os nossos técnicos nos ajudem a estudar e a propor.

Espero que esse ansiado projeto em direção ao Brasil já esteja sendo executado. Muito obrigado, antes dirigente, agora presidente, companheiro Lula, por me ensinar, por me orientar, e por expressar também o seu apoio ao nosso governo.

Temos muita vontade de ligar La Paz e Beni a Bolpebra, fronteira com o Brasil e o Peru. É verdade que não temos muitos parlamentares de Beni e Pando. Peço aos parlamentares de Beni e Pando que nos juntemos todos. Estão cumprimentando, muito obrigado. Sem egoísmo, sem individualismo, sem ambições de poder ou econômico, trabalhemos por nossa região, integremos La Paz ao Oriente boliviano fazendo uma boa estrada, irmãos, companheiros de Pando e Beni, este é o meu desejo.

Podemos continuar falando sobre muitos temas que dizem respeito ao desenvolvimento do povo boliviano, mas fundamentalmente será importante potencializar, fortalecer, as micro e pequenas empresas.

Felizmente, assim como o Banco Interamericano de De-



envolvimento, muitas instituições, as Nações Unidas, admiram como os micro e pequenos empresários geraram fontes de trabalho aqui, e por isso vamos cumprir o nosso compromisso de criar um banco de fomento para o desenvolvimento do povo boliviano, para apoiar essas empresas comunitárias, essas cooperativas, associações das micro e pequenas empresas.

Depois de ter viajado, em dez dias, para quatro continentes, e visitado uns oito presidentes, oito governos, percebi que há muita solidariedade, muito apoio, e quero lhes dizer que temos a grande oportunidade de aproveitar essa solidariedade, esse apoio internacional, e isso não é responsabilidade apenas de Evo Morales, é responsabilidade de todos nós, bolivianos.

E convocamos para isso, novamente, os técnicos; quero dizer a eles que é importante desenhar políticas de desenvolvimento econômico, social de nosso país.

Também queremos dizer à comunidade internacional: a droga, a cocaína, o narcotráfico, não representam a cultura andina amazônica. Lamentavelmente, este mal foi importado para cá, e é preciso acabar com o narcotráfico, é preciso acabar com a cocaína. Não haverá coca zero se não apostarmos na cocaína zero e no narcotráfico zero.

Aproveito esta oportunidade para dizer ao governo ou ao representante do governo dos Estados Unidos, que façamos uma aliança, um acordo de luta efetiva contra o narcotráfico, queremos nos aliar na luta contra o narcotráfico.

Sabemos e estamos convencidos de que o narcotráfico faz mal à humanidade, mas não aceitamos que a luta contra o narcotráfico, que a luta contra as drogas, que a cocaína seja uma desculpa para que o governo dos Estados

Unidos domine ou subjugue nossos povos; queremos diálogo de verdade, sem sujeição, sem chantagens, sem condicionamentos.

E, por isso, queremos ajudar a acabar com esse mal da humanidade. É importante que os produtos das regiões cocaleiras e não cocaleiras tenham mercado. Eu estou muito surpreso – quero dizer aos agropecuaristas de Santa Cruz – pois tenho duas propostas de dois governos que querem comprar açúcar, governos da Ásia especialmente, querem comprar soja, mas me pedem um milhão de toneladas/ano, e é preciso produzir isso para vender soja para a Ásia e para outros países vizinhos.

Valorizo, saúdo profundamente o presidente do Chile, muito obrigado pela visita. Está presente aqui o presidente do Chile.

O movimento indígena originário começa a ser história, e a presença do presidente do Chile é parte dessa história, para tocar também em questões históricas. Tenho muita confiança no povo chileno, em suas organizações sociais, na compreensão desse Estado para saldar ou reparar essa questão histórica que temos pendente com o Chile.

Precisamos, como dois países vizinhos e irmãos, de relações. Até quando podemos continuar vivendo na inimizade com um país vizinho? A presença do presidente do Chile, Ricardo Lagos, obedece a um novo espírito e gera uma esperança para o povo boliviano. Por isso nossa saudação ao presidente do Chile que está aqui presente conosco.

O movimento indígena pratica a reciprocidade. Diante do convite do presidente do Chile para a transmissão de cargo no Chile, estaremos lá presentes; não temos medo algum,

e nosso maior desejo é que os chilenos tenham sucesso, é fortalecer os laços de amizade, fortalecer questões comerciais e desta maneira ir resolvendo problemas históricos.

É importante, irmãs e irmãos da Bolívia, organismos internacionais, prezados parlamentares, é preciso refundar a COMIBOL para reativar a mineração em nosso país.

É importante que a Bolívia seja novamente um país minerador como foi por anos, talvez por milênios. É importante fortalecer os nossos cooperativistas mineradores presentes aqui com seus capacetes de segurança. Essa é a bancada do MAS: mineradores, operários, intelectuais, todos unidos para resolver um problema social e econômico de nosso país.

Neste processo de mudança, quero pedir à comunidade internacional que reflita sobre a nossa dívida externa. Com certeza nós, povos indígenas, não somos responsáveis por tamanho endividamento, e sem resultados para os povos indígenas. Isso não significa desconhecer essa dívida externa, mas é importante que a comunidade internacional veja também com responsabilidade, com seriedade a questão. E pedimos, com todo respeito, o perdão dessa dívida externa que causou tanto dano e dependência ao nosso país.

Felizmente, alguns países, alguns governos, algumas instituições, já demonstraram que vão perdoar. Em nome do povo boliviano, em nome dessas organizações sociais, muito obrigado por este perdão da dívida, perdão que deve continuar crescendo dessa maneira, e chegar, se for possível, a toda a dívida externa.

É importante desenvolver uma economia com soberania. Queremos aproveitar e valorizar, sem rodeios, algumas propostas de como empresas do Estado podem exer-

cer não apenas o direito de propriedade sobre os recursos naturais, mas também entrar na produção. Valorizamos bastante a chamada Petroamérica e pedimos aos presidentes do Brasil, Venezuela e Argentina, que não nos excluam da política energética. Devemos resolver todos juntos esta questão energética, não para Evo, mas para o povo e os povos latino-americanos.

O certo é que a Bolívia precisa de sócios, não de donos de nossos recursos naturais. Em nosso governo, com certeza, como já anteciparam, haverá investimento público, quero dizer, empresas do Estado, seja na América, seja na Europa, ou na Ásia. Também haverá investimento privado, sócios do Estado, sócios de nossas empresas. Vamos garantir esse investimento, mas garantiremos também que as empresas tenham todo o direito de recuperar o que investiram e tenham direito ao lucro; só queremos que esse lucro seja com princípio de equilíbrio; que o Estado, o povo, se beneficie destes recursos naturais.

Estou convencido de que só produzindo podemos sair da pobreza. É importante fazer negócios, bons negócios para a Bolívia. Em toda esta turnê que fiz – obrigado pelos convites – aprendi que o presidente de um governo deve fazer bons negócios para o seu país.

Ninguém me orientou, eu me dei conta por essas explicações, por esse trabalho que eles fazem, e por isso é importante discutir, analisar profundamente estas políticas de comércio que estão vigentes, seja a Alca, a CAN, Mercosul, TLC, é preciso discuti-las; se são mercados para os micro e pequenos empresários, se há mercados com os produtos que geram ou que produzem, empresas comunitárias, ou

associações, ou cooperativas. Se esse mercado for garantido, bem-vindo, porque se trata de garantir evidentemente mercados para os pobres, para essas organizações. E estamos vendo muito desprendimento de alguns governos, de algumas instituições, de garantir mercados com preços justos nestes países. Queremos vender nossos produtos, aqui não temos um problema de produção, talvez em alguns produtos. Há produção, o que falta é mercado. Aqui não faltam riquezas, sobram riquezas. Essas riquezas, lamentavelmente, estão nas mãos de pouca gente; portanto, esses recursos, essas riquezas, devem voltar para as mãos do bolivianos.

Estou convencido, como alguém dizia, de que no mundo existem países grandes e países pequenos; no mundo, existem países ricos e países pobres. Mas somos iguais em nossos direitos, a ser dignos e soberanos. Principalmente valorizo uma mensagem dos nossos antepassados; Túpac Yupanqui, que dizia “um povo que oprime outro povo não pode ser livre”. Aqui não precisamos de submissões, nem de condicionamentos, queremos ter relações com todo o mundo, não apenas com os governos, mas também com os movimentos sociais. Já as temos, queremos aprofundar essas relações, voltadas para resolver nossos problemas, dos países em democracia, buscando justiça, buscando igualdade.

Esse é nosso grande desejo.

Irmãs e irmãos presentes aqui e não presentes no Congresso, depois de receber essa grande votação nas eleições nacionais, sinto-me muito contente, muito animado, nunca pensei que estaria aqui, nunca havia sonhado em ser presidente, muito obrigado ao povo boliviano.

Aos presidentes, que são meus irmãos mais velhos, quero dizer que não me abandonem em meu governo para mudar minha Bolívia e para resolver os problemas sociais, com muito respeito, com muita humildade.

De verdade, com admiração e respeito, aos representantes do governo espanhol, ao príncipe, um saudação especial, uma saudação especial principalmente à rainha. Realmente, quero lhes dizer que recebi muita solidariedade da rainha. No momento é inverno na Europa, no dia previsto para o nosso encontro eu estava meio resfriado, com gripe, e a rainha, muito solidariamente, pegou o telefone, ligou para os seus médicos e em alguns minutos já estava com os comprimidos para me curar. De rainha a médica de Evo Morales, muito obrigado.

Quero dizer também aos organismos internacionais, que não sou nenhum ladrão. Quero dizer que vamos garantir a honestidade em meu governo. Vou pedir antecipadamente àqueles que formarem o gabinete: zero de nepotismo, zero de corrupção. Esse será o lema do novo gabinete.

Queremos governar com essa lei que nossos antepassados nos deixaram, o Ama Sua, Ama Llulla, Ama Quella: não roubar, não mentir, não ser fraco. Essa é a nossa lei.

De verdade, quero dizer aos senhores parlamentares, quero dizer ao povo boliviano, aqui do Parlamento Nacional, à comunidade internacional, como primeiro presidente que vem dos povos indígenas: quero ser o melhor presidente dos bolivianos e, por que não dizer, dos latino-americanos.

E, para isso, preciso do apoio de vocês, de todos e de todas, tenho certeza de que vamos contar com esse apoio,

com os aplausos já aprovaram.

Finalmente, para terminar esta minha intervenção, meu respeito fundamentalmente ao movimento indígena originário da Bolívia e da América, aos movimentos sociais, a seus dirigentes que apostaram neste movimento, aos profissionais e intelectuais que se somaram oportunamente para mudar a nossa história.

Quero saudar a minha terra de origem, Orinoca, que me acompanha permanentemente, minha terra Orinoca, Sud Carangas do departamento de Oruro, que me viu nascer e que me educou para ser honesto. Muito obrigado a esse povo orurenho, ao povo orinoquenho.

Saudar e agradecer ao Sindicato San Francisco Bajo da região da Central Villa 14 de Septiembre, à Federação do Trópico, às 6 Federações do Trópico de Cochabamba. Cochabamba, que é o lugar de meu nascimento na luta sindical e na luta política, obrigado aos cochabambinos por terem permitido que eu viva em Cochabamba e aprenda muito de Cochabamba.

Essas duas terras me ensinaram sobre a vida, com certeza agora será a Bolívia que me ensinará a administrar bem.

Cumprirei meu compromisso, como diz o Subcomandante Marcos, mandar obedecendo ao povo. Mandarei na Bolívia obedecendo ao povo boliviano.

Muitíssimo obrigado.

ANEXO II

# Decreto Supremo 28.071 Heróis do Chaco

1.MAI.2006

EVO MORALES AYMA, PRESIDENTE CONSTITUCIONAL DA REPÚBLICA

175

CONSIDERANDO: que em históricas jornadas de luta o povo conquistou, à custa de seu sangue, o direito a que nossa riqueza de hidrocarbonetos volte para as mãos da nação e seja utilizada em benefício do país.

Que no Referendo Vinculante de 18 de julho de 2004, através da contundente resposta à pergunta 2, o povo decidiu, de maneira soberana, que o Estado Nacional recuperasse a propriedade de Todos os hidrocarbonetos produzidos no país.

Que, de acordo com o expressamente disposto nos arts. 136, 137 e 139 da Constituição Política do Estado, os hidrocarbonetos são bens nacionais de domínio originário, direto, inalienáveis e imprescritíveis do Estado, razão pela qual constituem propriedade pública inviolável.

Que, por mandato do inciso 5 do art. 59 da Constituição



Política do Estado, os contratos de exploração de riquezas nacionais devem ser autorizados e aprovados pelo Poder Legislativo, critério reiterado na sentença do Tribunal Constitucional nº 0019/2005 de 7 de março de 2005.

Que esta autorização e aprovação legislativa constitui fundamento do contrato de exploração de riquezas nacionais por tratar-se do consentimento outorgado pela nação, como proprietária destas riquezas, através de seus representantes.

Que as atividades de exploração e produção de hidrocarbonetos estão sendo realizadas mediante contratos que não cumpriram com os requisitos constitucionais e que violam expressamente os mandatos da Carta Magna ao entregar a propriedade de nossa riqueza de hidrocarbonetos a mãos estrangeiras.

Que expirou o prazo de 180 dias, indicado pelo artigo 5 da Lei nº 3058 de 17 de maio de 2005 – Lei de Hidrocarbonetos –, para a subscrição obrigatória de novos contratos.

Que o chamado processo de capitalização e privatização da empresa Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) significou não só um grave dano econômico ao Estado, como também um ato de traição à pátria ao entregar a mãos estrangeiras o controle e a direção de um setor estratégico, infringindo a soberania e a dignidade nacionais.

Que, de acordo com os artigos 24 e 135 da Constituição Política do Estado, todas as empresas estabelecidas no país

são consideradas nacionais e estão submetidas à soberania, leis e autoridades da República.

Que é vontade e dever do Estado e do Governo Nacional nacionalizar e recuperar a propriedade dos hidrocarbonetos, em aplicação do disposto pela Lei de Hidrocarbonetos.

177

Que o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, assim como o Pacto dos Direitos Econômicos e Culturais, subscritos em 16 de dezembro de 1966, determinam que: todos os povos podem dispor livremente de suas riquezas e recursos naturais, sem prejuízo das obrigações que derivam da cooperação econômica internacional baseada no princípio do benefício recíproco, assim como do direito internacional. Em nenhum caso poderá privar-se um povo de seus próprios meios de subsistência.

Que a Bolívia foi o primeiro país do continente em nacionalizar seus hidrocarbonetos, no ano de 1937, então em mãos da Standard Oil Co., medida heroica, que foi tomada novamente no ano de 1969, afetando a Gulf Oil, correspondendo à presente geração levar adiante a terceira e definitiva nacionalização de seu gás e seu petróleo.

Que esta medida se inscreve na luta histórica das nações, movimentos sociais e povos originários por reconquistar nossas riquezas como base fundamental para recuperar nossa soberania.

Que, pelo exposto, corresponde emitir a presente dispo-

sição, para levar adiante a nacionalização dos recursos de hidrocarbonetos do país.

## EM CONSELHO DE MINISTROS DECRETA:

### ARTIGO 1

Em exercício da soberania nacional, obedecendo ao mandato do povo boliviano expresso no Referendo Vinculante de 18 de julho de 2004 e na aplicação estrita dos preceitos constitucionais, nacionalizam-se os recursos naturais de hidrocarbonetos do país.

O Estado recupera a propriedade, a posse e o controle total e absoluto destes recursos.

### ARTIGO 2

I. A partir de 1 de maio de 2006, as empresas petroleiras que atualmente realizam atividades de produção de gás e petróleo no território nacional serão obrigadas a entregar em propriedade à Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), toda a produção de hidrocarbonetos.

II. A YPFB, em nome e em representação do Estado, em pleno exercício da propriedade de todos os hidrocarbonetos produzidos no país, assume sua comercialização, definindo as condições, volumes e preços, tanto para o mercado interno quanto para a exportação e a industrialização.

### ARTIGO 3

I. Só poderão continuar operando no país as companhias que acatarem imediatamente as disposições do presente Decreto Supremo, até que, em um prazo não superior a

180 dias a partir de sua promulgação, regularizem sua atividade, mediante contratos que cumpram as condições e requisitos legais e constitucionais. Ao término de tal prazo, as companhias que não tiverem assinado contratos não poderão continuar operando no país.

II. Para garantir a continuidade da produção, a YPFB, de acordo com diretivas do Ministério de Hidrocarbonetos e Energia, assumirá o controle da operação dos campos das companhias que se negarem a acatar ou impedirem o cumprimento do disposto no presente Decreto Supremo.

III. A YPFB não poderá executar contratos de exploração de hidrocarbonetos que não tiverem sido individualmente autorizados e aprovados pelo Poder Legislativo em pleno cumprimento do mandato do inciso 5 do art. 59 da Constituição Política do Estado.

#### ARTIGO 4

I. Durante o período de transição, para os campos cuja produção certificada média de gás natural do ano de 2005 tiver sido superior a 100 milhões de pés cúbicos diários, o valor da produção será distribuído da seguinte forma: 82% para o Estado (18% de royalties e participações, 32% de Imposto Direto aos Hidrocarbonetos IDH e 32% através de uma participação adicional para a YPFB) e 18% para as companhias (o que cobre custos de operação, amortização de investimentos e lucros).

II. Para os campos cuja produção certificada média de gás natural do ano de 2005 tiver sido inferior a 100 milhões

de pés cúbicos diários, durante o período de transição, será mantida a atual distribuição do valor da produção de hidrocarbonetos.

III. O Ministério de Hidrocarbonetos e Energia determinará, caso a caso e mediante auditorias, os investimentos realizados pelas companhias, assim como suas amortizações, custos de operação e rentabilidade obtida em cada campo. Os resultados das auditorias servirão de base à YFBF para determinar a retribuição ou participação definitiva correspondente às companhias nos contratos a serem firmados de acordo com o estabelecido no art. 3 do presente Decreto Supremo.

#### ARTIGO 5

I. O Estado assume o controle e a direção da produção, transporte, refino, armazenagem, distribuição, comercialização e industrialização de hidrocarbonetos no país.

II. O Ministério de Hidrocarbonetos e Energia regulará e normatizará estas atividades até que sejam aprovados novos regulamentos de acordo com a lei.

#### ARTIGO 6

I. Em aplicação do disposto pelo artigo 6 da Lei de Hidrocarbonetos, transferem-se como propriedade à YPFB, a título gratuito, as ações dos cidadãos bolivianos que faziam parte do Fundo de Capitalização Coletiva nas empresas petrolíferas capitalizadas Chaco S.A., Andina S.A. e Transredes S.A.

II. Para que esta transferência não afete o pagamento do Bonosol, o Estado garante a reposição dos aportes por dividendos que estas empresas entregavam anualmente ao Fundo de Capitalização Coletiva.

III. As ações do Fundo de Capitalização Coletiva que estão em nome das Administradoras de Fundos de Pensões nas empresas Chaco S.A., Andina S.A. e Transredes S.A. serão endossadas em nome da YPFB.

#### ARTIGO 7

I. O Estado recupera sua plena participação em toda a cadeia produtiva do setor de hidrocarbonetos.

II. Nacionalizam-se as ações necessárias para que a YPFB controle no mínimo 50% mais 1 nas empresas Chaco S.A., Andina S.A., Transredes S.A., Petrobras Bolivia Refinación S.A. e Compañía Logística de Hidrocarburos de Bolivia S.A.

III. A YPFB nomeará imediatamente seus representantes e síndicos nas respectivas diretorias e assinará novos contratos de sociedade e administração nos quais se garanta o controle e a direção estatal das atividades de hidrocarbonetos no país.

#### ARTIGO 8

Em 60 dias, a partir da data de promulgação do presente Decreto Supremo e dentro do processo de refundação da YPFB, proceder-se-á a sua reestruturação integral, convertendo-a em uma empresa corporativa, transparente, eficiente e com controle social.

## ARTIGO 9

Em tudo quanto não for contrário ao disposto no presente Decreto Supremo, continuarão a ser aplicados os regulamentos e normas atualmente vigentes, até sua modificação de acordo com a lei.

Os senhores ministros de Estado, o presidente da YPFB e as Forças Armadas da Nação ficam encarregados da execução e cumprimento do presente Decreto Supremo, firmado no Palácio de Governo da cidade de La Paz, no primeiro dia do mês de maio do ano de 2006.

Subscrevem EVO MORALES AYMA, David Choquehuanca Céspedes, Juan Ramón Quintana Taborga, Alicia Muñoz Alá, Walker San Miguel Rodríguez, Carlos Villegas Quiroga, Luis Alberto Arce Catacora, Abel Mamani Marca, Celinda Sosa Lunda, Salvador Ric Riera, Hugo Salvatierra Gutiérrez, Andrés Solíz Rada, Wálter Villarroel Morochi, Santiago Álex Gálvez Mamani, Ministro do Trabalho e Interino de Justiça, Félix Patzi Paco, Nila Heredia Miranda.

Evo, o “modernizador”<sup>1</sup>

PABLO STEFANONI

*BRECHA, MONTEVIDÉU, 18.OUT.2014.*

No domingo, em seu discurso de posse, Evo Morales agradeceu a Fidel Castro, saudou a memória de Hugo Chávez e apelou às raízes anti-imperialistas de seu “socialismo comunitário”. Mas seu modelo se baseia, principalmente, em políticas neodesenvolvimentistas.

Pela terceira vez consecutiva, Evo Morales venceu com folga as eleições presidenciais bolivianas. Desta vez, obteve 60% dos votos, e garantiu para si o controle de dois terços do Parlamento. Morales conseguiu também muito bons resultados em feudos tradicionais da oposição, como Santa Cruz. No domingo, no discurso com o qual celebrou sua vitória, Morales agradeceu a Fidel Castro, saudou a memória de Hugo Chávez e apelou às raízes anti-imperialistas de seu “socialismo comunitário”. Porém, o modelo que ele vem aplicando tem relação, principalmente, com políticas neodesenvolvimentistas.

1. Cf. <<http://brecha.com.uy/>>, publicado em 18.out.2014.



“Com Evo vamos bem”, canta, com ritmo de cumbia, o principal slogan eleitoral do Movimento ao Socialismo (MAS), que consegue, mais uma vez, desde 2005, levar a maioria dos votos dos bolivianos. Com as eleições de 12 de outubro, Evo Morales se projeta no poder até 2020, o que o transforma no presidente com mais tempo no Palácio Quemado da história boliviana. De fato, o que estava em jogo nas eleições de 12 de outubro não era o triunfo do Movimento ao Socialismo, mas se o número de parlamentares eleitos seria suficiente para o situacionismo manter os dois terços que possui hoje e que lhe permitem votar leis especiais e, eventualmente, modificar a Constituição (por exemplo, para permitir uma nova reeleição de Morales no final de seu terceiro mandato). Uma bancada inferior a dois terços significaria reduzir o poder do presidente boliviano que foi levado ao governo, há oito anos, pela tradução nas urnas de uma rebelião popular conhecida como a “guerra do gás”. Nesse meio tempo, Evo tornou-se figura central do período, com tonalidades ambivalentes: do “Hartos Evos hay aquí” (Aqui há muitos Evos) – título de um documentário que enfatizava que o presidente é mais um entre os camponeses – foi passando para uma série de textos hagiográficos que insistem em seu caráter de líder “excepcional”, e algum até se atreveu a insinuar seu duvidoso pertencimento a linhagens de caudilhos anticolonialistas, como Túpac Katari.

### ENTRE A REVOLUÇÃO E A PRUDÊNCIA

A primeira etapa da administração Morales (2006-2009) foi marcada pelo confronto entre o governo central e

a oposição conservadora, atrincheirada na região agroindustrial de Santa Cruz. A segunda foi a da consolidação da hegemonia “evista” posterior à reeleição no final de 2009 com 64% dos votos, e uma terceira – mais recente –, remete à cooptação de parte das velhas elites. Nos últimos anos, o presidente boliviano é regularmente convidado para a Expocruz, emblemática feira da burguesia de Santa Cruz: depois dos frustrados planos para a criação de grupos de autodefesa – que impulsionaram julgamentos por terrorismo e o autoexílio de ex-dirigentes, como o rico empresário de oleaginosas Branko Marinkovic –, parte do empresariado de Santa Cruz deu uma guinada pragmática nas areias movediças das conspirações de 2008, destinada a não arriscar as possibilidades de lucro trazidas pelo atual boom econômico.

Mas os efeitos da estabilidade macroeconômica vão mais longe. Hoje, um economista ultraliberal, como o americano Tyler Cowen, pode escrever em seu blog *Marginal Revolution* um artigo intitulado “Por que sou relativamente otimista sobre a Bolívia”. Pode inclusive ir um pouco mais além em uma coluna intitulada “Por que apoiei Evo Morales”. O título é uma provocação, o economista *libertarian* começa reconhecendo que “apoiar” é um termo exagerado, mas admite que “O governo de Evo Morales é muito popular e bastante estável. Tem uma base de poder sólida e duradoura, em parte devido às políticas específicas e em parte por razões simbólicas”. Além disso, Cowen diz que “os benefícios da estabilidade – decorrente da permanência do vilão, por assim dizer – superam os custos (de não seguir uma política liberal)”. Afirma também que a Bolívia – por

sua descentralização – não cairá em “uma ditadura como a de Chávez”. Um elemento que torna Cowen “otimista” é a “prudência” fiscal de Evo, somada ao fato de que “mais cedo ou mais tarde” a Bolívia deveria ter um governo indígena.

Sem dúvida, este economista ultraliberal gosta de provocar o seu público. É evidente que Evo Morales combina essa prudência fiscal com várias nacionalizações de empresas e um reposicionamento do Estado na economia, mas não se pode esquecer que o último governo de esquerda, em 1982, terminou sua gestão de maneira antecipada em meio a uma hiperinflação. E Morales, desde o seu triunfo em 2005, procurou evitar um cenário similar. Para isso, conta com os altos preços das matérias-primas que a Bolívia exporta e uma relativamente boa relação com os bancos (hoje mais regulados do que ontem). Dado adicional: o presidente boliviano conserva desde o seu primeiro dia no poder o mesmo ministro da Economia, Luis Arce Catacora, um ex-técnico do Banco Central que em 2006 espanou seus pergaminhos de simpatizante socialista dos anos oitenta e mantém o caixa em ordem: a Bolívia tem reservas internacionais equivalentes a 51% de seu PIB (é como se a Argentina contasse com 300 bilhões de dólares em reservas, quando hoje não chegou a 30 bilhões).

Detivemo-nos nesse economista americano porque os elogios à estabilidade boliviana, do New York Times ao Banco Mundial, constituem um dos elementos que explicam, em uma medida significativa, por que Evo pode romper o karma da instabilidade boliviana e, após oito anos, garantir o triunfo nas urnas para um terceiro mandato.

Com efeito, “a estabilidade” é um dos slogans do próprio Morales na campanha: há alguns dias ele disse que o MAS é o único partido capaz de garanti-la.

### A OPOSIÇÃO EM SEU LABIRINTO

O candidato mais bem posicionado era o político, economista e empresário do ramo do cimento Samuel Doria Medina. A oposição boliviana tentou, mas não conseguiu, encontrar seu próprio Henrique Capriles. Há alguns anos, falava-se sobre dois cenários nas reuniões da oposição: um era o venezuelano, onde emergiu, embora tenha perdido, um candidato jovem que “centroesquerdou” – ao menos no discurso – o bloco antichavista e expandiu suas fronteiras ideológicas. O outro era o equatoriano, onde Rafael Correa venceu com facilidade uma oposição fragmentada. No final, impôs-se o segundo cenário.

Além de Doria Medina, candidatou-se também o ex-presidente Jorge “Tuto” Quiroga, quem disputa os votos pela direita para a Unidade Democrática. Logo abaixo, situava-se o ex-prefeito pacenho Juan del Granado, que começou projetando uma “oposição progressista” a Morales e acabou se enrolando em uma frustrada aliança com o governador autonomista de Santa Cruz, Rubén Costas.

Recentemente, a campanha eleitoral centrou-se em uma guerra de áudios. Em um deles, Evo Morales reconhecia que a propalada cúpula internacional do G-77 – reunida em Santa Cruz de la Sierra – fora “a melhor campanha” nessa região oriental. Outro áudio, de maior calibre, envolveu a

Doria Medina: em gravação amplamente divulgada nas redes sociais, escuta-se o candidato da oposição pressionando uma funcionária de sua empresa para chegar a um acordo com seu esposo e um de seus operadores partidários, Jaime Navarro, acusado de violência de gênero. Como a mulher não queria concordar, Doria Medina - assumindo o papel de patrão (feudal) - ameaçou, como castigo, enviá-la para trabalhar na remota cidade de Trinidad. Para piorar a situação, os moradores desta cidade amazônica se queixaram de que o candidato presidencial os trata como se estivessem em uma Sibéria boliviana.

Esse vazamento somou-se às declarações do candidato a senador do MAS por Cochabamba, Ziro Zabala, que causou escândalo ao pedir que se ensinasse “às mulheres como se comportar e se vestir” para que não fossem vítimas de agressores, e trouxe à tona a violência de gênero, uma das questões pendentes no processo de mudança vivido pela Bolívia.

Tirando esses temperinhos acrescentados a uma campanha que se mostrou “enfadonha”, a maioria dos bolivianos não parece estar convencida de que a oposição possa administrar melhor os pontos fracos do atual governo, sem dúvida muitas vezes entusiasta demais no que diz respeito a medidas de impacto a curto prazo.

## OS VINCOS DA MUDANÇA

A Bolívia está mudando. Parte das mudanças provêm do longo período democrático iniciado em 1982, e muitas mais do atual processo iniciado em 2006. A estabilidade

econômica permite mudar as expectativas: por exemplo, os poupadores bolivianizaram em massa seus depósitos, porque acreditam que ganharão mais em bolivianos (a moeda nacional) do que em dólares. A expansão de infraestruturas e serviços para o campo (como a Internet, por exemplo) visa incluir uma grande parte da população na modernidade.

Morales é, em essência, um modernizador. Sonha, inclusive, com projetos controversos, como a energia nuclear – com fins pacíficos. Não obstante, falta hoje à mudança um pé na educação, já que as transformações nessa área são escassas: os programas de bolsas estatais aprovadas recentemente para que os estudantes bolivianos façam seus doutorados em Harvard, Stanford ou em universidades japonesas não são suficientes, haja vista a má qualidade do ensino geral. Contudo, um projeto neodesenvolvimentista como o boliviano, que tem como utopia a Coreia do Sul, mais do que Cuba (Evo não deixou de citar, em alguns de seus discursos, essa nação asiática que passou de país agrário a potência industrial), não pode ser viável sem mudanças educacionais de peso. Como usar a bonança extrativa é, sem dúvida, parte do debate boliviano atual, mas a oposição não tem visões particularmente sedutoras e, para muitos bolivianos, seus candidatos levariam o país de volta ao passado.

Expressões como “socialismo comunitário” levam, com frequência, à confusão: o projeto do MAS é um projeto antineoliberal – o que o vice-presidente, Álvaro García Linera, chegou a caracterizar como “capitalismo andino-amazônico”. As próprias bases partidárias estão

compostas por pequenos produtores urbanos e rurais que não se sentem seduzidos por um Estado intervencionista demais sobre a propriedade privada.

O conteúdo desse imaginário neodesenvolvimentista – em um sentido não necessariamente coincidente com o do inventor do conceito, o brasileiro Luiz Carlos Bresser Pereira – foi definido com grande clareza pelo presidente equatoriano Rafael Correa, quem recentemente elogiou de maneira efusiva o modelo de inovação, desenvolvimento e visão empresarial israelense e criticou as “esquerdas conservadoras” e os empresários avessos ao risco (o discurso pode ser visto no Youtube com o título “Israel debe ser un ejemplo para nosotros” (Israel deve ser um exemplo para nós) – o qual não implica um apoio geopolítico a Tel Aviv).

A Bolívia, sem dúvida, é um país indígena, mas associar esse dado sociopolítico ao simples comunitarismo é um excesso de *wishful thinking*. Os processos de urbanização – hoje cerca de 60% dos bolivianos vivem em zonas urbanas – representam um desafio adicional para pensar a indianidade no século XXI. Para muitos indígenas, descolonizar significa estudar em universidades privadas, visitar as praças de alimentação nos novos shoppings da zona sul de La Paz, ocupar cargos parlamentares e quebrar os vários tetos e paredes de vidro que os relegavam à subordinação. Efetivamente, esse caminho para sair do “colonialismo interno” parece mais popular do que um mero retorno às cosmovisões ancestrais. A Bolívia se indianizou, mas o indígena é uma complexa trama política, antropológica

e simbólica à prova de simplificações fáceis e não menos atraentes sobre suas essências antiocidentais.

O fato de a população indígena ter diminuído consideravelmente no censo de 2012 em relação ao de 2001 reflete as vicissitudes dessas identidades tão reais quanto estratégicas. O mesmo acontece com o crescimento do evangelismo, que é uma das fontes do conservadorismo – dentro e fora do MAS – no que se refere à expansão de direitos civis como a descriminalização do aborto ou o casamento igualitário, e tem entre seus efeitos as reconfigurações modernizantes das comunidades indígenas. Nesse contexto, a candidatura a deputado pelo situacionismo de Manuel Canelas, primeiro candidato abertamente gay, é uma pequena cunha em um ambiente onde a pressão conservadora é mais forte do que a capacidade de ação das fracas, ainda que mais visíveis, organizações LGBT.

Os discursos sobre o “viver bem” (que visam avançar em um projeto pós-desenvolvimentista apelando a fontes supostamente ancestrais) convivem com a enorme popularidade do Rally Dakar; a diversidade étnica com a negação da diversidade sexual; a autonomia social com a centralização estatal; as críticas ao capitalismo com uma antes desconhecida expansão do consumo.

Entre essas tensões e vincos transita hoje a mudança na Bolívia. Um país em plena transformação que está virando uma página em uma história cheia de injustiças e resistências heroicas.





ANEXO IV

# A surpresa da Bolívia<sup>1</sup>

CLAUDIO KATZ

*REBELIÓN, 27.NOV.2014.*

193

A Bolívia compartilha com a Venezuela o modelo econômico social-desenvolvimentista, a fisionomia nacionalista radical do governo e o ideário socialista, mas como modalidades muito diferentes. Também diferem os resultados e os balanços que a imprensa internacional divulga sobre a gestão de Evo Morales em comparação à de Chávez-Maduro.

O programa redistributivo foi aplicado na Bolívia com a mesma contundência que na Venezuela. Utilizou-se uma renda energética (proveniente do gás) para impulsionar o consumo, mediante incentivos à demanda orientados pelo Estado.

Como no restante da América Latina, este esquema foi dinamizado pelo aumento dos preços das matérias-pri-

---

1. Cf. <[www.lahaine.org/katz](http://www.lahaine.org/katz)>, publicado em 27.nov.2014. Claudio Katz é economista, pesquisador do Conicet, professor da Universidade de Buenos Aires (UBA), membro do EDI.

mas exportadas. As receitas destas vendas externas subiram de US\$ 2 para US\$ 10 bilhões por ano.

Mas o elemento mais significativo na Bolívia foi a elevada captação estatal da renda gerada pelos combustíveis. O aumento dos royalties obtidos pelo Estado aumentou de US\$ 300 milhões para US\$ 6 bilhões ao ano.

Na década anterior, as finanças estatais captavam apenas 18% desse total e as empresas transnacionais ficavam com os 82% restantes. A nacionalização parcial dos hidrocarbonetos (2006) alterou essa relação. Basta lembrar a enorme incidência da venda de combustíveis e minerais no PIB boliviano para mensurar tal mudança (Navarro, 2014).

Verificou-se uma virada semelhante na Venezuela com a recuperação da PDVSA, mas a dimensão da mudança foi maior na Bolívia. Neste país, o Estado havia ficado sem recursos e toda a renda era escoada para o exterior.

As consequências econômicas desta transformação foram maiúsculas. O gasto público triplicou, o emprego público aumentou significativamente e os preços dos alimentos se estabilizaram.

Algumas estimações consideram que a melhora do salário mínimo chegou a 64% (2005-2013), enquanto os programas de transferência de renda cobrem 33% da população, em um cenário de tarifas de eletricidade e de combustível congeladas (Bárcena, 2014).

Outras avaliações destacam que a pobreza extrema urbana caiu de 24% para 14% e o seu equivalente rural, de 63% para 43%. Os programas sociais influenciaram diretamente sobre este resultado, através de ajudas recebidas

por todos os setores marginalizados do mercado de trabalho. Existem programas de transferência de renda para as crianças que frequentam a escola (Juancito Pinto), para as mulheres no período pós-parto (Juana Azurduy) e para os idosos que nunca fizeram contribuições previdenciárias (Renta Dignidad) (Molina, 2013).

### AVANÇOS PARTINDO DO SUBSOLO

As melhorias sociais conquistadas foram semelhantes às registradas na Venezuela durante o primeiro período do modelo social-desenvolvimentista. Há, no entanto, uma diferença importante no nível de estabilização alcançado na Bolívia com este esquema, o que se reflete no crescente fluxo de investimentos estrangeiros diretos.

A afluência de divisas consolidou um elevado volume de reservas (47% do PIB), em um contexto de endividamento público moderado (35% do PIB). A tradicional fuga de capitais que caracterizava o país foi contida e deu lugar a um incipiente processo inverso (Bárcena, 2014).

Esta sequência de crescimento contínuo diferencia o país da Venezuela. A Bolívia lidera nos últimos anos a taxa de crescimento regional e esses resultados geraram um esperável elogio da CEPAL e inesperados parabéns do FMI. O produto bruto passou de US\$ 9,525 bilhões (2005) para US\$ 30,381 bilhões (2013) e o PIB *per capita* deu um salto de US\$ 1.010 para US\$ 2.757.

Tal expansão foi concretizada com uma baixa taxa de inflação e uma chamativa preocupação com a preservação

do equilíbrio fiscal. Alguns analistas atribuem esse resultado a uma gestão prudente das variáveis macroeconômicas, como consequência do trauma legado pela hiperinflação do último governo de esquerda (1982-1985). Também destacam a psicologia campesina de Evo e sua aversão à dívida (Stefanoni, 2014).

Na atual gestão, priorizou-se a construção de estradas, pontes e certos empreendimentos como o satélite Túpac Katari ou o teleférico entre La Paz e El Alto. Tais obras recuperam a autoestima de uma sociedade abalada pela ausência de realizações.

O modelo social-desenvolvimentista passou no teste? Demonstrou sua viabilidade? Augura uma próxima etapa de superação do subdesenvolvimento?

Ninguém se atreve a cantar vitória em uma economia tão dependente da monoexportação de combustíveis. O Altiplano tem conseguido usufruir, mais do que outros países, da excepcional conjuntura de altos preços das matérias-primas, e utilizou o rendimento gerado por esse aumento para impulsionar o consumo e redistribuir as rendas.

Porém, a ausência de transformações produtivas acende um sinal de alerta para o futuro. A Bolívia tem conquistado avanços que países mais industrializados (como a Argentina) ou com estruturas médias (como a Venezuela) já experimentaram no passado e enfrentará os mesmos limites encontrados por seus antecessores.

O Altiplano parte de um piso muito baixo de subdesenvolvimento e conta com margens maiores para as rápi-

das expansões, mas esse atraso também determina um alto nível de vulnerabilidade, em comparação com economias que contam com mais recursos e capitais acumulados.

Os limites do modelo são vislumbrados na esfera dos hidrocarbonetos que financiam todos os programas do Estado. Depois de renegociar 44 contratos de concessão, as empresas estrangeiras mantêm posições consideráveis (especialmente Repsol e Petrobras). A experiência mostra especialmente os perigos de utilizar as receitas fiscais em subvenções para empreiteiras. A indenização de US\$ 1,045 bilhão, concedida recentemente à empresa Pan American Energy (pela expropriação de ações realizada em 2009), é uma advertência desses antecedentes. A Bolívia precisa de todos os seus recursos para os processos de industrialização (como a utilização do gás para elaborar fertilizantes e plásticos).

Problemas semelhantes são verificados no agro. Começou a se regularizar a situação dos proprietários de pequenos lotes, mas a reforma agrária continua atrasada. Enquanto isso, a elevadíssima concentração da propriedade nas mãos de uma centena de clãs latifundiários não foi tocada.

## CONQUISTAS INÉDITAS

O segredo da estabilidade econômica se encontra na solidez do poder político construído por Evo Morales. Após 8 anos de governo, o líder do MAS conquistou em 2014 um novo mandato, com uma porcentagem de votos superior a 60%. Esse resultado foi superior ao da vitória de 2005 e se aproxima do triunfo de 2009. Ele ganhou em

oito dos nove departamentos e conquistou maioria nas regiões orientais anteriormente adversas (com certas perdas em seus redutos do Altiplano).

Até agora, Evo tem sido capaz de suportar o temido desgaste gerado pelo exercício do governo e mantém a maioria absoluta em ambas as câmaras. Suas vitórias nas eleições se inscrevem na nova ordem constituinte introduzida a partir de 2006, depois da aprovação de uma nova carta magna por parte de 72% dos eleitores.

Este nível de força eleitoral não tem precedentes em um país que teve 36 presidentes que não passaram do primeiro ano de exercício. Evo será o presidente mais duradouro dessa longa história de fragilidades presidenciais. Ele conseguiu superar a improvisada busca por equilíbrios entre as corporações que dominava a vida política.

A consistência exibida por Evo contrasta com o longo período neoliberal iniciado em 1985, em que a Bolívia dessangrava econômica e socialmente. Essa etapa nefasta foi substituída por um aluvião eleitoral que convalida os triunfos previamente obtidos pelo povo nas ruas.

Essa extraordinária sucessão de lutas sociais foi iniciada pelos produtores de coca e, posteriormente, liderada pelos camponeses e trabalhadores que travaram a guerra da água. Eles derrotaram os privatizadores, expulsaram os concessionários estrangeiros e abriram uma grande sequência de vitórias de baixo para cima. À custa de 77 mortos, impuseram a fuga do sanguinário Sánchez de Lozada.

O governo de Evo surgiu dessas batalhas e se consolidou derrotando as conspirações da direita. Ele venceu os

reacionários nas urnas, depois de esmagar a rebelião fascista de 2008 (massacre de Pando). Essa vitória explica a força de sua administração.

Morales foi o único presidente da região que surgiu diretamente de ações insurgentes dos movimentos sociais. Por esta razão, pôde implementar o contundente pacote de iniciativas democráticas e descolonizadoras que consagraram o estabelecimento do Estado plurinacional. A população indígena conquistou um reconhecimento sem precedentes de direitos coletivos para 40 etnias, em numerosos campos da língua, da cultura, da representatividade e da democracia participativa (Mayorga, 2014).

## NOVOS CONFLITOS

Em poucos anos, foram introduzidas reformas políticas e sociais que a Bolívia desconhecia desde os anos 1950. A direita tradicional apresenta essas melhorias reais como simples fantasias retóricas, além de apontar que o governo populista teria desperdiçado o vantajoso cenário econômico internacional. É inadmissível para esse setor ter perdido o controle sobre tais lucros, não conseguindo entender como a sua derrota levou a um cenário de estabilidade capitalista.

Outros setores conservadores optaram por pegar carona na vitória do MAS. Incorporaram, especialmente no Oriente, uma parte de suas velhas forças (MNR, ADN) ao situacionismo. Com esta absorção, Evo conquistou a maioria nas áreas disputadas, mas existem somas eleitorais



que subtraem consistência política. Essas ampliações nunca foram gratuitas para os governos populares (Arkonada Katu, 2014a).

Evo lidera um processo reformista radical não apenas no plano interno. Ele desenvolve também esse perfil em escala internacional, mediante conchaves impactantes para exigir a defesa efetiva do meio ambiente, como a Cúpula de Cochabamba (Arkona, 2014b).

A parte mais significativa dessa intervenção geopolítica é uma postura anti-imperialista que ultrapassa o terreno declarativo. A expulsão dos conspiradores ianques (disfarçados de funcionários da Usaid) foi acompanhada do afastamento imposto ao embaixador americano que deixou vaga essa delegação. Além disso, os governantes de Israel foram acusados de terrorismo de Estado e a velha demanda ao Chile de uma saída para o mar foi exposta com grande contundência junto a Piñera e Bachelet.

Morales promove uma ideologia que combina o nacionalismo com o indigenismo. Comanda um sistema político que apartou a velha elite de oligarcas brancos. Começou seu governo prometendo “transformar os protestos em propostas” e proclama que a Bolívia precisa de “sócios e não de patrões”.

Contudo, o desenvolvimento de seu projeto enfrenta um teto muito nítido no âmbito do capitalismo. Até agora, seu esquema conciliou alívios populares com privilégios das classes dominantes. São duas metas em conflito, que emergem cada vez que o governo adota alguma medida favorável aos grupos de poder.

Nesses casos, a reação popular tem sido contundente. Já ocorreu, em dezembro de 2010, com o aumento dos preços dos combustíveis – o “gasolinaço” – e durante as marchas contra a construção de uma estrada que atravessa territórios indígenas (TIPNIS).

O governo tem contemporizado com esses protestos e procurou sempre resolver as tensões na mesa de negociação, mas esses conflitos aumentam à medida que a Bolívia se transforma em uma sociedade urbana com maiores exigências sociais.

O capitalismo impede a satisfação dessas novas demandas e reduz as margens para conciliar os interesses em disputa. Até agora, Evo conseguiu driblar estes problemas, mas não conseguirá se esquivar deles no futuro.

## SOCIALISMO COMUNITÁRIO

Na Bolívia, ao contrário da Venezuela, o socialismo não está presente nos discursos oficiais, nas campanhas eleitorais ou nas exposições ideológicas cotidianas dos governantes, mas faz parte da tradição política do país e das principais organizações populares. O próprio agrupamento oficial (MAS) inclui a denominação socialista e Evo dedicou sua recente vitória eleitoral a Fidel e a Chávez, convocando a reafirmação da luta contra o capitalismo.

O socialismo aparece em outro plano, através da conceitualização teórica desenvolvida pelo vice-presidente García Linera. Seu ponto de partida é a crítica aos efeitos catastróficos do capitalismo. Ele descreve a forma em que

este sistema multiplica a desigualdade, o desemprego e a destruição da natureza; questiona o princípio do lucro, os efeitos da exploração e as agressões do imperialismo.

Linera retoma o projeto socialista como uma resposta a esse cenário; defende esse modelo em termos tradicionais, polemizando com as interpretações distorcidas que a propaganda anticomunista se encarregou de difundir. Lembra que o capitalismo apenas ocupou um breve lapso na história e destaca a vigência do socialismo para superar os tormentos do capitalismo (García Linera, 2010a: 7-18).

Estas contundentes definições contradizem a abordagem que expôs ao tomar posse como segunda figura do governo de Evo. Nesse momento, propôs impulsionar um modelo de “capitalismo andino-amazônico”, distanciando-se da convocatória de Chávez para construir o socialismo do século XXI. Sugeriu que na Bolívia era conveniente a implementação de alguma variante econômica do desenvolvimentismo. Com suas novas definições a favor do socialismo, ele parece rever esse enfoque anterior.

Porém, a peculiaridade da perspectiva de Linera encontra-se no perfil comunitário de sua proposta socialista. Destaca-se nela a vitalidade que as comunidades mantêm na Bolívia e a conseqüente vigência de princípios de trabalho associativo, com fortes valores éticos de fraternidade, tanto no campo quanto nos bairros populares das cidades.

O vice-presidente considera que essa continuidade permite gestar uma variante de socialismo comunitário, semelhante ao aplicável no Equador ou em certas zonas do México, Índia e África. Estima ainda que tal projeto não

seja realizável nos países desenvolvidos (ou de capitalismo intermediário), que perderam toda a memória das velhas formas econômicas coletivas (García Linera, 2010a: 7-18).

Sua proposta se atém às regiões do planeta que conservam legados comunitários. Linera não propugna os projetos gerais de construção cooperativista impulsionados pelas correntes autonomistas. Tampouco propõe a criação de comunas rurais, fábricas autogeridas ou economias do terceiro setor como antecipação do socialismo. Ele se limita a assinalar que o projeto anticapitalista pode se apoiar, em certos países, na herança deixada pelas antigas estruturas comunitárias.

Essa tese retoma a especificidade do socialismo andino que em 1920-30 intuiu Mariátegui. O intelectual peruano acreditava que o capitalismo havia arrasado as comunidades incas de Ayllu em seu país, mas também destacava a subsistência do espírito solidário gestado por essa tradição. Ele conclamava a trabalhar na organização de uma economia coletiva a partir desses princípios de comunismo agrário (Mariátegui, 2007: 119-121).

Linera atualiza essa concepção e considera que sua visão é coerente com o próprio amadurecimento de Marx, que nos últimos estudos de sua vida enfatizou as potencialidades revolucionárias das comunidades agrárias russas (Mir) (Kohan, 2000: 94-111).

Contudo, os 140 anos transcorridos desde essa caracterização incluíram intensos desenvolvimentos capitalistas, processos revolucionários e ensaios de construção socialista. O grau de subsistência material das comunidades

no século XXI é significativamente menor ao observado por Marx ou por Mariátegui. Embora Linera enfatize o legado político-cultural e não as estruturas econômicas dessas formações, as mutações foram muito grandes em todas as dimensões.

Há outra diferença significativa com esses antecedentes. Tanto Marx como Mariátegui formularam suas hipóteses apostando em uma vitória próxima do socialismo em escala mundial. Com essa perspectiva em mente, imaginavam entroncamentos dos vestígios do Mir russo e do Ayllu peruano com pujantes desenvolvimentos industriais da periferia, impulsionados pelas economias pós-capitalistas da Europa.

Linera reafirma essa eventual conexão entre um socialismo de raízes indígenas com o desenvolvimento de alternativas anticapitalistas em escala mundial, e por isso rejeita qualquer ilusão de construir um modelo socialista fechado no Altiplano. Mas registra também que essa transição será um prolongado processo de imprevisível duração (García Linera, 2008: 345-349).

O vice-presidente não esclarece, nesse esquema, como se produziria a ligação das antigas formas comunitárias com o socialismo global. A mudança de temporalidade do projeto não é uma questão menor. A experiência confirma que quando essas modalidades ficam sujeitas a um contato dominante com o capitalismo, a possibilidade de um entroncamento com cursos socialistas se reduz significativamente. A concorrência do mercado, a generalização do trabalho assalariado e os investimentos do agronegócio impedem essa convergência.

Essa contradição acentua as próprias ambiguidades da colocação de Linera, que pondera a meta socialista sem abandonar sua proposta anterior de capitalismo andino-amazônico. Em vez disso, sugere algum tipo de coexistência entre ambos os esquemas, mediante fragmentos de capitalismo que conviveriam com pedaços de socialismo, supondo que, durante essa convivência, o segundo sistema erodirá gradualmente o primeiro (García Linera, 2010a: 7-18).

Contudo, não define como essa transição seria consumada. Em seus textos, evita precisar se concebe uma tensão entre o mercado e o planejamento durante a passagem ao socialismo ou se projeta um fortalecimento prévio do capitalismo, antes de qualquer início socialista.

## ESTADOS E GOVERNOS

Linera acredita que o socialismo comunitário será precedido por uma grande consolidação do Estado. Ele considera que esta instituição tem se submetido, na atualidade, a um contraditório processo de maior centralidade e vulnerabilidade: pode administrar grandes orçamentos e intervir com maior contundência na economia, mas encontra-se mais condicionada e submetida aos fluxos internacionais do capital.

O vice-presidente entende que para consolidar os direitos populares é indispensável fortalecer o Estado nacional. Esta caracterização é postulada em uma polêmica aberta com teóricos como Negri, que questionam esse propósito (García Linera, 2010b: 11-39).

Com esse argumento, Linera encerra sua etapa de pensamento autonomista. Põe fim a um período de expectativas no protagonismo dos movimentos sociais e teorizações relacionadas ao conceito de multidão. Sua chegada ao governo implicou o abandono desses conceitos e a adoção de uma firme convicção na centralidade do Estado. (Stefanoni, 2008: 9-26).

Nesta nova visão, a natureza de classe do Estado é evitada. Não se sabe se a instituição que permitiria a incorporação de grandes direitos populares se inscreverá em uma transição socialista ou no âmbito burguês.

Linera destaca que, na Bolívia, o Estado deve primeiro assegurar a descolonização, incorporando os direitos negados durante séculos aos povos indígenas. Descreve como se avançou nesse terreno legitimando toda variedade de idiomas e culturas reconhecidas na nova configuração plurinacional. Ele acredita que esta mudança constitui o ponto de partida para a substituição do Estado aparente das minorias oligárquicas pelo Estado integral das maiorias populares (García Linera, 2010b: 11-39).

Concretamente, defende a construção de uma estrutura estatal sólida que exerça sua autoridade sobre todo o território. Diferentemente da maior parte da América Latina, esta construção nunca foi concluída na Bolívia. O governo de Evo vem tentando fazê-lo, criando uma nova burocracia em substituição das elites racistas precedentes.

Linera entende que este passo será dado por um governo popular, que na prática se desenvolverá no contexto capitalista. Novamente, sua visão de socialismo comunitá-

rio fica diluída, perante à decisão pragmática de preservar o regime social vigente.

O vice-presidente também destaca a radicalidade do processo boliviano, em comparação com outros países, como a África do Sul, onde foram introduzidos drásticos avanços descolonizadores com a eliminação do Apartheid, mas sem alterar a dominação econômica dos grandes negócios. Considera que na Bolívia houve conquistas democráticas do mesmo alcance, mas com nacionalizações e recuperação do poder econômico do Estado (García Linera, 2010: 11-39).

Essas medidas aumentaram, efetivamente, a captura estatal do rendimento dos hidrocarbonetos, mas não iniciaram as transformações necessárias para uma transição socialista. Linera evita avaliar esta limitação e apenas destaca a dimensão política do projeto anticapitalista. Ele indica que essa estratégia requer unidade das organizações populares, sedução dos setores médios e isolamento do imperialismo. O vice-presidente acredita que, nessas condições, o socialismo poderá ser construído gradualmente (García Linera, 2010: 11-39).

Como concretizar esse processo? A grande popularidade e estabilidade do governo de Evo permite evitar estas perguntas, mas não resolve as dificuldades enfrentadas por todos os processos que seguiram o caminho proposto por Linera.

## INDIANISMO E MARXISMO

Os indígenas ocupam um lugar prioritário na nova realidade boliviana. Linera destaca esse papel lembrando



que Evo recuperara uma liderança perdida desde a época de Manco Inca (1540).

O vice-presidente ressalta esta gravitação em polêmica com os marxistas clássicos, que destacavam o papel condutor do proletariado nas alianças populares. Salienta o declínio da condição operária, o calor das transformações registradas na mineração. Destaca também a incapacidade política da velha central sindical (COB) para se adaptar a esta mudança e pondera a nova liderança indígena-camponesa.

Esta visão de Linera provém de sua anterior proximidade ao indianismo katarista, que postulava a reinvenção do indígena como sujeito da emancipação. O vice-presidente acredita que essa gravitação foi confirmada na última década de bloqueios de estradas, que conduziram ao surgimento de uma central sindical camponesa (CSUT-CB) (García Linera, 2008: 373-385).

Porém, as conclusões atuais de Linera não emergem apenas dessa trajetória. Incorporam também seu afastamento do katarismo. Nos anos 1970, ele defendia as teses indianistas, depois participou da ação guerrilheira e permaneceu por cinco anos na prisão, mantendo o ideário de autodeterminação das nações aimará e quéchua. Contudo, o encontro de seu grupo (Comuna) com Evo após a guerra do gás o separou desse passado político.

Atualmente, situa-se em uma vertente integracionista do indianismo que reconhece a pluralidade e as contribuições da esquerda. Questiona a corrente culturalista (pachamâmica) que promove a simples folclorização e critica a tendência oposta que propõe construir uma república

indígena transnacional (em toda a região) ou territorial (na Bolívia) (García Linera, 2008: 378-385).

O distanciamento do katarismo e a aproximação ao marxismo explicam sua caracterização atual do socialismo comunitário. Deixou para trás o programa de indianização total e participa de um governo que realça a gravitação dos indígenas, sem aceitar a sua separação do resto da sociedade. Esta visão de Linera tem mais proximidades com a esquerda mariateguista do que com o indianismo katarista. Com este novo enfoque, reformula o projeto socialista mantendo a centralidade da questão indígena.

### INDAGAÇÕES DE UMA EVOLUÇÃO

As rebeliões sociais da última década evidenciaram a opressão padecida na América Latina por 45 milhões de indivíduos pertencentes a 485 diferentes grupos étnicos. Esta resistência resultou em um significativo aumento do número de indígenas que autorreconhecem sua identidade.

O último censo registrou um grande aumento da população que assume esse pertencimento. Agrupam 8,3% dos habitantes da região, mas constituem 62% dos habitantes da Bolívia. A enorme brecha que separa esta porcentagem do resto do continente (com a única exceção dos 41% na Guatemala) explica a centralidade do problema indígena no Altiplano (Cepal, 2014).

Depois de séculos de usurpações, a convergência das demandas político-culturais dos indígenas com abordagens anti-imperialistas tradicionais gerou novas sínteses

políticas. Demonstrou-se que os oprimidos podem assumir diversas identidades, combinando aspirações culturais, nacionais e sociais (Katz, 2008: 23-28).

Linerá inscreve sua visão neste reconhecimento, distanciando-se do indianismo extremo. Sua visão anterior mantinha vínculos com uma vertente do essencialismo étnico que rechaça a existência de padrões comparativos universais para avaliar políticas e estratégias populares.

Esse enfoque aumenta a superioridade cultural de um determinado grupo, mediante um entrincheiramento nas identidades que não deixa espaço para a harmonização e o entendimento entre as diferentes culturas. Objeta a insensibilidade liberal frente à diversidade, mas reivindicando um particularismo que ignora o interesse comum dos oprimidos (Díaz Polanco, 2006: 28-30).

O enfoque atual de Linera é mais compatível com os ideais da esquerda, que promovem a defesa conjunta da igualdade e da diferença. Marx encorajava o projeto comunista e o anticolonialismo; Lenin promovia o internacionalismo e o direito à autodeterminação nacional; e Mariátegui sustentava o socialismo e o indigenismo (Díaz Polanco, 2006: 28-30).

Com o seu projeto de socialismo comunitário, o vice-presidente retoma a busca dessas pontes entre o indianismo e o marxismo. Esta síntese complementa várias mudanças do seu enfoque. Substituiu as propostas de autodeterminação pela prioridade do Estado plurinacional e o protagonismo da multidão por um governo de movimentos sociais. Suas ideias iniciais de comunismo aldeão

evoluíram para uma expectativa de capitalismo andino-amazônico, que atualmente se tornou um programa de socialismo comunitário.

Estas modificações têm certo parentesco com o itinerário intelectual de Chávez, que começou flertando com a Terceira Via, relacionou-se com os militares direitistas argentinos, aperfeiçoou o nacionalismo militar revolucionário e acabou adotando o socialismo.

A complexidade, a riqueza e a potencialidade destas trajetórias não são registradas pelas avaliações que simplesmente acusam Linera de manter uma linha de raciocínio pró-capitalismo e adversa à revolução social (Ferreira, 2011).

Que o intelectual boliviano tenha colocado o projeto socialista no centro de sua estratégia não é um dado menor. O real significado dessa mudança será esclarecido com a sua evolução e sua prática política. Apesar da vaguidade das contradições e das inconsistências, sua posição abre um terreno fértil para debater a atualização do horizonte anticapitalista.

## INCOERÊNCIAS DA DIREITA

A direita faz chacota de qualquer referência ao socialismo, considerando que visa entreter o eleitorado. Porém, as menções de seu oposto – o capitalismo – são vistas como considerações de grande transcendência. Apresenta a glorificação do mercado, a concorrência ou o lucro como sinônimos de pensamento profundo e situa a defesa da igualdade em um terreno de puro palavreado.

Utilizando esse critério, ponderou a eliminação de todas as alusões do MAS ao socialismo durante a última campanha eleitoral. Atribuiu esse abandono ao reforço de um discurso conciliador e pró-empresarial distanciado da Venezuela (Guillemi, 2014). Entretanto, esta interpretação não condiz com a dedicatória da vitória eleitoral que Evo fez aos povos que lutam contra o capitalismo.

É igualmente curiosa a diferença de atitude assumida pelo establishment em relação a Evo e Chávez-Maduro. O mesmo tipo de socialismo que não acarretaria consequências para a Bolívia é apresentado como uma terrível ameaça para a Venezuela. Esse temor é propagado por um pool de 82 jornais latino-americanos integrados à SIP, que publica, há vários meses, uma página diária de descrição do caos chavista.

Enquanto alguns meios de comunicação anunciam o colapso final da produção venezuelana do petróleo, outros retratam intenções de abandono em massa do país (Oppenheimer, 2014; Vyas, 2014). Vargas Llosa encabeça essa campanha reacionária, proclamando a necessidade de ações mais contundentes do que o simples protesto pacífico para derrubar o governo (Vargas Llosa, 2014).

Os dois pesos e duas medidas da direita para Bolívia e Venezuela não se baseiam em distinções teóricas entre o socialismo comunitário (aceitável) e o socialismo do século XXI (indigesto). O problema dos conservadores encontra-se na dificuldade para encontrar argumentos críveis de ataque à Bolívia, depois das conquistas alcançadas na última década. O governo do MAS deixou em evidência o sistema polí-

tico discriminatório que regeu o Altiplano durante séculos e ninguém se atreve a defender esse apartheid.

Por outro lado, o tamanho, os recursos e a gravitação regional determinam uma incidência geopolítica da Bolívia muito inferior à da Venezuela. O imperialismo não se resigna a perder o mando no principal território petrolífero da América Latina e conspira para recuperar o controle da PDVSA.

Os Estados Unidos não duvidaram, no passado, em invadir países menores do que a Bolívia (como Granada ou Panamá) e mantêm, há décadas, seu assédio contra a ilha de Cuba. Porém, na última década, transformaram a Venezuela no eixo do mal, porque este país demonstrou capacidade de desafio com a construção da ALBA, a diplomacia do petróleo e a concretização de alianças extrarregionais inadmissíveis para o Departamento de Estado.

O lugar ocupado por cada nação nos ataques imperiais muda a cada conjuntura e não é determinado apenas por razões ideológicas. O governo da Argentina tem sido atacado ultimamente com a mesma intensidade que seu par venezuelano, apesar da explícita rejeição peronista a qualquer projeto socialista.

A direita demoniza ambos os países, contrastando seus pesares com o bem-estar imperante no resto da América Latina. Contrapõe a excelente situação das nações governadas pelo neoliberalismo às desgraças sofridas sob as administrações populistas. Destaca como na Venezuela e na Argentina destroem-se a cultura do esforço, as economias e o investimento pela politização dos afazeres cotidianos (La Nación, 2014). Divulga também dados que

situam ambos os países no topo dos indicadores negativos da região (Bazzan, 2014).

Com essa miopia, nem sequer registra as enormes diferenças que separam as duas nações. Enquanto na Venezuela a burguesia conspira para recuperar o controle das rendas petrolíferas, na Argentina a receita agrária está nas mãos do setor privado e apenas se disputa o montante da fatia impositiva que o Estado absorve.

O modelo econômico social-desenvolvimentista de reformas sociais e a redistribuição da renda experimentado no primeiro caso difere substancialmente do programa neodesenvolvimentista de recomposição da burguesia industrial que se tentou no segundo país. O chavismo confrontou o imperialismo mobilizando as massas e enfrentando escaladas golpistas. Já o kirchnerismo só liderou uma experiência de centro-esquerda com autonomia dos Estados Unidos, mas sem práticas anti-imperialistas.

O ataque indiferenciado da direita contra a Venezuela e a Argentina e sua implícita consideração com a Bolívia retrata a total inconsistência de suas mensagens. Não explicam como se alcançou uma estabilidade macroeconômica no Altiplano sob um regime político liderado por um caudilho, que reúne todos os pesadelos do populismo. Tampouco esclarece de que forma um governo tão distante de seus formatos políticos conquistou níveis de inflação, investimento ou tranquilidade cambial semelhantes aos países com governos ultraliberais.

A direita destaca estas últimas administrações ocultando os índices de exclusão, criminalidade ou exploração.

Nunca fala sobre a precarização do trabalho no Peru, sobre o desastre da aposentadoria no Chile ou sobre a tragédia dos emigrantes do México e América Central.

A omissão de notícias adversas nos países governados pela direita, os silêncios sobre a Bolívia, as calúnias contra a Venezuela e as campanhas contra a Argentina retratam a maneira como a mídia opera, modelam um senso comum distorcido para definir a agenda pública a serviço da dominação burguesa.

Os comunicadores das grandes cadeias de jornais nunca atuam com independência, profissionalismo ou objetividade. Eles aproveitam sua condição de personagens influentes para construir realidades virtuais divorciadas dos acontecimentos reais.

Por isso, as batalhas neste campo são decisivas e qualquer passo para a democratização do espaço comunicacional é vital. Desafiar a mensagem conformista, contrabalançar a manipulação das imagens e demonstrar que a informação é um direito em conflito com a rentabilidade é uma prioridade para a ação da esquerda.

## CONJUNTURAS E FUTUROS

A consolidação de um projeto político radical com imaginários socialistas na Bolívia retrata os limites da contraofensiva atual da direita latino-americana. Os conservadores procuram reinventar-se com discursos mais sociais, compromissos de assistencialismo e perfis juvenis. Eles proclamam a dissolução das ideologias, despolti-



tizam as campanhas eleitorais e enfatizam a centralidade da gestão.

A direita pretende aproveitar a estagnação do ciclo de ascensão popular, que começou no final dos anos 1990 na Venezuela e alcançou sua intensidade máxima entre 2000 e 2005. A resistência de Honduras, as marchas campesinas na Colômbia, os protestos estudantis no Chile e o despertar juvenil no Brasil não tiveram a dimensão das rebeliões anteriores da Venezuela, Argentina, Bolívia ou Equador, que derrubaram governos neoliberais.

Mas não é a primeira vez na história latino-americana que uma forte eclosão de revoltas populares é sucedida por um cenário de contragolpes e indefinições. O equilíbrio dos últimos anos teve muita influência da recuperação econômica e da entrada de divisas geradas pela revalorização das exportações agro-minerais. Ambos os fenômenos tendem a esfriar.

Ninguém sabe que rumo a resistência popular adotará nos próximos anos, mas a situação atual da Bolívia ilustra como a experiência da última década criou um grau de convicções ideológicas e definições políticas que elevaram o nível de consciência popular. Este acervo constitui o embasamento para debater as estratégias da esquerda.

Tais reflexões pressupõem uma revalorização do socialismo, em contraposição à apresentação da direita deste debate como um simples jogo de palavras em torno de etiquetas sem conteúdo.

Essa discussão permite destacar que a América Latina não enfrenta apenas cenários neoliberais ou neodesenvol-

vimentistas, mas também possibilidades anticapitalistas. As experiências da Venezuela e da Bolívia alimentam reflexões sobre estratégias, ritmos e caminhos para o socialismo. Encorajam também a sonhar com esse futuro.

## RESUMO

O modelo social-desenvolvimentista gerou um grande crescimento sem transformações estruturais na Bolívia, a partir de uma situação de grande subdesenvolvimento. A solidez eleitoral do governo deriva de conquistas democráticas previamente conquistadas nas ruas, mas uma nova escala de avanços desafia a couraça do capitalismo.

O projeto de socialismo comunitário se inspira em tradições vigentes, mas com menor projeção do que no passado e enfrenta grande incompatibilidade com os cenários internacionais de concorrência. Estas mesmas limitações atingem o Estado plurinacional, que conquistou autoridade em todo o território a partir do afastamento das elites racistas. O indianismo tem sido substituído por projetos de convivência mais afins com o ideal de diversidade político-cultural.

O establishment comunicacional que maltrata a Venezuela tem tido consideração com a Bolívia. Essa dualidade se estende a outras incoerências ideológicas da direita, que enfrenta um grande limite para a sua contraofensiva regional no Altiplano.

## REFERÊNCIAS

ARKONA, Katu. “Hacia un nuevo orden contrahegemónico”, [www.rebellion.org](http://www.rebellion.org), 16. jun. 2014b

\_\_\_\_\_. “Sostener para profundizar, profundizar para sostener”, [alainet.org](http://alainet.org), 13.out.2014a.

BÁRCENA, Alicia. “El modelo boliviano”, *Página 12*, 6.jul.2014.

BAZZAN, Gustavo. “Argentina y Venezuela tienen las peores notas”, [www.clarin.com](http://www.clarin.com), 31.ago.2014.

CEPAL. *Los Pueblos Indígenas en América Latina. Avances en el último decenio y retos pendientes*, publicado em [www.cepal.org](http://www.cepal.org), 22.set.2014.

DÍAZ POLANCO, Héctor. *Elogio de la diversidad*. México: Siglo XXI, 2006.

FERREIRA, Javo. “Comunidad indigenismo y marxismo”, *Estrategia Internacional*, nº 27, março, 2011.

GARCÍA LINERA, Álvaro. *La potencia plebeya: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia*, CLACSO, 2008 .

\_\_\_\_\_. “El socialismo comunitario”: un aporte de Bolivia al mundo”, *Estado Plurinacional*, publicado em [www.vicepresidencia.gob.bo](http://www.vicepresidencia.gob.bo), 2010a.

\_\_\_\_\_. “La construcción del estado”, *Tres pensamientos políticos*, UBA sociales publicaciones, Buenos Aires, 2010b.

GUILLEMI, Rubén. Aciertos políticos y cuentas pendientes”, “De la épica chavista a la prudencia chilena, la metamorfosis de Evo”, *La Nación*, 15. out. 2014.

KATZ, Claudio. *Las disyuntivas de la izquierda en América Latina*. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2008.

KOHAN, Néstor. *De Ingenieros al Che*. Buenos Aires: Biblios, 2000.

LA NACIÓN. “Argenzuela”, [www.lanacion.com.ar](http://www.lanacion.com.ar). 30. ago. 2014.

MARIÁTEGUI, José Carlos. “La revolución socialista latinoamericana”, *El marxismo en América Latina*, Antología. Santiago do Chile: Editorial LOM, 2007.

MAYORGA, Fernando. “Entrevista”, publicado em [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br), São Leopoldo (RS), 13. dez. 2014.

MOLINA, Fernando. ¿Por qué Evo Morales sigue siendo popular?, *Nueva Sociedad*, nº 245, mai-jun. 2013.

NAVARRO, Miranda; CÁRCAMO, César. El modelo, *Página 12*, 24. ago. 2014.

OPPENHEIMER, Andrés. *Venezuela hacia la importación de petróleo*, publicado em [www.libremercado.com](http://www.libremercado.com), 3. set. 2014.

STEFANONI, Pablo. “Presentación”, *La potencia plebea: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia*, CLACSO, 2008.

\_\_\_\_\_. “Evo, el ex villano”, *Sin Permiso*, 19. out. 2014.

VARGAS LLOSA, Mario. La libertad en las calles de Venezuela, publicado em [cubademocraciayvida.org](http://cubademocraciayvida.org), 10. mar. 2014.

VYAS, Kejal. Venezuela, publicado em [www.images.elmercurio.com](http://www.images.elmercurio.com), 29. ago. 2014.

O livro *Bolívia* foi impresso na gráfica Forma Certa para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 300 exemplares. O texto foi composto em Adobe Garamond Pro em corpo 11,5/14,8. A capa foi impressa em papel Supremo 250g e o miolo em pólen soft 80g.

A América Latina vive o que se poderia chamar de um “ciclo progressista”. Iniciado com a vitória da candidatura de Hugo Chávez nas eleições de 1998 na Venezuela, esse ciclo tomou impulso com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, em 2002. Quinze anos depois, podemos dizer que avançamos muito.

